

**ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OLIVEIRA DE AZEMÉIS, REALIZADA EM VINTE E QUATRO DE FEVEREIRO DO ANO DOIS MIL E VINTE E UM:**

Aos vinte e quatro dias do mês de fevereiro do ano dois mil e vinte e um, pelas 17 horas e 22 minutos, nos termos do artigo 3º da Lei 1-A/ 2020 de 19 de março, e posteriores alterações, reuniu, em Sessão Ordinária, na Sala Polivalente da Biblioteca Municipal Ferreira de Castro, e com recurso à videoconferência, a Assembleia Municipal de Oliveira de Azeméis, sob a Presidência de Helena Maria Dinis dos Santos, secretariada por Manuel José Tavares Soares - Primeiro Secretário e por Maria Isabel dos Santos Barbosa - Segunda Secretária, com a seguinte Ordem de Trabalho:

- 1. Primeiro Período de Intervenção do Público; (intervenção, mediante inscrição prévia ou preenchimento do formulário disponível no site do Município - Assembleia Municipal, a enviar por via eletrónica para [am.azemeis@cm-oaz.pt](mailto:am.azemeis@cm-oaz.pt) dirigido à Mesa da Assembleia.)
- 2. Informações Gerais;
- 3. Período de Antes da Ordem do Dia;
- 4. Ordem do Dia;
- 5. Segundo Período de Intervenção do Público (intervenção, mediante inscrição prévia ou preenchimento do formulário disponível no site do Município - Assembleia Municipal, a enviar por via eletrónica para [am.azemeis@cm-oaz.pt](mailto:am.azemeis@cm-oaz.pt) dirigido à Mesa da Assembleia.)

**Pontos da Ordem do Dia:**

**Ponto um:** - Ata n.º 23, Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de 27 novembro 2020; Ata n.º 24, Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de 03 dezembro 2020 - Aprovação;

**Ponto dois:** - Informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da atividade e situação financeira do Município - Apreciação;

**Ponto três:** - Relatório anual de avaliação da atividade da CPCJ/OAZ relativa ao ano de 2020 - Conhecimento;

**Ponto quatro:** - Relatório de revisão limitada de demonstrações financeiras (Reporte a 30/06/2020) - Conhecimento;

**Ponto cinco:** - 1ª Revisão Orçamental 2021 (I/8541/2021) - Aprovação;

===== **Ponto seis:** - *Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos 2021 - Inscrição de novo projeto (I/6813/2021) - Aprovação;* =====

===== **Ponto sete:** - *Derrama 2021 – Correção da taxa reduzida (I/127935/2020) – Ratificação e Convalidação dos atos e demais efeitos praticados à data;* =====

===== **Ponto oito:** - *Compromissos Plurianuais Assumidos ao abrigo da autorização prévia genérica concedida - Subsídios (I/3357/2021) - Autorização/ Convalidação e Ratificação;* =====

===== **Ponto nove:** - *Proposta de Estorno dos valores atribuídos e não executados às Juntas/União de Freguesias (I/3161/2021) - Aprovação;* =====

===== **Ponto dez:** - *Minuta de Contrato Interadministrativo de apoio financeiro a celebrar com a Freguesia de S. Martinho da Gândara (I/3754/2021) - Autorização;* =====

===== **Ponto onze:** - *Minuta de Contrato Interadministrativo de apoio financeiro a celebrar com a Freguesia de Carregosa (I/6818/2021) - Autorização;* =====

===== **Ponto doze:** - *Minuta de Contrato Interadministrativo de apoio financeiro a celebrar com a União de Freguesias de Oliveira de Azeméis, Santiago de Riba-Ul, Ul, Macinhata da Seixa e Madaíl - (I/9507/2021) - Autorização;* =====

===== **Ponto treze:** - *Minuta de Contrato Interadministrativo de delegação de competências a celebrar com a Junta de Freguesia de Fajões (I/10110/2021) - Autorização;* =====

===== **Ponto catorze:** - *Minuta de Contrato Interadministrativo de delegação de competências a celebrar com a Junta de Freguesia de Loureiro (I/10113/2021) - Autorização;* =====

===== **Ponto quinze:** - *Minuta de Contrato Interadministrativo de delegação de competências a celebrar com a Junta de Freguesia de Macieira de Sarnes (I/10115/2021) - Autorização;* =====

===== **Ponto dezasseis:** - *Minuta de Contrato Interadministrativo de delegação de competências a celebrar com a União de Freguesias de Nogueira do Cravo e Pindelo (I/10118/2021) - Autorização;* =====

===== **Ponto dezassete:** - *Aprovação da minuta da Terceira Adenda ao Protocolo de Colaboração com a Cruz Vermelha Portuguesa - Núcleo de Cucujães (I/6613/2021) - Autorização;* =====

===== **Ponto dezoito:** - Minuta de Contrato de Subconcessão de uso Privativo do Edifício de Passageiros (ID 6255) da Estação Ferroviária de Couto de Cucujães - Km 028,595 LD da Linha Do Vouga (I/3800/2021) - Autorização; =====

===== **Ponto dezanove:** - Acordo de Colaboração com o Instituto de Registos e Notariado I.P. e a Estrutura de Missão para a Expansão do Sistema de Informação Cadastral Simplificada (I/134696/2020) - Ratificação/ Convalidação; =====

===== **Ponto vinte:** - Resolução de requerer a Declaração de Utilidade Pública dos terrenos abrangidos pelo Plano de Urbanização da Zona Industrial de Loureiro e destinados à “Expansão da Área de Acolhimento Empresarial de Ul/Loureiro” (I/5687/2021) - Aprovação; ==

===== **Ponto vinte e um:** - Regulamento Municipal de uso de Fogo de Oliveira de Azeméis (I/6921/2021) - Aprovação; =====

===== **Ponto vinte e dois:** - Aquisição de serviços de limpeza de silvado em espaços rurais e municipais e assessoria técnica na área florestal (I/9755/2021) - Autorização de repartição de encargos em mais do que um ano económico; =====

===== **Ponto vinte e três:** - Proposta de Sinalização para a Rua da Igreja (Travanca) e para a Rua da Lavoura (Pinheiro da Bemposta) - União de Freguesias do Pinheiro da Bemposta, Palmaz e Travanca) (I/121275/2020) - Aprovação; =====

===== **Ponto vinte e quatro:** - Proposta de alteração da postura de trânsito na Rua Padre Manuel Gomes de Resende, aprovação de sinalização para a Rua do Regedor, Rua Luís de Camões, Largo da Feira dos 27 e Rua Marquês de Marialva, na Freguesia de Nogueira do Cravo/Pindelo (I/8753/2021) - Aprovação; =====

===== ***Dadas as limitações inerentes ao período de Emergência devido à pandemia da Covid-19 estiveram presentes na Sala Polivalente da Biblioteca Municipal Ferreira de Castro, através de videoconferência, os seguintes elementos da Assembleia Municipal: Bruno Armando Aragão Henriques (PS), Fernando Manuel Gomes Pais Ferreira (PSD), Jorge Paulo de Melo Pereira (CDS/PP) e Augusto Moreira da Silva - Presidente da Junta de Freguesia de Cesar. ==***

===== ***E os restantes membros através de videoconferência, a saber: Partido Socialista (PS): Luís Filipe Moreira da Silva de Bastos Oliveira, Cristina Maria Valente de Pinho, José Manuel Marques Ribeiro, Raquel Marília Tavares Faria, Rui Jorge Duarte Rios Santos Rocha, Pedro Luís Paiva Dias, Márcia Oliveira Gomes, João Pedro Santos Costa, Carla Sofia da Silva Brandão, Nuno Miguel Soares de Jesus, José Ramos da Silva, Óscar José Santos Teixeira,***

*Bernardo Amaro Moreira Simões, António Manuel Leite Marques da Silva, Simão da Costa Godinho e Manuel Alberto Marques Dias Pereira. **Partido Social Democrata (PSD)**: Carlos Manuel Costa Gomes, Albino Valente Martins, Helga Alexandra Freire Correia, António Luís da Fonseca e Grifo, Domingos Baltar Ferreira de Oliveira, Carla Preciosa Paiva Freitas, José Filipe da Silva Carvalho, Bruno Moreira Rodrigues, Liliana Marisa Pinto da Silva, José da Silva Queirós, José Rodrigues dos Santos, Florbela Neves da Silva e Anabela Ramalho Gama e Sousa. **Partido Popular (CDS/PP)**: Maria Helena da Silva Moreira e Susana Clara Mortágua Gomes. =*

*===== A Senhora Presidente da Mesa da Assembleia Municipal verificou a identidade e legitimidade dos seguintes membros: Cristina Maria Valente de Pinho que marcou presença nesta Assembleia para substituir o seu colega de partido Bruno Miguel da Silva Costa, Carla Preciosa Paiva Freitas que marcou presença nesta Assembleia para substituir a sua colega de partido Ana Maria Ferreira Alves da Silva Neves e Anabela Ramalho Gama e Sousa que marcou presença nesta Assembleia para substituir o Senhor Presidente da Junta de Freguesia da União de Freguesias de Nogueira do Cravo e Pindelo - Manuel Rebelo da Costa, em virtude de os mesmos terem solicitado a sua substituição.=====*

*===== **Ausência de Membros:** Tendo sido justificadas as faltas dos seguintes membros: António Ilídio Martins Godinho. =====*

*===== A Senhora **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal** deu início à Sessão declarando: =====*

*===== Vamos então dar início à Sessão desta Assembleia Municipal de 24 de fevereiro de 2021 a estrear num formato misto de videoconferência e presencial aqui na Biblioteca Municipal. Mas começo, antes de iniciar propriamente a Sessão, por cumprimentar todos os presentes: o Senhor Presidente da Câmara, os Senhores Vereadores, os Senhores Deputados Municipais, Senhoras e Senhores, Presidentes de Junta, a Comunicação Social que está a acompanhar a Sessão, o público que está a acompanhar esta sessão no youtube, os Funcionários da Câmara que estão a apoiar esta Sessão e que estão também aqui presentes na sala da Biblioteca. E antes de iniciar propriamente os pontos da Ordem de Trabalhos, como este é um processo que não consta do nosso Regimento, ainda não foi revisto, eu irei começar precisamente por colocar à votação à aprovação da Assembleia um documento, assinado pela Mesa e pelos Grupos Municipais, e que diz o seguinte: "**Proposta de adaptação ao Regimento da Assembleia Municipal para formato misto Assembleia Municipal de Oliveira de Azeméis**: A Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Oliveira de Azeméis, de 24 de fevereiro de 2021, decorre em formato misto (presencial e a distância), nos termos do art.º 3º da Lei nº 1-A/2020, de 19 de março, com a alteração introduzida pela Lei nº 1-A/2021, de 13 de janeiro, e por acordo dos grupos municipais. Por conseguinte, torna-se necessário adaptar as condições de funcionamento da sessão da*

*Assembleia Municipal no que respeita ao registo de presença e à forma de votação, valendo em tudo o mais o previsto no Regimento da Assembleia Municipal de Oliveira de Azeméis. Assim, por acordo dos grupos municipais, propõe-se à votação no início dos trabalhos o seguinte: 1 - Participam na Assembleia Municipal, por videoconferência, todos os seus membros. 2 - No local definido em convocatória estão fisicamente presentes a Mesa da Assembleia, o Presidente da Câmara Municipal, e um representante de cada grupo municipal. 3 - Os membros fisicamente presentes participam também por videoconferência. 4 - Consideram-se presentes na sessão os membros que estejam perfeitamente visíveis em videoconferência, com o sistema de vídeo ativado e com o sistema de som disponível para intervenção. 5 - O registo de presença é automaticamente extraído da Plataforma Teams, no início dos trabalhos e para verificação do quórum, no início da Ordem do Dia e sempre que se verifique necessário. 6 - A desativação do sistema de vídeo é considerada ausência na sessão. 7 - A votação é realizada por manifestação oral do sentido de voto, comunicado pelo líder do grupo municipal presente na sala da sessão ou do seu representante, constituindo nesta sessão a forma habitual de votar. 8 - Após verificada a votação dos grupos municipais, a Mesa solicita a manifestação de votos em sentido distinto do grupo municipal. 9 - A Mesa apura os resultados de acordo com a representatividade dos grupos municipais, especificando o número de votos individualmente expressos em sentido distinto do respetivo grupo municipal e a sua influência no resultado, quando o haja. 10 - O público participa na sessão da Assembleia Municipal, conforme previsto no Edital, por prévia comunicação escrita dirigida à Mesa da Assembleia. A comunicação é lida pela Mesa no Período do Público. 11 - No mais, aplica-se o Regimento da Assembleia Municipal de Oliveira de Azeméis e a Lei aplicável.”*

*Oliveira de Azeméis 24 de fevereiro de 2021. Os Grupos Municipais. =====*

*===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal colocou à admissão e votação a proposta apresentada, a qual foi admitida e aprovada por unanimidade. =====*

*===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal prosseguiu com os trabalhos. =====*

*== **1º PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO (ARTIGO 21º DO REGIMENTO)** ==*

*===== Sem intervenções. =====*

*===== **INFORMAÇÕES GERAIS** =====*

*===== Pela Senhora **Presidente da Assembleia Municipal** foi dito: =====*

*===== Peço desculpa. Este vai ser o problema que por vezes vai acontecer, como não conseguimos visualizar as pessoas todas, nem sempre posso ver as “mãozinhas” levantadas. Mas se por acaso alguém detetar isso, faz favor de me avisar. =====*

===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Deputado **Fernando Pais**, do PSD. =====

===== Eu só queria fazer uma questão prévia. Era aquela questão do adiamento, eu não sei se leu isso?=====

===== Pela Senhora **Presidente da Assembleia Municipal** foi dito: =====

===== Eu ia pôr essa questão quando chegássemos ....Mas podemos fazê-lo agora. =====

===== Pelo Senhor deputado **Fernando Pais** (PSD) foi dito: =====

===== Não tem problema nenhum. Era só uma observação, porque podia passar. =====

===== Pela Senhora **Presidente da Assembleia Municipal** foi dito: =====

===== Muito obrigado pela atenção. Está anotado. =====

===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal prosseguiu com os trabalhos. =====

===== Pela Senhora Presidente da Assembleia foram apresentados quatro votos de pesar, os quais se transcrevem: **Voto de pesar:** “Os Grupos Municipais representados nesta Assembleia Municipal propõem a aprovação de um voto de pesar pelo falecimento de José Dias Cabral, empresário da construção civil e obras públicas e benemérito. José Dias Cabral, de origens humildes, ergueu uma das maiores empresas de construção civil e obras públicas da região. Sediada na freguesia de Travanca foi, durante anos, um dos seus grandes motores de desenvolvimento. O seu maior legado foi, no entanto, o envolvimento com a sua freguesia e a generosidade com que sempre apoiou as suas causas. Foi Presidente da Junta de Freguesia de Travanca, mas a sua memória ficará sobretudo ligada à sua qualidade de grande benemérito da freguesia. A Assembleia Municipal de Oliveira de Azeméis reconhece o mérito e espírito benemérito de José Dias Cabral e endereça à sua família sentidas condolências.” **Voto de pesar:** “Os Grupos Municipais representados nesta Assembleia Municipal propõem a aprovação de um voto de pesar pelo falecimento de José Mota Ferreira, prestigiado solicitador, aos 89 anos. O solicitador José da Mota Ferreira foi um dos mais reconhecidos solicitadores dos oliveirenses. Ao longo de anos, pela sua postura e retidão, granjeou o enorme respeito da comunidade. Granjeou também o justo reconhecimento dos seus pares, na Ordem dos Solicitadores e dos Agentes de Execução, particularmente no Conselho Regional do Porto e na Delegação Distrital de Aveiro. A Assembleia Municipal de Oliveira de Azeméis reconhece o mérito e o prestígio de

*José Mota Ferreira e endereça à sua família sentidas condolências.” **Voto de pesar:** “Os Grupos Municipais representados nesta Assembleia Municipal propõem a aprovação de um voto de pesar pelo falecimento de Mário Magalhães, por anos membro da Assembleia de Freguesia de São Roque e por muitos mais colaborador do Jornal Correio de Azeméis. Mário Magalhães marcou a comunidade oliveirense e, com especial cunho, a freguesia de São Roque. Foi, nas palavras de muitos que o acompanharam, um homem de espírito aberto, disponível para a sua comunidade, arguto na crítica e sempre disponível para os projetos que abraçou. Foi por vários mandatos membro da Assembleia de Freguesia de São Roque e, nesse papel, ativo nos destinos da sua terra. A Assembleia Municipal de Oliveira de Azeméis reconhece o mérito e a dedicação de Mário Magalhães e endereça à sua família sentidas condolências.” **Voto de pesar:** “Os Grupos Municipais representados nesta Assembleia Municipal propõem a aprovação de um voto de pesar pelo falecimento de António Gonçalves Gomes, Presidente da Assembleia de Freguesia de Cucujães. António Gonçalves Gomes, Presidente da Assembleia de Freguesia de Cucujães, não desistiu de nenhuma das lutas da sua vida e foi, ao até ao fim, um exemplo de resistência e de coragem. Nunca desistiu da sua freguesia e do seu concelho. Acreditou sempre nas capacidades da sua terra e manteve, inabalável, essa crença. Foi uma referência para muitos, pela frontalidade sempre gentil das suas palavras, e uma referência entre os da sua geração, que com ele partilharam sonhos e obras. A Assembleia Municipal de Oliveira de Azeméis reconhece o mérito e o enorme serviço à causa pública de António Gonçalves Gomes e endereça à sua família sentidas condolências.” Oliveira de Azeméis, 24 de fevereiro de 2021. Os Grupos Municipais da Assembleia Municipal de Oliveira de Azeméis. =====*

*===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal colocou à admissão e votação os votos de pesar apresentados, os quais foram aprovados por unanimidade. =====*

*===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Deputado **Fernando Pais**, do PSD. =====*

*===== Senhora Presidente, eu só queria dar nota de que faleceu também o pai da nossa colega de Assembleia Municipal, Ana Neves. Morreu na segunda-feira. E queria dar também essa nota. Vossa Excelência depois se entender que deveremos também associar o voto de pesar a esse facto? Por nós, não tem nenhum problema. Bem pelo contrário. =====*

*===== Pela Senhora **Presidente da Assembleia Municipal** foi dito: =====*

*===== Eu já tive a oportunidade de, pessoalmente e em nome de toda a Assembleia, endereçar à Senhora Deputada Ana Neves e a toda a família os nossos votos de pesar. Portanto, não sei se foi dado conhecimento a todos os elementos da Assembleia dessa minha iniciativa. Se não foi, foi por lapso. Mas eu pedi para o fazerem. E estão aqui os Funcionários da Câmara, julgo*

*que poderão confirmar que fizeram isso. Obrigada por ter dito. Mas já foram endereçados os sentimentos e os votos de pesar. Aqui estamos a pedir um minuto de silêncio para estas pessoas mas podemos incluir perfeitamente esse nosso sentido, também.* =====

===== *Fez-se um minuto de silêncio.* =====

===== *A Senhora Presidente da Assembleia Municipal prosseguiu com os trabalhos.* =====

===== **PERÍODO DE “ANTES DA ORDEM DO DIA” (Art.º 19º DO REGIMENTO)** =====

===== *A Senhora **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal** deu início ao período de “Antes da Ordem do Dia”.* =====

===== *Aberto o período de inscrições, registou-se o pedido de inscrição de Simão Godinho, Augusto Moreira, Jorge Pereira, Fernando Pais, Albino Martins, Manuel José, Helga Correia e Bruno Aragão.* =====

===== *A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Simão Godinho** - Presidente da Junta de Freguesia de Cucujães.* =====

===== *Boa tarde a todos. Excelentíssima Senhora Presidente da Assembleia, Senhores Secretários, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhores Deputados Municipais, Caros colegas Presidentes de Junta, colaboradores da Câmara Municipal, comunicação social aqui presente, minhas senhoras e meus senhores. O Posto da GNR da Vila de Cucujães fez correr muita tinta ao longo de muitos anos. Eu tinha uma longa história para contar sobre esta situação. Era um anseio de décadas de todos os cucujanenses e oliveirenses. E foi um longo caminho de persistência, de resistência e, como agora se diz muito, de resiliência. No dia 5 de fevereiro do corrente ano, com a mesma serenidade com que sempre trabalhamos, entrou em funcionamento o novo edifício do Posto Territorial de Cucujães da Guarda Nacional Republicana. Sendo um investimento há muito reclamado, mereceu sempre o interesse de todos, mas foi a Lei de programação de infraestruturas e equipamentos das forças e serviços de segurança, aprovada pelo Governo do Partido Socialista em 2017, que lhe deu forma. O mesmo Governo, o empenho total da Câmara Municipal e de todos os membros da Junta e da Assembleia de Freguesia de Cucujães tornaram possível a sua concretização. Cucujães cumpre assim uma vontade muito antiga. Nestes últimos quase quatro anos, sensibilizou-se o Governo para a real necessidade de requalificação de um posto sem condições dignas para os seus profissionais e, sobretudo, sem capacidade de prestar um serviço com qualidades às pessoas. Neste período arranjou-se o projeto, iniciaram-se as obras e, mesmo em pandemia, conseguiu-se a sua conclusão. O posto está em funcionamento num edifício requalificado, o que valoriza também o património da nossa*

*freguesia. Quero dirigir-me agora ao Senhor Presidente de Câmara: Na Assembleia Municipal de 28 de dezembro de 2017, dois meses passados do início deste mandato, procurando lançar dúvidas sobre o empenho e o esforço deste executivo e do compromisso do Governo, perguntaram-lhe: “para quando”? A resposta aqui está. Para agora. Foi feito o projeto que não havia, foi lançada a obra a concurso com todo o rigor, foi executada como previsto, foi concluída como tinha que ser. A Junta de Freguesia e todos os cucujanenses só podem agradecer o empenho total da Câmara Municipal e, o que a todos mais importa, a entrada em funcionamento deste posto. Bem-haja Senhor Presidente. Venham mais investimentos para Cucujães, além dos que já iniciaram recentemente, como a requalificação do Anfiteatro ao Ar Livre e da Rua do Mosteiro. Tenho dito. Obrigado. =====*

*===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Deputado **Fernando Pais**, do PSD. =====*

*===== Cumprimentar, Vossa Excelência - Senhora Presidente da Mesa, os Senhores Secretários, Senhor Presidente da Câmara, os meus colegas de bancada e demais pessoas aqui presentes. A minha intervenção vou procurar que seja rápida porque também estamos condicionados pelo tempo e atendendo ao largo leque de inscritos que aqui tem. E vou incidir a minha intervenção sobre duas questões: A primeira será a Estalagem S. Miguel. Eu já fiz algumas intervenções sobre isto e não posso de alguma forma deixar de aqui referir a minha preocupação, relativamente ao estado em que a Estalagem S. Miguel está neste momento. Nós consideramos que a venda da Estalagem S. Miguel .... =====*

*===== Devido a um problema técnico, o Senhor deputado Fernando Pais solicitou que fosse dada a palavra a outro membro da Assembleia Municipal. =====*

*===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Augusto Moreira** - Presidente da Junta de Freguesia de Cesar. =====*

*===== Muito boa tarde. Cumprimentar a Senhora Presidente da Assembleia Municipal e os Senhores Secretários, o Senhor Presidente da Câmara e os Senhores Vereadores, Deputados Municipais, Presidentes de Junta, funcionários municipais, comunicação social e a quem nos escuta lá em casa. O assunto que me traz aqui hoje tem a ver com a Indáqua e com a requalificação que esta empresa faz após as intervenções que tem nas ruas, nas ligações do saneamento e da água. Após este inverno, que foi um bocado rigoroso, temos as ruas praticamente destruídas. Todas as vezes que a Indáqua faz uma intervenção, raramente o serviço fica bem feito. E depois, além de não fiscalizarem e de não exigirem aos empreiteiros que façam o trabalho como deve ser, cabe sempre a ingrata tarefa à Junta de Freguesia de estar todos os dias a enviar dezenas de emails a pedir a reparação e a recuperação da rua. Na Freguesia de Cesar, tal como nas outras,*

*temos ruas completamente novas com um ano, dois anos, com o pavimento novo, com muitos rasgos. Cada rasgo que a Indáqua faz, não faz a sua reparação como estava. Ou fica uma cova. Ou fica uma lomba. Nunca fica como deve ser. E era um apelo que faço à Câmara Municipal no sentido, e a Junta de Freguesia também o vai fazer, de fazer um levantamento de todas as situações que temos na freguesia, que no resto do concelho devem ser similares, para entregar na Câmara Municipal, com conhecimento da Indáqua, para que agora após este inverno as reparações sejam feitas nas ruas para dar condições de segurança a quem nelas circula. Era este apelo que eu gostava de fazer à Câmara Municipal. E à Indáqua, neste caso, para ser mais responsável e exigir aos empreiteiros, e fiscalizar, e dizer-lhes que eles após a saída da obra e no tempo necessário para que façam o compactamento das terras e façam as reparações como devem ser feitas. E que as ruas que antes da sua intervenção estavam novas, não passem a ficar no estado em que estão. Obrigado. =====*

*===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Deputado **Jorge Pereira**, do CDS/PP. =====*

*===== Senhora Presidente, na sua pessoa cumprimento todos os presentes, Senhores Secretários, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Senhores Presidentes de Junta, Senhores Funcionários, comunicação social, oliveirenses. Esta é a primeira assembleia do ano de 2021. Desde a última assembleia, 3 de dezembro de 2020, muita coisa aconteceu na vida dos oliveirenses, até então. Oliveira de Azeméis destacou-se a nível regional e nacional, pelas piores razões, colocando-se no ranking de maioríssimos números de casos positivos por infeções Covid 19. Confina-se aos fins-de-semana, a partir das 13 horas, passando a ideia que o vírus estaria a dormir de manhã e só acordaria por volta das 13 horas. Assim se contribuiu para o definhamento da economia local, principalmente o ramo da restauração. Em janeiro, assistíamos, muitos até incrédulos, de como era possível que Portugal, o País dos milagres, agora ser catalogado como o pior exemplo do mundo inteiro? Muitos incrédulos. Mas muitos outros, resignados por nada terem conseguido fazer, para inverter o que era mais do que expectável, pois as tentativas de alertas de consciências, eram sempre consideradas como aproveitamentos politizados e aqueles que têm o poder de decisão, esses, quando mais não sabem como responder, apressam-se a usarem a ferramenta ao seu dispor, a vitimização. Alertamos, pedimos até, na assembleia de setembro de 2020 que o executivo apostasse numa testagem massiva e periódica à comunidade escolar, aos bombeiros, às forças de segurança, às IPSS, como medida preventiva e de antecipação às cadeias transmissoras. A resposta está transcrita na ata dessa assembleia, a qual me recuso aqui e agora proferir tão deprimentes afirmações, por parte de quem tem a autoridade local. Afinal, atualmente é o próprio governo e a Direção Geral de Saúde quem quer apostar na testagem massiva e periódica. Pena é, é que tanto o governo como este executivo, o que melhor sabem fazer é correr atrás do prejuízo. Uma coisa constatamos também, Oliveira de Azeméis está no ranking de letalidade zero. Nem um único caso se registou.*

*Um verdadeiro exemplo, de como não se deve trabalhar em prol da comunidade. A sonegação e omissão de informação, é inqualificável. Substituiu-se o delegado de saúde, mas as políticas e ideologias mantiveram-se. Perguntamos nós: afinal o problema tem mesmo a ver com o Delegado de Saúde Pública? A oposição ao atual executivo cumpriu com o seu papel, apontando caminhos, soluções muitas delas recusadas pelo executivo, mas que mais para a frente, algumas delas foram anunciadas como medidas do próprio executivo. Ainda bem, porque é um sinal evidente que houve cooperação por parte da oposição. A preocupação do CDS são as pessoas, os oliveirenses que estão a sofrer todas as consequências de uma pandemia que nos assola, em que estas ainda estão por apurar, quer ao nível de saúde pública, e aqui refiro-me àqueles que veem constantemente negado o acesso aos cuidados de saúde, porque o descontrole da pandemia levou à saturação dos serviços públicos de resposta à saúde, quer ao nível económico, psíquico, à pobreza envergonhada e ainda encapotada e aos níveis elevados de desemprego em que a fatura se apresentará mais lá para a frente. Este executivo, por sua vez, mantém as suas aspirações ideológicas no cumprimento do seu calendário eleitoral, anunciando obras no seu último ano de mandato, propondo-se investir agora milhões em detrimento de tostões a quem mais necessita de apoio no momento atual. Somos diferentes, mesmo com a irrelevância que o Senhor Presidente se augura em abandonar. A gestão desta crise é uma evidência da incapacidade de quem tem a autoridade e o dever de zelar pela segurança da sua população. O planeamento em gestão de crise é baseado nos piores cenários e, na dúvida ou elevada dinâmica da situação, reagir e responder com a estratégia mais musculada. Gerir uma crise com alto impacto na sobrevivência/qualidade de vida das pessoas, não é gerir sensibilidades políticas, culturais, religiosas, etc. É tomar decisões duras, ser claro, objetivo e priorizar o que tem que ser priorizado, com sacrifício do normal e desejável em tempos normais. O contrário, não é gestão de crise. É minar a confiança moral das forças e das pessoas, desacreditar a liderança, aceitar o impacto da incerteza e obviamente correr atrás do prejuízo. A gestão de crise exige união e contributo de todos. Sem divisões ou aproveitamentos. Apenas foco no que tem de ser feito para minimizar os danos. Em 28 de Dezembro de 2020, finalmente a ambulância SIV entra ao serviço da comunidade, uma ambulância com serviço diferenciado que tem respondido nos vários municípios de envolvimento de Oliveira de Azeméis, desde Estarreja, Ovar, Albergaria-a-Velha, Vale de Cambra, S. João da Madeira e até mesmo Santa Maria da Feira e claro Oliveira de Azeméis. Se dúvidas houvessem, na qualidade e na utilidade desta ambulância tripulada por enfermeiro com especialidade em pré-hospitalar e por um técnico de emergência pré-hospitalar, esta em apenas 1 mês, teve aproximadamente, 100 intervenções em pedidos de socorro. Parabéns aqui ao executivo, por ter trabalhado e exercido a sua influência política, junto dos governantes socialistas, para que este serviço fosse uma realidade nos dias de hoje. Também, na assembleia de setembro de 2020, denunciei que Oliveira de Azeméis tinha um novo sem abrigo, refiro-me ao Centro de Línguas, pois foram desalojados das instalações que os acolhiam há muitos anos, para serem alojados em parte incerta. Até ao final do ano, foram provisoriamente acolhidos na Escola Ferreira de Castro, e a partir de Janeiro, foram “colocados”, não posso afirmar “instalados”, porque efetivamente foram para lá colocados, no*

*antigo centro de saúde, sem quaisquer condições condignas de segurança, com um edifício ainda em obras, sem os devidos licenciamentos para espaços de ensino, e sem aquecimento em pleno Janeiro, que como todos se devem recordar, um mês com temperaturas muito baixas próximas de 0 graus, com os alunos e professores a “baterem literalmente o dente”. Obrigado Senhor Presidente, por ter demonstrado preocupação pelos alunos e professores do Centro de Línguas e os terem colocado, assim, para ali. Termino com uma afirmação de Winston Churchill “Vivemos com o que recebemos, mas marcamos a vida com o que damos.” Muito obrigado. =====*

*===== Resolvido o problema técnico, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal voltou a conceder o uso da palavra ao Deputado **Fernando Pais**, do PSD, para concluir a sua intervenção. =====*

*===== Queria cumprimentar, Vossa Excelência, os restantes elementos da Mesa, o Senhor Presidente da Câmara, os meus colegas de bancada da Assembleia Municipal e as restantes pessoas aqui presentes. A minha intervenção, que espero que seja breve, vai incidir em duas questões: Estalagem S. Miguel e o apoio que a Câmara Municipal tem dado às freguesias. De acordo com as deliberações tomadas por esta Assembleia Municipal em 29 de junho e 22 de novembro de 2019, foi entendido que a alienação da Estalagem S. Miguel proporcionaria não só a recuperação de um edifício com uma localização privilegiada, mas também uma maior dinamização do Parque de La-Salette. Deste modo, foi aprovada a alienação do imóvel, em hasta pública, com base no valor de licitação apurado de acordo com a avaliação realizada para o efeito, assim como as peças escritas e desenhadas da hasta, condições gerais e respetivo caderno de encargos. Na altura, e embora votando a favor, fomos alertando para o eventual insucesso desta hasta, dado que nenhuma auscultação do mercado e de potenciais interessados tinha sido realizada, assim como a exiguidade dos prazos a cumprir e das exigências dela constantes. Alertamos que antes de decorrer a hasta pública, devíamos ter recorrido previamente e optado pela procura ativa de investidores locais, nacionais e internacionais com ou sem os meios próprios da autarquia e recorrendo se necessário a especialistas. Sugerimos a apresentação deste ou de outro projeto a fundos de investimentos imobiliários que eventualmente poderiam estar interessados em requalificar e reinventar o espaço. Pugnamos pelo contacto prévio das Escolas de Hotelaria ou outras instituições ligadas ao setor do turismo. Deveria ter sido elaborado um estudo de viabilidade que permita determinar, em primeiro lugar, o investimento que é necessário fazer, caso fosse a autarquia a requalificar o espaço. Mas também para percebermos o que é que estamos disponíveis para fazer em relação ao privado que quer investir. Quanto tempo estamos disponíveis para concessionar; Que tipo de contrapartidas queremos com essa concessão; O que estamos dispostos a licenciar, em termos de alteração do edifício. Existe aqui um vasto trabalho devidamente sinalizado que seguramente não foi feito nem realizado. O que terá motivado o insucesso na alínea. Na ata da reunião ordinária da câmara municipal realizada no dia 14 de maio de 2020, e em relação à estalagem S. Miguel, o Senhor Presidente comunicou aos*

Vereadores o seguinte, passo a citar: “O processo está exatamente na mesma. Como sabemos, fizemos duas tentativas de hasta para alienação e elas ficaram desertas. Aquilo que estamos a fazer é a preparar um processo para ver se alguém tem interesse em arrendar o espaço e fazer obras, à semelhança do que fizemos com o Parque da Cidade, com a Casa dos Vimes e estamos a fazer com outros equipamentos, no sentido de darmos uma resposta também àquele equipamento. Como sabe Senhor Vereador, esta não é a melhor altura para fazermos esse tipo de prospeção, nem para tentarmos arranjar potenciais candidatos para aquele espaço, mas dizer-lhe que vamos fazer esse trabalho.” Mais tarde, na sessão ordinária da assembleia municipal de 19 de setembro de 2020, chamei novamente à atenção para a necessidade de encontrarmos soluções. A minha intervenção foi no sentido de tirarmos as devidas e necessárias reflexões quanto ao facto de as duas hastas terem ficado desertas, mormente repensando, eventualmente, outras opções. O Senhor Presidente, na altura, referiu, e passo a citar: “Em relação á Estalagem S. Miguel: Teceu aqui um conjunto de considerações: diz que desde o dia 3 de março até agora, não houve grande desenvolvimento. É um facto. Aquilo que nós fizemos foi pedir aos serviços para que contactassem imobiliárias especializadas em colocação do imóvel no mercado internacional. Mas, eu lembro que, foi precisamente a partir de março que nós tivemos este problema de saúde pública e, digamos, as nossas preocupações foram orientadas para as pessoas e para um conjunto de problemas nos quais se incluem a Estalagem S. Miguel, foram problemas que foram secundarizados em relação a essas coisas mais urgentes e mais prementes para nós. E, portanto, deixe-me dizer-lhe que, esta preocupação de encontrar uma solução para a Estalagem S. Miguel está presente no executivo camarário, - quando estou a falar no executivo camarário estou a falar no conjunto dos seus membros - e portanto é algo a que nós temos de dar resposta. Não sei se através do contacto - conforme referiu - para escolas de hotelaria ou para imobiliárias. Temos é que encontrar uma solução para o espaço porque, aí estamos ambos de acordo, o espaço tem-se degradado progressivamente”. Recentemente, a Dr.ª Helena Terra, manifestou publicamente a sua opinião. Trata-se de uma pessoa de todo o modo valorizada, uma pessoa que foi autarca durante muito tempo. E com uma perspetiva também diferente. Vou citar: “Considero que a venda da Estalagem S. Miguel, atento todo o circunstancialismo da mesma, era e será um erro. Trata-se de uma construção situada em pleno coração do parque de La-Salette, que foi construída com donativos de oliveirenses e que, muitos anos depois, por se encontrar, no que toca ao direito de propriedade, numa situação jurídica pouco clara, foi parar às mãos do município. Esta solução não me parece que chocasse a memória daqueles homens bons, mas a posterior venda creio que, pelo menos a alguns, que até ainda estão vivos, chocaria.” Esta solução também foi adotada - creio que, pelo CDS, que pelos mesmos motivos considerou que a venda da Estalagem seria de per si um erro, apelando fundamentalmente a razões de ordem histórica, cultural, logísticas e social. Neste momento, Senhor Presidente, urge refletir e tirar as devidas e necessárias conclusões, mormente qual é o interesse municipal, tendo em conta que o interesse municipal é que o edifício se reconverta num moderno equipamento hoteleiro para servir o nosso concelho constituindo mais uma alternativa de hospedagem. A reabilitação da Estalagem São Miguel é, ou

*deve ser, um ponto prioritário e de preocupação clara, no sentido de estabelecer uma prioridade clara, no sentido de resolver esta questão. Muito mais importante, no nosso ponto de vista, que outras soluções que já estão em curso e, alguns investimentos que estão em curso, que achamos que urge solucionar. Bom, mas, a nós, aqui o que verdadeiramente interessa é que haja uma solução. O que é que se verifica neste momento: Há aqui algumas premissas que eu queria lançar também ao executivo, que é: Neste momento o que é que significa? Apesar de haver uma incapacidade clara, e a meu ver, do município para através dos seus serviços proceder à gestão direta do edifício para hotelaria. Em contraponto, vemos uma capacidade financeira do município, neste momento, para proceder ou participar na requalificação do edifício. Temos, por outro lado, o interesse do município na exploração destes edifícios para fins hoteleiros ou similares que é, no fundo, a alma com que este edifício foi construído e concebido. Existe o interesse municipal em que o edifício se reconverta num moderno equipamento hoteleiro para servir o nosso concelho, constituindo mais uma alternativa de conforto e de atração para as pessoas que nos visitam. E, por último, achamos que a reabilitação também é importante para a valorização do Parque de La-Salette, por nós todos muitas vezes desvalorizado ou não valorizado convenientemente, em que se pode oferecer um serviço complementar de estadia e lazer. Senhor Presidente, a mensagem que lhe digo é que: Não descure este assunto; Este assunto é um assunto muito importante. Não é fácil de resolver. Mas queria ouvir da sua parte, se de facto este assunto ficou parado ou como é que o Senhor Presidente o pensa resolver? E, eventualmente, alternativas. Alguns contactos. Até o apoio da população civil, das pessoas mais credenciadas, no fundo, para ter alguma noção disto. Cremos que é um assunto que deve merecer da parte de todos nós, quer da assembleia municipal, quer do próprio executivo, uma reflexão profunda sobre a requalificação deste espaço. Um outro ponto que quero abordar, Senhor Presidente, e até vem um bocado no seguimento da intervenção do Senhor Presidente da Junta de Cucujães - que lhe agradeceu o facto - que se congratulou - melhor dito, com o facto de haver um investimento substancial na freguesia de Cucujães. Evidentemente que esta minha intervenção não é contra o investimento que se está a fazer na freguesia de Cucujães. A minha intervenção é no sentido de Vossa Excelência estabelecer um critério igualitário de investimentos para as (19) freguesias que constam do território. Nós o que entendemos, Senhor Presidente, é que nos apoios da Câmara Municipal às juntas de freguesias o equilíbrio é fundamental, visando a coesão e o desenvolvimento harmonizado e coerente do concelho. Nós não pretendemos um crescimento desigual. Pretendemos um crescimento harmonioso, proporcional e igualitário. E o que eu entendo, Senhor Presidente, eu já há algum tempo atrás lhe pedi, aqui numa das assembleias anteriores, - e o Senhor Presidente, porque eu posso estar errado - eu não tenho essa informação, que me fornecesse o investimento feito pelo município em cada uma das freguesias. E eu, neste momento, o que é que vejo: Investimento público - investimento público em Cucujães: Posto de GNR, 650.000,00€; Escola Secundária Dr. Ferreira da Silva, 1.600.000,00€; Requalificação da Rua do Mosteiro, 700.000,00€; Anfiteatro ao Ar Livre, 200.000,00€; Requalificação da envolvente ao Museu Regional e ao Cemitério, envolvente ao Estádio Municipal de Cucujães, 300.000,00€;*

*Reconstrução da Estação e criação de Albergue Municipal, 250.000,00€. São quase 4.000.000,00€. Se me perguntar - Se eu estou insatisfeito com isto? Obviamente, eu estou tremendamente satisfeito. E muito mais havia para fazer. Isto além dos contratos interadministrativos e as demais delegações comuns ao que a Câmara faz com outras freguesias. O que nós chamamos à atenção para o Senhor Presidente é que o investimento nas freguesias tem que ter uma proporcionalidade. E nós temos que fazer crescer o concelho de forma unitário e de forma coerente, e de forma equilibrada para que não tenhamos freguesias “de primeira e outras de segunda.” Portanto, eu termino a intervenção dizendo que, tenho a indicação por alguns presidentes de junta, mas não tenho infirmação fidedigna, de que, em algumas freguesias o investimento público, nestes últimos quatro anos, não foi mais de 150.000,00€ / 250.000,00€. Portanto, eu gostaria de estar errado. Gostaria de estar errado. Mas para isso gostaria que o senhor presidente me habilitasse do investimento público que fez, neste mandato, em cada uma das freguesias. Pode diferenciar o investimento público e os contratos interadministrativos. Mas gostaria de saber isso. E gostaria também de deixar este apelo a Vossa Excelência. Muito obrigado, Senhor Presidente. =====*

*===== Para dar resposta às intervenções anteriores, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**.=====*

*===== Muito boa tarde a todos e a todas. Cumprimentar, em primeiro lugar, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal, cumprimentar os Senhores Secretários, os meus caros colegas de Executivo, cumprimentar os Senhores Presidentes de Junta de Freguesia, os Senhores líderes de bancada aqui presentes, o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Cesar - Augusto Moreira, que nos acompanha presencialmente nesta Assembleia, os senhores funcionários da Câmara Municipal, os Senhores deputados municipais que nos acompanham via web, via transmissão digital, cumprimentar também a comunicação social e, naturalmente, todos aqueles que nos acompanham a partir de suas casas através da ferramenta youtube. Desejar a todos votos de muita saúde e também votos que, naturalmente, estendo às vossas famílias. Em relação às intervenções que aqui foram feitas, dar aqui nota que, naturalmente, é com todo o regozijo que assistimos à entrada em funcionamento do Posto da GNR de Cucujães. É uma velha aspiração dos cucujanenses, mas é também legítimo dizermos que é uma velha aspiração de todos os oliveirenses. E este não é o tempo, digamos, de chamarmos para nós o protagonismo da iniciativa. É o tempo de celebrarmos todos o facto de que uma velha aspiração foi finalmente satisfeita. E a mim cabe-me, naturalmente, agradecer a todos aqueles, e foram muitos, os que colaboraram para a sua concretização desde, naturalmente, o próprio executivo camarário, os membros desta assembleia municipal, o Senhor presidente da Junta de Freguesia de Cucujães, a sua assembleia de freguesia. Naturalmente também o senhor presidente da Junta de Freguesia de Cesar, que teve muita paciência para esperar que fosse lançada a primeira pedra deste posto para que depois desenvolvêssemos esforços no sentido de procurarmos também para a Freguesia de Cesar termos uma resposta. E naturalmente também, e por último, aos seus militares e sobretudo aos*

*cucujanenses (estes dois grupos) que sofreram de uma forma mais direta as terríveis condições com que foram confrontados ao longo de todos estes anos. Uma palavra de agradecimento especial também para a tutela, que soube olhar para Oliveira de Azeméis com responsabilidade e com a preocupação que o avançado estado de degradação que os nossos postos apresentavam. E naturalmente uma palavra muito especial para o Senhor Comandante Territorial de Aveiro, Senhor Coronel Maximiano Alves, que foi absolutamente fundamental em todo este processo. E também o Senhor Ex-comandante da GNR, Tenente General Botelho Miguel, que foi também muito importante. Porque foi desta conciliação de vontades que, naturalmente, surgiu a possibilidade de requalificarmos o antigo edifício das finanças (Cucujães) e ali instalarmos o Posto da GNR. Uma palavra também, isto é muito importante fazê-lo, para o senhor empreiteiro. Porque, efetivamente, não é normal nos dias de hoje termos um empreiteiro que inicia uma obra e a conclui dentro do prazo. E a conclui com um trabalho de grande qualidade que poderá ser apreciado por todos. Portanto, dizer apenas e só que este é mais um resultado do trabalho conjunto, do trabalho de equipa feito por todos os oliveirenses. E portanto, todos nós estamos naturalmente de parabéns. Eu se calhar passaria agora para a intervenção do senhor Augusto Moreira e depois falaria da intervenção do doutor Fernando Pais. O Augusto Moreira falou e bem de um problema que nós sentimos diariamente, sofremos na pele, com as intervenções da concessionária, um pouco por todo o concelho que, naturalmente, depois são acompanhadas de uma deficiente reposição das condições do pavimento. O que causa imensos transtornos, inclusive cria problemas de segurança para automobilistas e peões. Esta preocupação esteve sempre presente. Desde a primeira hora que temos feito um trabalho muito sério de, naturalmente, exigir à concessionária que a concessionária adote outro tipo de práticas e naturalmente responsabilize os empreiteiros que contrata para que tenham um outro tipo de qualidade nas intervenções que fazem. E por isso é que nós fizemos um regulamento interno. O novo Regulamento Municipal com condições muito objetivas que define exatamente aquilo que tem que acontecer quando é feita uma intervenção no espaço público. Esse Regulamento entrou em vigor e neste momento a concessionária Indáqua respeita, a concessionária Indáqua e todos os operadores que intervêm no espaço municipal respeitam aquele Regulamento. Porque se não respeitar estará sujeita às sanções que no próprio documento estão previstas. Dizer-lhe também que nomeamos internamente na Câmara Municipal um responsável, um técnico superior, que acompanha todas estas intervenções, que as fiscaliza, que as monitoriza e que emite um relatório que, naturalmente, quando elas não têm as condições desejadas, notifica a concessionária para que a concessionária proceda à regularização do problema. Portanto, é um facto, não tínhamos um instrumento claro que nos permitisse, um Regulamento exigente que nos permitisse reivindicar de forma objetiva a deficiente intervenção no espaço público, não só em relação à concessionária da rede de água e saneamento mas também a todos os outros operadores, e são muitos, que intervêm nas vias públicas e nos passeios públicos e que causam efetivamente um conjunto de constrangimentos que nos prejudicam a todos. Dizer-lhe também que, a concessionária foi confrontada com a necessidade de proceder a um conjunto de regularizações de pavimento que passam pela fresagem*

*de um conjunto de troços que estão em más condições. E vai fazê-lo. Vai avançar, logo que as condições atmosféricas o permitam. Dizer-lhe também, que é muito importante que se fique com este registo, com esta nota, que, estas condições deviam estar devidamente acauteladas, no contrato de concessão que fizemos com a concessionária. E essa preocupação não foi devidamente acautelada no contrato de concessão. E isso permite que a concessionária abra vala e apenas seja obrigada praticamente a requalificar a vala que abriu. E depois, naturalmente, as consequências dos abatimentos determinam que tenhamos depressões que são muito prejudiciais para o trânsito. Em relação à intervenção do senhor deputado Jorge Melo Pereira: Bom, dizer que, sinceramente, não estou nada surpreendido com a sua intervenção. Vem na linha daquilo que tem sido dito e escrito noutros fóruns, noutros registos. Mas, naturalmente que estou desiludido. E estou desiludido porque recorrentemente os senhores tecem críticas, os senhores procuram encontrar culpados. E este tem sido efetivamente o vosso modus operandi em toda esta pandemia. E o senhor tem razão quando diz que somos diferentes. Efetivamente somos diferentes. Nós temos uma visão completamente diferente sobre aquilo que é a forma de estar na política, sobre a forma de atuarmos enquanto agentes políticos responsáveis. E isso tornou-se ainda mais evidente nesta pandemia. Os senhores nunca me ouviram vangloriar, nunca me ouviram apropriar de qualquer sucesso nesta pandemia, nunca me viram procurar ter algum tipo de protagonismo nesta pandemia. Aliás, sempre fui claro quando disse que hoje estamos bem e amanhã podemos estar mal. O que é um facto, senhor deputado, é que os senhores estão sempre presentes quando os indicadores são maus. E acusam o presidente da câmara. E dizem que o presidente da câmara é o responsável pelos números que temos no concelho. Isolam o nosso concelho, como se este problema não fosse um problema nacional e mundial. Mas quando os números melhoram: os senhores desaparecem; os senhores calam-se. Aliás, fazem outra coisa: sussurram, muito baixinho, por aí, que foi sorte. Não é resultado nem mérito de rigorosamente ninguém. A nossa postura tem sido completamente diferente desde a primeira hora. A nossa postura é uma postura de grande seriedade, de grande responsabilidade, de grande ponderação em todo este processo. Uma postura onde confiamos nas instituições. Não duvidamos. Não criticamos. Não dizemos mal das instituições. Pelo contrário, percebemos as suas dificuldades, percebemos as suas fragilidades. E procuramos num trabalho de articulação, num trabalho de recuperação feito com toda a discricção, sem protagonismos bacocos, procuramos fazer aquilo que é absolutamente importante, não aproveitar politicamente uma crise de saúde pública gravíssima e fazer aquilo que é mais importante, e que é criar condições para salvar vidas. Repito: criar condições para salvar vidas. Isso é que é absolutamente determinante. Para nós nunca foi importante transformar a pandemia numa competição, fazer primeiro. Para nós foi sempre importante decidir bem. E mantemos exatamente esta matriz de atuação. Não temos uma visão - eu diria: provinciana, se quiser, em relação ao acompanhamento desta pandemia. Eu tenho assistido, curiosamente, a um verdadeiro romance shakespeariano, uma verdadeira tragédia de Romeu e Julieta que, como sabem, retratava a vida de dois jovens cujas famílias rivalizavam entre si mas que acabaram por se unir quando os dois jovens fatalmente morreram. Mas deixe-me que reescreva um pouco este*

*romance, esta tragédia de William Shakespeare, do Século XVI, para dizer que, há uniões que muitas vezes causam a morte. E, portanto, eu apenas lhe queria dizer uma coisa tão simples quanto isto, para que perceba: O senhor não pode continuar a ter um registo onde basicamente diz: As pessoas não me ouviram. O Presidente da Câmara não me ouviu. O Governo não me ouviu. O mundo não me ouviu. Porque se me tivessem ouvido nós não teríamos praticamente nenhum caso em Oliveira de Azeméis. O País seria talvez referencia mundial. E o mundo não teria infelizmente estes números trágicos que apresentamos. E naturalmente que a sua abordagem não se estende apenas aos responsáveis políticos. O senhor acaba por estender também essa abordagem aos responsáveis mesmo na área da saúde, ao senhor diretor executivo do ACES que tem feito um trabalho absolutamente brilhante e também à própria autoridade de saúde local. Eu lamento que o senhor viva num mundo onde as pessoas infelizmente falham. As pessoas são humanas. E peço desculpa por o senhor ser prejudicado pela nossa condição humana, porque efetivamente nós não temos tido a capacidade de aproveitar todo esse seu talento. Mas eu gostaria que o senhor me explicasse o seguinte - Também a mim me cabe, de vez em quando, fazer questões: Eu gostava que o senhor me explicasse se os presidentes de junta de freguesia, os presidentes de câmara por esse País fora, por esse mundo fora foram incompetentes e irresponsáveis quando foram infetados pela Covid-19? Eu perguntava-lhe: se os profissionais da Unidade de Saúde La-Salette, por exemplo, (USF La-Salette) que foram infetados por Covid-19, se considera que são incompetentes e irresponsáveis? Eu perguntava-lhe: se considera que a equipa da Oliveirense, que foi infetada por Covid-19, e tantas equipas por esse país fora se são irresponsáveis e se são incompetentes? Eu gostava de lhe perguntar, se acha que os GNR(s) de Oliveira de Azeméis, que foram infetados, e também as autoridades um pouco por esse país fora, se são irresponsáveis e se são incompetentes, os guardas prisionais, por exemplo, das nossas cadeias? Eu perguntava-lhe, se acha que os funcionários, os utentes das IPSS's e os profissionais de saúde são irresponsáveis por terem sido infetados? Eu perguntava-lhe, se os bombeiros de Oliveira de Azeméis e de Fajões são incompetentes e são irresponsáveis por terem sido infetados? Não vale a pena estarmos aqui, senhor deputado, toda a noite com um conjunto de exemplos. Eu vou-lhe perguntar só se sabe de quem é esta frase: " A forte vaga da Covid-19 que afeta especialmente a região norte do país fez aumentar também o número de casos no nosso Corpo de Bombeiros." - Esta frase é de autoria de um Corpo de Bombeiros de Espinho, que acionaram a fase mais elevada do seu plano de contingência. Eu pergunto, se acha que os seus 17 colegas, dos Bombeiros de Espinho, que foram infetados, são irresponsáveis e são incompetentes? Olhe, eu respondo-lhe já que acho que não. Acho que fizeram tudo o que estava ao seu alcance para se protegerem, mas infelizmente ficaram doentes. E naturalmente que, aquelas pessoas que ficaram doentes e aquelas pessoas que infelizmente faleceram, em resultado desta terrível doença, não são irresponsáveis e incompetentes. E só para lhe dizer, senhor deputado, que esse comportamento é um comportamento absolutamente lamentável e, infelizmente, não é um exclusivo apenas do seu partido. O senhor vai-me desculpar, mas esse tipo de comportamento é um comportamento que não respeita nada nem ninguém. Não respeita o trabalho extraordinário que foi feito por um*

*conjunto de pessoas, por um conjunto de instituições que procuraram fazer o seu melhor para socorrer as populações e para proteger as vidas das pessoas. Dizer-lhe outra coisa, também não vou estar aqui a comentar esse tipo de observações: o ranking da letalidade zero. Faleceram pessoas no Concelho de Oliveira de Azeméis. E eu não brinco com a morte. A morte é uma coisa muito séria. O senhor sabe que, desde o princípio da pandemia que tem havido um registo absolutamente lamentável de procurar questionar tudo aquilo que foi feito. Colocou-se em causa a Câmara Municipal, porque não protegia os seus trabalhadores, porque não mandava os seus trabalhadores para teletrabalho. A Câmara Municipal - queriam os partidos da oposição que mandasse os trabalhadores para teletrabalho, mesmo antes de assegurar as tarefas de estafeta, que foram absolutamente fundamentais nas compras, nos medicamentos, no pagamento das contas de alguns seniores que foram obrigados a ficar confinados; mesmo antes de asseguramos os serviços essenciais, como as limpezas e desinfecções de vias, e todos os outros serviços essenciais que são fundamentais para a população. E depois tivemos, mesmo antes de esperar pelo Decreto - julgo eu, 3614-D, do Gabinete da Senhora Ministra da Modernização do Estado e da Administração Pública, no dia 23 de março, que regulou o teletrabalho. No dia 24 de março, a Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis, fez o despacho para o teletrabalho. Houve mesmo um partido da oposição que chegou a dizer: que os trabalhadores da autarquia deviam ser excecionalmente protegidos e serem um exemplo para todos os outros trabalhadores públicos e para os próprios trabalhadores privados. Os trabalhadores da autarquia não têm que ser beneficiados nem têm que ser prejudicados. Aliá, os trabalhadores da autarquia foram protegidos. E os números que nós tivemos de contaminados, de infetados na autarquia de Oliveira de Azeméis, infelizmente são os nossos, não são os dos outros municípios. E a nossa responsabilidade é preocuparmo-nos com os nossos. E foi isso que nós fizemos. Mas a preocupação em criticar tudo e todos passou pela compra dos computadores, passou pela compra dos ventiladores, passou pela compra das máscaras. Eu lembro-me de ver um responsável político a acenar com a máscara a dizer que a máscara não tinha certificação CITEV, quando o certificado estava no invólucro da própria máscara. Houve uma tentativa deliberada de induzir na opinião pública a informação de que o presidente da câmara sonegava informação aos oliveirenses. Tivemos críticas ao processo de vacinação, quanto à gripe, em Oliveira de Azeméis. Tivemos um conjunto de críticas recorrentes num conjunto de domínios. E, portanto, dizer-lhe que, foi este o comportamento que nós tivemos e que nós assistimos, ao longo de todo este tempo. E, portanto, senhor deputado, não é assim que nós nos posicionamos nesta pandemia, tem toda a razão quando diz que nós somos completamente diferentes. Dar só uma nota: quando referiu os tostões que nós damos a quem mais necessita. Estamos a falar de 4.500.000,00€. Eu desafio a procurar nos concelhos desta região municípios que tenham feito este tipo de investimento no combate à pandemia. O senhor disse que, desde a assembleia municipal de 03 de dezembro, que nós somos notícia pelas piores razões. Nós também fomos notícia no anuário dos municípios dos portugueses, referente a 2019, quando ficamos em 17º lugar, entre os 100 municípios de média dimensão do País, sendo o primeiro município da Área Metropolitana do Porto e o primeiro do Distrito de Aveiro do ranking global.*

*Isto devem ser números que, naturalmente, nos orgulha. Em relação à ambulância de Suporte Imediato de Vida (SIV) e ao trabalho e à sua importância: Mais uma vez, aquilo que foi feito foi: aquilo que nos compete, aquilo que é a nossa obrigação., procurar influenciar o INEM, procurar influenciar a tutela para esta resposta. Que era uma resposta a que tínhamos direito mas que tardava. E felizmente tivemos condições para a instalar no nosso território. Conforme disse, os números são esses que revelou. São números importantes. Mas o que é importante é que tenhamos mais uma resposta fundamental disponível ao serviço da saúde dos oliveirenses. Em relação ao Centro de Línguas de Oliveira de Azeméis - senhor deputado - eu, enfim, ouvi-o e fico surpreendido com a forma como aborda as questões: Fá-lo com uma leviandade que é mesmo preocupante. O senhor diz que as pessoas foram atiradas para ali sem quaisquer condições de segurança, sem aquecimento, sem instalações dignas; As pessoas foram desalojadas das instalações. Oh, senhor deputado: As pessoas do Centro de Línguas de Oliveira de Azeméis têm finalmente, hoje, condições para desenvolver o seu trabalho. E terão ainda mais condições no futuro quando nós tivermos um Fórum Municipal e pudermos retirar de todo aquele edifício, de todo aquele edifício, alguns serviços públicos. Mas deixe-me que lhe diga uma coisa que é muito importante: A Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis pagava cerca de 50.000,00€ por ano, pelo aluguer destas instalações. O senhor sabe quanto é que nós pagamos desde que ocupamos instalações no Centro Comercial Rainha, tem alguma ideia de quanto é que pagamos em rendas? Não tem nenhuma ideia? - 1.300.000,00 €, foi quanto nós pagamos em rendas pelo aluguer do espaço nas instalações do Rainha. E aquilo que eu tenho para lhe dizer - eu só estou a chamar este número. O senhor não tem obrigação de o saber, como é evidente. Mas eu estou a chamar este número por uma questão muito simples: esse dinheiro daria para ter construído umas instalações de raiz, novas, com todas as condições de dignidade que o senhor reclama e bem. E aquilo que nós estamos a fazer, aquilo que nós estamos empenhados é que aquele edifício tenha todas as condições, muito melhores condições do que as condições que existiam antes, para que tenhamos esta resposta a ser disponibilizada às nossas crianças e aos nossos jovens. Em relação á intervenção do senhor deputado Fernando Pais, sobre a Estalagem S. Miguel. Não podíamos estar mais de acordo. Efetivamente esta estalagem é um equipamento importantíssimo para o nosso concelho. É um equipamento importantíssimo para o Parque. É um equipamento que naturalmente tem um papel importantíssimo a desempenhar na atração de turistas, na atração de visitantes seja para que turismo for para o nosso território. Gostaríamos muito que o problema estivesse resolvido. Os problemas são muitos. E esse foi um grande legado que nós realmente herdamos. Foram muitos problemas. Não muitas obras, mas muitos bicos-de-obra. E, portanto, nessa perspetiva, efetivamente, esse é um problema, é uma pedra no sapato que nós temos ainda para resolver. Já foram resolvidos muitos, felizmente, como o antigo Centro de Saúde que hoje alberga, felizmente, o Cento de Línguas. Mas esse efetivamente está para resolver. Nós continuámos a achar que este equipamento deve ficar na fileira do turismo. É essa a resposta que neste momento nos parece ser mais interessante para aquele equipamento. É evidente que nós neste momento temos interessados para o equipamento, mas, para outro tipo de resposta. Julgo*

*que todos concordamos, aliás, o senhor deputado acabou de o dizer, que aquele equipamento deve continuar ao serviço do turismo do nosso concelho e do norte de Portugal. Todos estamos de acordo que aquele edifício está profundamente degradado, há muitos anos. Nunca teve, nem nunca foi desenhada, nem nunca foi ensaiada nenhuma solução para a resolução deste problema. Bom, o que é que acontece? Deixe-me só corrigi-lo, quando o senhor diz que devíamos ter feito procura ativa; que devíamos ter auscultado o mercado; que devíamos ter contactado com fundos de investimento. Tudo isso foi feito, senhor deputado. Tudo isso foi feito, antes de termos as duas hastas a serem lançadas. É evidente que nós neste momento estamos perante um problema complicado. Os investimentos hoteleiros, neste momento, estão suspensos, em resultado da crise pandémica. E naturalmente este não é um bom momento para nós procurarmos atrair investidores para ali. É evidente que nós gostaríamos, todos nós gostaríamos, que a solução passasse por um investidor local. Por um filho da terra que, naturalmente, tendo uma sensibilidade e conhecendo a história e a importância daquele património resolvesse requalificá-lo. Nós chegamos a estas funções e tomamos conhecimento de uma avaliação, que toda a gente desconhecia, para aquele equipamento, com vista à sua alienação. Bom, nós fizemos contas. E percebemos que, dado o seu estado de degradação, se avançássemos para um processo de concessão que - imaginemos - façamos um exercício - por exemplo - levaria a uma renda mensal de 5.000,00€ para a concessionária. Estaríamos a falar de 60.000,00€, por ano. Estaríamos a falar, por um período de concessão normal de 30 anos, de 1.800.000,00€. Ora, para nós parece-nos mais razoável, em termos de retorno de investimento, em termos de construção de um quadro favorável ao investimento, que o investidor tenha a possibilidade de adquirir o equipamento e tenha a possibilidade de investir lá os milhões que são necessários para criar uma resposta que seja tecnicamente viável, que seja financeiramente rentável. E portanto, foi apenas e só estas as contas que nós fizemos. Foi perceber que dificilmente teríamos investidores disponíveis para investir, para fazer um investimento substancial. Estamos a falar sempre de um investimento de milhões de euros que é necessário para requalificar. E aquilo que nos dizem, os tais investidores que nós contactamos, é que aquilo para ter viabilidade precisa de ter 4, 5, dezenas de quartos ou mais. E, portanto, para isso, precisa mesmo de um investimento expressivo. E, portanto, nós continuamos a trabalhar. Nós, neste momento, estamos em vésperas de lançar um concurso público, precisamente para termos imobiliárias, que operam em outros segmentos de mercado, nomeadamente, também, no mercado internacional mas em determinado tipo de investidores, para podermos também disponibilizar este equipamento nesses mercados. Eu gostaria muito que este equipamento tivesse uma solução. Não me parece que, nós fazendo um estudo para a sua requalificação, não sabendo claramente para que objetivo ou a Câmara investir na sua requalificação não sabendo para que fim ou para que uso, não me parece que seja muito razoável, nem me parece que seja muito sensato. Também não me parece, muito sinceramente, que a Câmara tenha vocação para fazer a gestão e a exploração deste tipo de respostas hoteleiras. Temos muitos casos por esse país fora e não são bons exemplos da capacidade das autarquias para fazer esta gestão. Inteiramente de acordo, senhor deputado, era fundamental que nós*

*criássemos uma resposta para isto. A única coisa que eu lhe posso dizer, em resultado até ao desafio que me lançou, é que não vou descurar. Não vou descurar o assunto. E vamos trabalhar. Como disse, não é fácil. Se fosse fácil já estava resolvido há muito. Mas vamos continuar a trabalhar para tentar encontrar aqui uma resposta para este problema. Em relação aos investimentos nas freguesias: Oh, senhor deputado ... Pura e simplesmente, não é verdade. Eu não gosto de falar deste assunto. Estes assuntos são assuntos melindrosos. E mesmo que se diga: - Ei, estão a investir tanto ali. - Mas eu não estou nada contra esse investimento. Fica aqui uma marca, uma chancela, um estigma que eu acho que não faz sentido rigorosamente nenhum. Uma gestão moderna, uma gestão inteligente de uma autarquia leva a que nós tenhamos esta preocupação permanente de promover a coesão do território. E há investimentos que fazem sentido numa freguesia. E há investimentos que fazem sentido noutra. Se o senhor perguntar aos senhores presidentes de junta de freguesia; Com certeza que os senhores presidentes de junta de freguesia lhe vão dizer, que não sentem, que não sentem essa distinção, que não sentem essa falta de equidade. Nós procuramos atender aquilo que são as solicitações da junta de freguesia. E procuramos fazer uma distribuição séria, uma distribuição bem ponderada dos recursos financeiros disponíveis, por todo o território concelhio. E é isso que nós estamos a procurar fazer. E naturalmente que estamos a assistir a uma grande quantidade de obras em Cucujães. Mas estamos a falar de uma freguesia importante do nosso concelho. Como estamos também a assistir a muitas obras em Oliveira de Azeméis. E estamos a assistir a obras em outras freguesias. Eu posso-lhe dizer que, neste momento, por exemplo, na freguesia de Ossela, a freguesia de Ossela está a ter investimentos sem paralelo, como nunca teve na rede viária e na requalificação da rede viária. Isto significa que nós olhamos para os territórios com a atenção que eles nos merecem. E, efetivamente, não temos essa visão de favorecer uma freguesia em detrimento de outra. Porque essa foi a géneses do produto que nós temos hoje. Se hoje temos freguesias francamente desenvolvidas e outras freguesias tão atrasadas. É porque no passado não houve precisamente essa preocupação, não houve essa visão de desenvolvimento coeso e harmonioso do território. E por isso é que temos estas assimetrias que estamos a procurar resolver. Eu posso-lhe dizer que houve investimentos colossais em S. Martinho da Gândara. Houve investimentos fortíssimos em Carregosa. Olhe, na sua freguesia, em Fajões está a haver um investimento brutal na requalificação da escola. Mas há também apoios substanciais à Junta de Freguesia num conjunto de intervenções - aliás, vamos tê-los aqui hoje a serem aprovados - que pretendem realizar. Portanto, tranquilizo-o. Há efetivamente uma preocupação em tratar todos os territórios com respeito e com a consideração que eles nos merecem. Deixe-me só dizer-lhe uma coisa, de forma perentória: é completamente falsa essa fonte de que investimos numa freguesia, seja ela qual for, 150.000,00€ ou 200.000,00€, em 4 anos. É absolutamente falso. Esse valor não tem nenhuma aderência com a realidade. Se isso for verdade, traga-me esses números. E eu imediatamente assumo aqui o compromisso de investirmos para corrigirmos rapidamente essa desigualdade. Porque isso não é verdade. Nós temos procurado fazer um trabalho sério. Temos procurado dizer presente, nem sempre é fácil, nem sempre é possível, aos senhores presidentes de junta. E*

*naturalmente a mim cabe-me, aqui neste momento, agradecer o trabalho extraordinário que os presidentes de junta têm tido no sentido de procurar desafiar a Câmara para um conjunto de investimentos que pretendem fazer nos seus territórios e ao mesmo tempo a sua preocupação permanente em promover a melhoria da qualidade de vida das pessoas.=====*

*===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal voltou a conceder o uso da palavra ao Deputado **Jorge Pereira**, do CDS/PP. =====*

*===== Senhor Presidente da Câmara, Eng.º Joaquim Jorge, também lhe confesso que não fiquei nada espantado nem admirado com a sua intervenção que aqui fez. Nada. Rigorosamente nada. Também o seu registo tem vindo a ser o mesmo de há uns tempos para cá. Mas também lhe digo Senhor Presidente, que não vou descer ao nível que o senhor colocou esta intervenção política neste momento. Mas, usando as suas expressões, Senhor Presidente: bacoco e provinciano - Foi precisamente a intervenção que o senhor acabou de proferir aqui agora. Porque o senhor mostra que não sabe conviver com a crítica. E como eu estava aqui a dizer, não me surpreende essa sua intervenção, nem muito menos me surpreende o nível a que o senhor colocou este debate político. Senhor Presidente, o CDS sempre esteve na linha da frente em ajudar a solucionar problemas. O CDS nunca culpou o Senhor Presidente, como responsável da pandemia. O CDS o que sempre acusou o Senhor Presidente é que o senhor não tem tido a capacidade suficiente para gerir esta crise. Isto sim, é que é a realidade. E o Senhor não desminta. E não é com a sua habilidade de articulação silábica que consegue iludir as pessoas e os oliveirenses. Não, Senhor Presidente, assuma as suas responsabilidades. E quando o senhor refere que os trabalhadores da autarquia não podem ser colocados nem diferenciados, nem podem ser tratados de melhor maneira do que os outros. Ó Senhor Presidente, aí está muito enganado. Nas autarquias, os funcionários da autarquia, é o senhor, enquanto entidade patronal, que tem o dever, por lei, de lhes conceder todas as condições de segurança, ao abrigo da segurança no trabalho (ao abrigo da Lei do ACT). O senhor sabe que eu não lhe estou a ensinar nada. O senhor deve saber muito melhor do que eu. O senhor tem essa obrigação de zelar pela segurança dos seus trabalhadores. E, sim, era um bom exemplo que o senhor estava a dar à sociedade geral porque demonstrava que estava a dar um bom exemplo na sua própria entidade que está a gerir. E que, diga-se de passagem, nesse âmbito, está a gerir muito mal. Gestão de crise, Senhor Presidente, não é andar a reboque, nem atrás, nem a correr atrás do prejuízo. Gestão de crise é planear e prever o pior cenário que pode vir a acontecer. Isso é que é gestão de crise. E, portanto, ainda bem que o senhor andou a estudar os Bombeiros de Espinho. Ainda bem. Porque os Bombeiros de Espinho, o senhor também não disse aqui a verdade toda. É conveniente que o senhor diga a verdade toda. Foi buscar uma excelente afirmação. Mas digo-lhe uma coisa, Senhor Presidente: Os Bombeiros do concelho de Espinho são uma referência. E o modelo que lá está implementado é o modelo que o Comando Distrital de Aveiro adotou para todas as corporações do Distrito de Aveiro no seu plano de contingência. E esses 17 bombeiros que foram infetados foram identificados como infetados*

*Covid. Sabe quando isso ocorreu? Numa testagem preventiva descobriram um caso e testaram o Corpo de Bombeiros inteiro e descobriram os outros 17 casos. Não corremos atrás do prejuízo, andamos à frente do prejuízo. E era isto que nós sempre defendemos. O senhor não tem culpa da pandemia. Mas o senhor tem a obrigação de fazer mais e melhor. E é esse o nosso papel. Exigir que o senhor faça mais e melhor. Porque está nas suas mãos. E não é fazer a testagem massiva. Porque se tivesse sido feita atempadamente nas escolas, nos bombeiros, forças de segurança, nas IPSS teríamos tido a identificação das cadeias muito mais atempadamente e aí, esta cadeia, esta pandemia, estes números colossais que atingimos hoje não seriam tão reais. E é aqui que o senhor tem a sua quota-parte de responsabilidade, enquanto autoridade municipal de proteção civil. Por outro lado, Senhor Presidente, a bem da verdade também, lhe digo, é verdade que quem está a gerir a crise não tem sido a Proteção Civil mas, sim, a Direção Geral de Saúde. E isso não é preciso dizermos a toda a gente como é que esta gestão tem sido feita desde o seu início. Porque, o que hoje é verdade, amanhã para a DGS é mentira. Se antes não aconselhavam o uso de máscaras agora até já vem aconselhar o uso de duas máscaras. Portanto, não há aqui coerência, não há aqui um critério credível por parte da DGS. Mas o senhor, enquanto responsável pela Proteção Civil Municipal, tem a responsabilidade de exigir mais e exigir a segurança que é justificada que o senhor pretende para o seu município e não tem feito isso. Quanto ao Centro de Línguas, Senhor Presidente: O Centro de Línguas, eu não referi aqui que se deveria manter no edifício Rainha, não o referi. Apenas referi que foram desalojados do Centro Comercial Rainha e depois foram provisoriamente alocados na Escola Secundária Ferreira de Castro. Até aí, tudo bem. Agora, a precipitação de passar a escola (Centro de Línguas) para o edifício do Antigo Centro de Saúde, antes da conclusão das obras, com a caixa do elevador destapada correndo risco das crianças e de quem lá passasse, caírem nessa caixa de elevador, com os andaimes das obras também ainda instalados em todo o edifício, com a falta de aquecimento. Senhor Presidente, não fui eu que inventei estas faltas de condições. Foi porque estas queixas chegaram ao nosso conhecimento. Nós nem sequer fomos visitar as instalações. Mas acreditamos na palavra dos alunos e na palavra dos professores. E, Senhor Presidente, mesmo lhe irritando esta nossa intervenção e esta nossa crítica, não caia neste nível tão baixo de linguagem que não abona em nada a democracia. Muito obrigado.=====*

*===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal voltou a conceder o uso da palavra ao Deputado **Fernando Pais**, do PSD. =====*

*===== Senhor Presidente, eu ouvi a sua resposta à minha intervenção. Queria só reiterar a ideia, se me poderá fornecer o investimento público efetuado em cada freguesia. Ficava-lhe grato.=====*

*===== Para prestar mais esclarecimentos, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**. =====*

===== *Peço desculpa, senhor deputado Fernando Pais, claro que lhe vou dar toda a informação sobre os investimentos que temos feito nas diferentes Juntas de Freguesia. Porque essa é a minha obrigação. E também quero que o senhor tenha essa informação para lhe provar que efetivamente existe uma preocupação séria, responsável, em termos o nosso concelho a funcionar todo à mesma velocidade. Bom, senhor deputado Jorge Melo, o senhor não disse rigorosamente nada, não conseguiu explicar-me o que é que seria diferente se fosse o senhor que tivesse esta responsabilidade. Eu não descii a nível nenhum. Eu vou ter a preocupação de lhe trazer os seus escritos, os seus comentários, em relação a toda esta situação pandémica para percebermos quem é que tem tratado este assunto que é uma grave crise de saúde pública mundial com consequências trágicas a um nível que é francamente deplorável e absolutamente repugnante. Porque, não é aceitável que alguém utilize uma crise sanitária com esta gravidade para fazer campanha política. E foi isso que os senhores fizeram, desde a primeira hora. E é isso que o senhor continua a fazer. Deixe-me dizer-lhe o seguinte: Eu não omiti rigorosamente nada, em relação aos Bombeiros de Espinho. Eu não tenho nenhuma preocupação de falar sobre qualquer tema de forma aberta. Agora, eu não considero que os Bombeiros de Espinho são um modelo. Para mim, todos os bombeiros são um modelo. O trabalho que os Bombeiros de Oliveira de Azeméis e Fajões fizeram nesta pandemia foi um trabalho absolutamente essencial para a salvaguarda, para o socorro e para a proteção das populações. E tenho a certeza absoluta que não ficaram a dever rigorosamente nada aos Bombeiros de Espinho. Não tenho dúvida rigorosamente nenhuma sobre isso. Mas deixe-me que lhe diga: O senhor disse que o seu modelo que era o modelo que era utilizado.... Bem, eu desconheço. Eu sei que os planos de contingência dos nossos bombeiros foram feitos pelas nossas corporações e têm uma enormíssima qualidade. Mas deixe-me dizer-lhe uma coisa, só a título de curiosidade: o município que andou sempre a reboque teve oportunidade de apresentar um plano de contingência para as IPSS que, a pedido da Autoridade de Emergência e Proteção Civil, foi disponibilizado a todos os municípios do distrito de Aveiro. Porque fomos o primeiro município a apresentar um documento com aquela qualidade. Não consegui perceber, particularmente, o que é que quis dizer. Quis-se defender como pode. É evidente que não teve grande capacidade para responder às questões que eu lhe coloquei. Mas, deixe-me que lhe diga o seguinte: Os funcionários da câmara municipal: Quando falei foi em protagonismos bacocos. Não falei na sua intervenção. E quando falei, foi numa visão provinciana da pandemia. Foi isso que eu disse. Portanto, é bom que fiquemos claros. Porque ainda aqui há dias, enfim, eu fui injustamente acusado de uma coisa que disse - aliás, está incluída numa declaração de voto - que também não é verdade mas a seu tempo lá chegaremos e lá esclareceremos e reporemos a verdade. Deixe-me lhe dizer o seguinte: Em relação aos funcionários da câmara municipal aquilo que eu disse, aquilo que eu comentei, foi a afirmação de que eles deviam ser um exemplo para todos os outros funcionários públicos e para os funcionários privados. Os funcionários da câmara municipal não podem ser prejudicados nem beneficiados, com esta pandemia. E aquilo que se tem que fazer é uma coisa muito simples: É*

*cumprir a Lei. E na Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis a Lei foi cumprida. Os nossos funcionários foram protegidos. Nós não temos uma situação excepcional na Câmara de Oliveira de Azeméis que seja diferente da situação de muitas outras câmaras. Aquilo que se tem procurado dizer é: enfim, foi uma gestão deficiente da pandemia; o senhor presidente não teve capacidade para gerir; foi um conjunto de lugares comuns que depois, traduzidos na prática, materializados, não dão coisa nenhuma. Agora, há uma enorme vontade de dizer que o concelho foi dos piores. Aliás, o senhor acabou numa assembleia de dizer que o Município de Oliveira de Azeméis estava no top 20 dos municípios mais infetados, quando na realidade não estava. E não sei onde é que foi buscar o número. Mas, se quiser repescá-lo depois trá-lo numa próxima assembleia, para me contrariar. Mas a vontade é tal que o senhor, inclusive atreve-se a fazer estes exercícios. Que são exercícios que basicamente dão a entender que, se efetivamente o senhor fosse chamado a gerir os destinos destas coisas, eventualmente os números que teríamos seriam completamente diferentes. Deixe-me que lhe diga: Não acredito nisso. Infelizmente. Eu julgo que todos fizemos o melhor que podíamos. E todos: estou a falar dos autarcas, estou a falar das autoridades de saúde, estou a falar da tutela. E, se num dado momento as coisas foram positivas e foram referenciadas como, até, exemplares no domínio internacional, houve momentos onde as coisas não correram tão bem e depois há uma reversão e voltamos a ter momentos onde as coisas francamente estão a correr bem. Eu julgo que, quando falamos nestas coisas devemos ter cautela, devemos ter prudência. Devemos procurar, sim, estar permanentemente disponíveis para construir soluções, para estar ao lado de quem está na linha da frente no combate a esta crise sanitária gravíssima e procurar com o nosso contributo ajudar a ultrapassar problemas. Não foi isso que eu senti da oposição, no nosso concelho, infelizmente. Que procurou permanentemente aproveitar esta situação para ter, enfim, obter dividendos políticos. Só responder à questão do Centro de Línguas de Oliveira de Azeméis: Mais uma vez o senhor não consegue ter uma intervenção onde tenha o rigor de dizer, enfim: Isto realmente correu mal. Mas efetivamente isto correu bem. Não consegue fazê-lo. O senhor só consegue destacar as partes negativas das coisas. É uma forma estranha de estar na vida política. Porque não se constrói assim. Não se constrói a dizer mal. Não se constrói com toda essa carga negativa. As soluções de políticas públicas de qualidade constroem-se com positividade com relação ente as pessoas, não é com disjunção. Bom, deixe-me que lhe diga o seguinte: O senhor reconheceu uma coisa que é muito importante. O senhor veio cá contar uma narrativa que não viveu, que não presenciou. Diz que lhe vieram dizer. E acredita em quem lhe disse. Muito bem. Mas, então, também tem que acreditar em mim. Se quiser - como é evidente - não é obrigado. Eu sei que é difícil. Mas também não lhe tenho dado muitas razões para não acreditar em mim, nem a si, nem aos senhores deputados e muito menos aos oliveirenses. Mas deixe-me que lhe diga o seguinte: Efetivamente, o elevador não esteve a funcionar. Mas o elevador estava no sítio. Estava devidamente vedado. E foi feita uma vedação provisória que impedia os alunos de se deslocarem para a zona do elevador. Essa é que é a verdade, essa é que é a realidade. E, portanto, como sabe, houve a necessidade de sairmos das instalações onde estávamos porque há renovações de contratos de arrendamento que se não forem feitas naquele momento renovam-*

*se por mais x anos. E, portanto, foi isso que se procurou impedir. Eu julgo que toda a gente compreendeu. Tivemos uma colaboração extraordinária dos responsáveis pelo Centro de Línguas. Claro que eles sentiram na pele estes constrangimentos. Mas as coisas são mesmo assim. Há uma fase onde nós passamos por alguns problemas e depois há uma fase onde nós estabilizamos as coisas e as coisas funcionam com toda a normalidade e com toda a regularidade. E é isso que me importa sublinhar. É que tínhamos um edifício abandonado, um edifício degradado, numa zona central da cidade. E hoje temos um edifício disponível para servir a comunidade com um conjunto de respostas, algumas delas de natureza municipal e outras respostas que julgo que são muito importantes para toda a comunidade. =====*

*===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Deputado **Albino Martins**, do PSD. =====*

*===== Boa tarde ou boa noite Senhora Presidente da Assembleia, boa tarde Senhor Presidente da Câmara, na pessoa de Vossas Excelências quero cumprimentar todos os participantes nesta sessão, a quantos trabalham para que ela seja possível nestas condições e a todos os que possam estar a assistir em qualquer ponto, no nosso concelho ou no mundo. Felicito-a, Senhora Presidente, por ter avançado para uma forma de realização da Assembleia mais consentânea com a infeliz realidade pandémica que vivemos. Senhor Presidente da Câmara, há dias as redes sociais fizeram eco, com algum dramatismo, da demolição das ruínas ainda existentes do antigo Centro Vidreiro. Percebo a nostalgia de alguns oliveirenses que lá trabalharam uma vida; percebo e comungo da preocupação de não apagarmos da nossa história aquilo que foi ao longo de décadas e mesmo séculos a nossa principal atividade industrial. Por isso aqui trago o assunto. Sobre a demolição agora operada nas insalubres e inseguras ruínas aplaudimos e só esperamos da parte dos proprietários que o trabalho seja completado. Quanto à preservação da nossa história, queremos dizer algo mais. Honra-nos justamente de sermos a terra pioneira da indústria vidreira em Portugal. Uma indústria com seis séculos que andou sempre ligada à produção da matéria-prima em locais muito próximos. Mas a indústria vidreira sofreu uma notória quebra em Portugal e no mundo, já no século XX, com a introdução do plástico. (Todos sabemos). Felizmente, em Oliveira de Azeméis a força produtiva do vidro migrou para as indústrias dos plásticos, dos moldes e afins, o que muito contribuiu para mantermos uma pujança industrial notável. Na decadência da indústria vidreira, o Centro Vidreiro encerrou de vez a sua laboração em finais da década de oitenta do século passado, como já muito antes haviam fechado as fábricas de Bustelo, de La-Salette, do Cercal, entre muitas outras. Depois deste encerramento definitivo, os proprietários (ou sociedades liquidatárias, não importa ao caso) venderam as instalações que deram origem às construções que se conhecem naquele local. A solução podia ter sido outra? Podia. Mas as regras do PDM existentes (e que vinham dos tempos em que a fábrica ainda laborava) não impediram aquelas construções. Não havendo nada a fazer no que está para trás, importante era travar futura especulação imobiliária que acrescentasse mais construção em*

*altura para poente. Ora, na revisão do PDM de 2013, houve o cuidado de salvaguardar essa proteção. Bom seria agora que a nova revisão do PDM, já em marcha, não descursasse esta salvaguarda, porque a construção para aquela zona já basta - no nosso entendimento. Estamos em crer que o Senhor Presidente da Câmara não vai esquecer este aspeto. Senhor Presidente da Câmara, até aqui referi-me só ao edificado onde laborou o antigo Centro Vidreiro, construções essas que, em si, não apresentavam qualquer relevância patrimonial ou histórica. O legado da história do vidro em Oliveira de Azeméis, esse sim, faz parte do património imaterial que não podemos deixar perder, custe o que custar. Há mais de 10 anos, quando já o Centro Vidreiro tinha desaparecido, a Câmara adquiriu a Casa do Mateiro e espaço envolvente, mesmo à entrada do Parque de La-Salette e nas traseiras daquela que fora a grande unidade industrial. Para aí foi idealizado o centro de interpretação do vidro cuja construção passou pelas vicissitudes que se conhecem, até ao estado de abandono em que caiu desde há quatro anos. A suspensão das obras, a devolução de fundos comunitários e outros prejuízos são temas que têm preenchido inúmeras intervenções do Senhor Presidente. Na resposta que me vai dar dispenso - naturalmente que me vai dar uma resposta sobre isto - o recurso à repetição destes argumentos acusatórios como justificação. Nos três anos e meio que leva de mandato já deu para o Senhor Presidente perceber quão duro é o caminho que trilha e quantas dificuldades, atrasos e obstáculos se lhe deparam a cada momento, desde os vistos do Tribunal de Contas, da falência de empreiteiros, o incumprimento de responsabilidades assumidas por parte de contratantes com a autarquia, e por aí adiante. Infelizmente, no meio ano de mandato que ainda tem pela frente, à medida que alarga a frente de obra, vai encontrar mais, provavelmente muito mais. Tomáramos nós todos, os oliveirenses, que assim não fosse. Como há de compreender os seus antecessores passaram pelo mesmo e sentiram as mesmas frustrações por não conseguirem cumprir os objetivos. Dai que lhe peço que não os venha repetir agora. Senhor Presidente da Câmara, mais do que continuar a julgar o passado, os oliveirenses querem que pense no presente e no futuro. E nesse sentido, concretamente o que pretende fazer para salvar a memória do vidro em Oliveira de Azeméis? Sei que na resposta vai falar-nos da candidatura a Património Imaterial da Humanidade. Muito bem. Aplaudimos. E de concreto, quando, conhecidos no mundo como berço da indústria vidreira nacional, formos visitados por uma excursão de ingleses, suecos ou até asiáticos, que temos para lhes mostrar? A extração dos caulinos no Côvo? E o centro de interpretação do vidro que podia contar a nossa rica história e ser um museu vivo onde se pudesse ver o fabrico artesanal, tal como há cem ou duzentos anos, ao lado de peças do espólio do Centro Vidreiro ainda preservadas? E por que não também termos algo mais relacionado com a força do trabalho, com as centenas ou milhares de operários que laboraram a arte do vidro? Esses obreiros tiveram um sindicato onde lutaram pelos seus interesses e pelos seus direitos e a sede do Sindicato dos Vidreiros, em Bustelo, pode também contribuir para a reposição desse passado. Voltando à obra que deve concentrar as atenções, daqui para a frente, na reposição da nossa história vidreira, concluo este tema pedindo ao Senhor Presidente da Câmara que me responda apenas a três perguntas: - Presentemente em que ponto da construção do centro de interpretação do vidro nos situamos? Segunda pergunta -*

*Qual a intenção futura da Câmara acerca desta obra? E finalmente - Caso a resposta vá no sentido da sua continuidade, qual o tempo previsto para a sua conclusão? Senhora Presidente da Assembleia, para rentabilizar o tempo, e já vamos longe, gostaria de aproveitar esta mesma intervenção para interpelar o Senhor Presidente da Câmara sobre outro tema. Todos temos consciência dos transtornos causados à atividade humana por uma pandemia que nos assola há um ano e que promete não dar tréguas tão cedo. Neste contexto, a atividade educativa terá sido das mais prejudicadas e o futuro revelará os verdadeiros custos de, pelo menos, dois anos atribulados na formação das nossas crianças e jovens. O ensino à distância foi uma tábua de salvação a que o Ministério da Educação se agarrou mas, não bastassem as desvantagens desta modalidade, sobretudo para os mais novos e para os mais desfavorecidos, o Estado não se soube precaver depois da experiência do primeiro confinamento e o Governo não conseguiu cumprir as promessas de computadores para todos. Resultado: ao arrepio de todas as boas intenções, os mais frágeis continuam a ser os mais prejudicados, não tenhamos dúvidas nenhuma. Pergunto ao Senhor Presidente: Qual a situação em Oliveira de Azeméis? A Câmara Municipal conseguiu suprir as falhas do Ministério da Educação no fornecimento de computadores, sobretudo aos alunos do 1º e 2º ciclo do Ensino Básico? Muito obrigado. =====*

*===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Deputado **Manuel José Soares**, do PS. =====*

*===== “A incompreensão do presente nasce fatalmente da ignorância do passado” - Esta citação do historiado Marc Bloch - pode ser perfeitamente o mote do conceito património e a sua realidade material que correm sempre o risco de sofrer um enquadramento ambíguo, não poucas vezes eivado de abordagens dúbias e pouco consequentes. Frequentemente assistimos, por um lado, à declaração de compromisso por parte das autoridades, no sentido de não deixar cair no esquecimento o património material de que dispomos e Portugal e os seus municípios detêm um filão inesgotável, neste domínio, Oliveira de Azeméis não é exceção. E por outro, uma inercia que é justificada por uma ausência de meios financeiros e logísticos, frisando que se deve privilegiar a utilização e a aplicação dos recursos económicos em áreas prioritárias do presente. Talvez devido a este motivo, Oliveira de Azeméis sofreu nesta área anos e anos de alheamento. Urge um inventário do património a proteger. A recuperação de edifícios como: as antigas finanças de Oliveira de Azeméis; a antiga Escola Bento Carqueja, a iniciar; a GNR da Vila de Cucujães que possui uma história incontornável no território tendo sido escola primária, serviço de finanças, escola primária onde o autor destas linhas frequentou o primeiro ciclo, devendo muito à Senhora Professora Clementina, tal como muito cucujanenses. São exemplos da estratégia a seguir na valorização das pontes entre o passado e o presente. Estes edifícios são mais do que a concretização estética de um projeto de arquitetura. Ao longo de muitos anos representaram e representam uma âncora comunitária. Senhor Presidente da Câmara Municipal: Temos vindo a recuperar terreno nesta área de inventariação? Como se pode dignificar a Casa Museu Ferreira*

*de Castro? Tendo o património também uma vertente imaterial, qual o ponto de situação relativo à candidatura da tradição vidreira a património cultural e imaterial da Unesco? Sabemos que o que restava do edifício do Centro Vidreiro foi demolido pelo seu proprietário tendo, enfim, ficado irremediavelmente perdido esse património. No projeto do Centro de Interpretação do Vidro na Casa do Mateiro registou-se, como sabemos, a devolução de fundos comunitários perdendo-se uma candidatura de 1.4 milhões de euros. Avançou-se no inventário do património a proteger e a tratar? Termina com a constatação evidente de que o património, nas suas várias vertentes, é marca indelével da nossa identidade como comunidade e município. Muito obrigado. =====*

*===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra à Deputada **Helga Correia**, do PSD. =====*

*===== Cumprimentar, naturalmente, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal e o Senhor Presidente da Câmara e nas suas pessoas cumprimentar todos os presentes, as senhoras e os senhores deputados. Senhor Presidente da Câmara, vou falar da instalação do Centro de Vacinação de Oliveira de Azeméis na Escola Soares Basto. Estamos neste momento em contagem decrescente para a reabertura das escolas e o município de Oliveira de Azeméis em cima do joelho decide instalar o Centro de Vacinação do Município no Pavilhão de uma escola. Surgem algumas questões que devem ser clarificadas, nomeadamente o porquê de instalar num edifício escolar que está livre, por força dos alunos estarem a ter aulas à distância. No entanto, a situação atual do ensino à distância não será mantida para sempre, na medida em que vamos necessariamente desconfinar e em breve os alunos regressarão às escolas. Esta decisão vai levar a que, e em simultâneo, existam aulas e vacinação a decorrer em simultâneo num edifício escolar, com a agravante de privar os alunos nesse mesmo espaço das aulas de educação física. Conscientes de que existem várias turmas de desporto na Escola Soares Basto. Importa refletir e perceber - qual a importância da educação física para o Município de Oliveira de Azeméis? Onde vão ser lecionadas as aulas práticas de educação física? Vão ser deslocadas para outros espaços fora da escola? Ou o Centro de Vacinação vai mudar de espaço quando reiniciarem as aulas? Quais os custos desta alteração? E transtornos de comunicação e deslocação para a população em geral da mudança de local durante o processo de vacinação? Não haveria outro espaço físico, em Oliveira de Azeméis, com as condições físicas necessárias para acolher o Centro de Vacinação? Foram equacionados outros espaços? Sendo esta uma Escola da Parque Escolar, importa perceber e pergunto, Senhor Presidente, se o Município deu conhecimento e teve autorização, previa para a instalação do Centro de Vacinação, por parte da direção da escola e por parte da Parque Escolar. Para concluir, Senhora Presidente, e não menos importante, ainda sobre o tema da vacinação, perceber como está a decorrer o Plano de Vacinação no Município de Oliveira de Azeméis. Já foram vacinados todos os médicos e enfermeiros que se encontram na linha da frente no combate à Covid-19 no concelho de Oliveira de Azeméis, nomeadamente os médicos e enfermeiros das unidades de saúde locais e do Hospital São Miguel? E relativamente aos utentes*

*e funcionários dos lares de idosos, importa também perceber se foram incluídos os funcionários que prestam um importante apoio domiciliário, se foram todos ou não incluídos? E quando pensa estar concluído este processo? Muito obrigado. =====*

*===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Deputado **Bruno Aragão**, do PS. =====*

*===== Senhora Presidente cumprimento todos física e virtualmente, na sua pessoa. Espero que acima de tudo se encontrem todos bem de saúde. De facto, muitos meses de pandemia deixam as pessoas mais cansadas e naturalmente a emotividade mais à flor da pele. Há é uma coisa que nunca podemos fazer. É tão errado acharmos que está sempre tudo bem como é profundamente errado acharmos que está sempre tudo mal. Se o nível da discussão que podemos fazer é esse, bem mal vai o nosso concelho e o nosso país. E, portanto, há narrativas que nós não podemos mesmo permitir, por uma coisa muito simples: Porque, quando as pessoas estão mais sensíveis também à informação, o rigor é a única coisa que nos protege. Eu vou dar apenas dois exemplos que, felizmente, não tendo tido muito impacto, poderiam ter sido muito negativos: 21 de setembro de 2020, logo a seguir à Assembleia Municipal, um partido publica na sua página oficial uma citação, entre aspas, do senhor Presidente de Câmara, a dizer: o presidente de câmara municipal, Joaquim Jorge, afirma “testar os oliveirenses no controlo do Covid-19 é esbanjar recursos”. Permitam-me que diga - está tudo registado em ata - é completamente falso: 30 de outubro de 2020 - O mesmo partido na sua página oficial publica, entre aspas, citando declarações do senhor presidente de câmara, diz: “os oliveirenses que se desenrasquem, a Câmara não adere ao plano de vacinação SNS local.” Verdadeiro, de que não aderimos ao plano do SNS de vacinação local. Completamente falso que se tenha dito, os oliveirenses que se desenrasquem. Se o Presidente de Câmara o tivesse dito: Não era um post no facebook que devia ser colocado; Era uma denúncia pública clara. Porque é que isto é grave? Porque não se diz aquilo que de facto aconteceu. Que os oliveirenses que tinham que ser vacinados com a vacina da gripe o foram. E mais, este plano de vacinação SNS 24 local obrigava o município a pagar 2,50€ por vacina, essas pessoas tinham a vacina gratuita no serviço nacional de saúde. São apenas dois exemplos de como podemos inquirir um processo e de levantar enormes suspeitas. E há autoridades públicas que não estão a ser corretas na informação que prestam às pessoas. Podemos discordar das opções. É absolutamente legítimo e democrático. Mas há uma coisa que não podemos confundir: Aquilo que é fazer uma política de caos sistemático. Não tem nada a ver com oposição. É uma coisa diferente. É procurar de facto causar suspeitas nas pessoas, quando não há razão nenhuma para que isso se verifique. E de facto, nas últimas semanas temos vivido um dos momentos mais difíceis desde a declaração do estado de emergência a 18 de março de 2020. Esse momento sente-se ainda muito, pela situação de enorme confinamento que vivemos. Sente-se sobretudo pela enorme pressão económica e social que vivem muitas famílias e muitas empresas. Neste momento a maioria dos concelhos já não está em risco extremo e pelo que conhecemos dos dados, rapidamente a maioria*

*não estará em risco extremamente elevado. É um problema que afeta todos. Já fomos um dos piores países do mundo, em determinado período e, agora somos, aparentemente, um dos que tem a pandemia mais controlada. Também aqui não tem havido padrão ou distinção. Escolas encerradas pela Europa, professores em esforço, profissionais de saúde cansados, mas resilientes. Empresas a tentar por tudo aguentar, mais pessoas desempregadas ou com medo de perder o emprego. O esforço, ininterrupto, sistemático de tentar municipalizar esta pandemia é uma coisa que temos que condenar profundamente. Os municípios procuram responder da melhor forma e, sobretudo, de forma articulada. O tempo já parece distante e já quase já não nos lembramos: Da pressão para desinfetar ruas e das críticas que os concelhos que não o fizeram sofreram. Afinal, sabemos hoje, nem se justificava. A pressão para ter um drive-through, um centro de testagem e outras respostas, cada um no seu concelho, mesmo que técnica e cientificamente tudo o pudesse desaconselhar. A pressão sobre as escolas e a resposta pronta de muitos municípios, como o nosso, na compra de computadores. Nem vale a pena recordar as suspeitas completamente absurdas que se levantaram e mesmo quando desmistificadas, nem um pedido de desculpa ou uma retratação pública. A pressão sobre os lares e a necessidade de ter um plano desde a primeira hora. Fomos - como já o disse o Senhor Presidente - nisso pioneiros. Mas nem por isso fizemos alarde ou achamos que era relevante ter que o dizer. A pressão para distribuir equipamentos de proteção, sobretudo a quem mais precisava. A pressão para apoiar coletividades e ajudar à sobrevivência do associativismo. E a enorme pressão sobre as famílias, como foi a suspensão de tarifários, a redução do IMI ou o vale educação. Cada município foi encontrando formas de o fazer. Sem essa coisa de ser o primeiro ou o último, sempre tonta. Ou de se exigir uma resposta porque o município do lado tem ou de não exigir, porque o município do lado não a tendo é porque ela não é necessária ou importante. O que foi preciso foi trabalhar ininterruptamente, sobretudo, junto das pessoas e das instituições num enorme esforço coletivo. Sabemos ainda o que nos espera e sabemos a importância de envolver as pessoas e de lhes dar toda a informação. Esperam-nos ainda alguns meses de pandemia. Esperamos que a vacinação nos traga esperança efetiva ao mesmo tempo que continuamos a trabalhar para recuperar os problemas do concelho, todos anteriores à pandemia. Aliás, do ponto de vista da gestão pública a nossa pandemia foi mesmo financeira e demorou mais de uma década. Teremos também que ajudar ao esforço de recuperação das famílias e das empresas. Permita-me por isso, Senhor Presidente, colocar questões concretas em dois níveis: Primeiro sobre a emergência, a resposta ao momento, e depois sobre a resiliência e a recuperação. Sobre a emergência: Neste último confinamento as escolas foram novamente encerradas. O município antecipou esse encerramento e preparou-se para ele. Que informações nos pode dar sobre os alunos que estão a ser apoiados, as necessidades em termos de computadores e de rede? O que foi a inegável substituição do Município em responsabilidades que são do Estado, não o podemos negar. Como está o apoio às escolas e de que forma continuam as intervenções de reabilitação de escolas degradadas há muitos e muitos anos? Que informação tem sobre a vacinação nas estruturas residenciais para idosos? Fomos um dos primeiros concelhos a iniciar esse processo e também não sentimos necessidade nenhuma de*

*o ter que afirmar. Mais uma vez isso não tem qualquer importância. Importa é que esteja de facto concluída. Que informação tem sobre o processo de vacinação mais alargado, sobretudo nas fases 2 e 3? Neste momento, ainda em fase 1, os idosos estão a deslocar-se a São João da Madeira, que centraliza os 3 concelhos. Quando está prevista e se está prevista a vacinação num centro do Concelho? E agradecemos também por isso toda a informação e esclarecimentos que possa dar. Mas não espere, Senhor Presidente, da parte do Partido Socialista, que lhe coloquemos questões técnicas que pelo tom denunciam a resposta que esperemos. Confiámos perfeitamente nas Autoridades de Saúde, na Câmara Municipal, na Proteção Civil e nas estruturas nacionais que vêm desenhando este processo. E, para terminar, sobre a resiliência e a preparação: A grande bazuca municipal é de facto a gestão de rigor que temos vindo a fazer. Teremos oportunidade de falar sobre isso. E é anterior à pandemia. Bem anterior. Reconhecemos todos que para além dos enormes problemas estruturais do concelho que começamos a resolver, que alguns começam a reconhecer, enfrentaremos muitos outros. O Município lançou a Agenda 2030, uma agenda para que possamos pensar e refletir os próximos 10 anos e, como comunidade, todos juntos, definir as nossas prioridades. Sejamos membros de um partido, de uma coletividade ou de uma empresa. Sejamos futuros investidores, cidadãos a título individual, grupos informais de cidadãos. Todos temos alguma coisa a dizer sobre o nosso território e a forma como o devemos pensar a médio e a longo prazo. Não só nos une, como de facto nos torna mais fortes e mais efetivos. Senhor Presidente, como estão a responder os cidadãos a este repto da Câmara Municipal? Como pode também esta Assembleia contribuir para esta discussão fundamental? E o que devemos esperar desta Agenda 2030? Este concelho perdeu muito tempo e não tem de facto tempo a perder. Vamos a isso, continuemos o caminho. Muito obrigado. =====*

*===== Para dar resposta às intervenções anteriores, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**.=====*

*===== Em relação á intervenção do senhor deputado Albino Martins: Ele, perguntou e respondeu ao mesmo tempo, dispensou as minhas respostas. Eu percebo perfeitamente que não queira que se diga o que efetivamente se passou. E é muito mais fácil agora exigir soluções do que propriamente as ter despoletado quando tivemos responsabilidades inequívocas neste processo e tivemos condições para o fazer. Efetivamente temos um problema com a Casa Pilkington e temos um problema com o outro edifício atrás que albergaria o Centro Interpretativo do Vidro. O que é que nós vamos fazer pela preservação deste importante património? É evidente que quando estamos a falar da demolição que ocorreu no edifício muito recentemente, que viu uma das suas paredes ruir e caiu em cima de uma viatura, portanto, o proprietário fez aquilo que lhe competia que era criar condições de segurança e, portanto, daí ter avançado para aquela demolição. Mas aquele património já se perdeu irremediavelmente há muitos anos atrás. Aquilo não é um problema de hoje. Tivemos hoje aqui uma intervenção que referiu precisamente a importância de nós protegermos o nosso património, seja de que natureza for. Este era um bom*

*exemplo do património que devia ter sido, em devido tempo, devidamente protegido. E não teve, senhor deputado, nada a ver, rigorosamente nada a ver com as regras do PDM que permitiam a construção. Nós podíamos ter classificado aquele património como património de interesse municipal ou poderíamos ter feito ali uma salvaguarda patrimonial e impediríamos que a construção se realizasse naquele local. Não o quisemos fazer. Hoje, as consequências são aquelas. E perdemos efetivamente um edifício absolutamente distintivo, único, eu diria mesmo - único, que seria extremamente importante para potenciar não só este património, esta herança vidreira que nós temos, toda a evolução da arte vidreira até aos dias de hoje, mas seria muito importante para nós, preservando esta identidade, atrairmos pessoas para visitarem o nosso território e contactarem com o nosso extraordinário e impressionante percurso neste domínio. Bom, aquilo que se vai fazer por este património é muito simples: Vamos procurar reabilitá-lo, logo que seja possível. Não podemos querer é o melhor de dois mundos. Nós neste momento estamos numa crise pandémica. E os senhores, por um lado, reclamam que nós não façamos investimentos, que nós paremos com as obras e que apoiemos as famílias e a economia. Por outro lado, os senhores reclamam que nós resolvamos os problemas na Estalagem, que resolvamos os problemas no Centro Interpretativo do Vidro. Bem, nós temos que ter uma ponderação séria, em relação às questões com que somos confrontados. Efetivamente, nós temos.... Aliás, temos aqui no ponto - suponho- dois, desta Ordem de Trabalhos, dois processos judiciais - um de 339.000,00€ e outro de 40.000,00€ - que o empreiteiro moveu contra a autarquia. E, portanto, ainda temos para resolver esse problema, se a sentença não nos for favorável, de 380.000,00€ que são reclamados, pelo menos nestes dois processos. E julgo que eventualmente haverá um outro. Dizer-lhe que, nós, efetivamente, devolvemos meio milhão de euros, neste mandato, de fundos comunitários. Herdamos este problema do executivo anterior. E efetivamente perdemos uma candidatura de 1.400.000,00€. Nós pedimos orçamentos - já dei esta explicação aos senhores deputados - para procurar perceber quanto é que custaria a requalificação deste edifício. E a requalificação deste edifício custaria uma verba que neste momento é absolutamente incomportável para aquilo que são, digamos, as disponibilidades do Município. Ora bem, como é que nós vamos defender este património imaterial, este património material do vidro, esta tradição vidreira que nós temos no nosso concelho e que tocou, por um lado, as nossas famílias, a nossa realidade social, mas foi também muito importante em termos da realidade económica? Vamos fazê-lo exatamente nessas dimensões. Olhando para aquilo que é o nosso património imaterial. E por isso nós avançamos com uma candidatura a património imaterial da Unesco onde vamos procurar classificar a evolução da arte vidreira até aos dias de hoje como património imaterial. Esse é um processo difícil, um processo complexo, um processo moroso. Mas estamos a trabalhar nesse processo. Passa por requalificarmos o Centro Interpretativo do Vidro. Criar essa resposta. Passa por requalificarmos outro edifício que está abandonado há muitos anos, tal como o Centro Interpretativo do Vidro, o Sindicato dos Operários Vidreiros do Norte de Portugal. Nós compramos o edifício e deixamos o edifício degradar-se completamente. E passa também por nós olharmos para aquilo que é a origem do vidro no nosso concelho, que é a Quinta do Côvo. Julgo*

que, se nós tivermos a capacidade de transformar estes quatro apontamentos ou cinco apontamentos num roteiro visitável; Nós vamos ter seguramente - nos quatro ou cinco apontamentos estou a incluir também o Berço Vidreiro - aqui algo que permita a quem nos visita perceber a importância que o vidro desenvolveu num dado contexto, perceber a importância histórica que o vidro tem para o concelho de Oliveira de Azeméis. E naturalmente apresentar também outras formas de olhar para o vidro, formas completamente diferentes das formas com que nós olhamos nestes últimos quatro séculos. E, portanto, aquilo que se vai fazer é trabalhar para transformar o vidro precisamente no aspeto identitário, no aspeto referenciador da nossa identidade coletiva. É esse aspeto que nos une. É esse aspeto que nos identifica. É esse aspeto que nos distingue de outros territórios. E, portanto, nós queremos criar essas condições. E, portanto, eu digo-lhe que, respondendo concreta e objetivamente às questões que colocou: - Em que ponto está o Centro Interpretativo do Vidro? Está a degradar-se todos os dias. É esse o ponto em que está. - Qual a intenção futura? A intenção futura é requalificar o equipamento, logo que existam condições financeiras para o fazermos. Como sabe, também, infelizmente, tivemos uma tragédia que foi o falecimento do senhor arquiteto Pedro Fernandes, o arquiteto autor do projeto e filho do nosso conterrâneo arquiteto Gomes Fernandes. - Qual o tempo necessário para a sua conclusão? Não lhe sei responder. O tempo necessário para a sua conclusão começa a contar a partir do momento em que temos uma obra adjudicada e temos um empreiteiro em obra e mesmo assim é preciso que tudo corra bem. Em relação ao ensino à distância: - Qual a situação em Oliveira de Azeméis, em termos dos computadores? Bem, nós procuramos criar, dentro das nossas possibilidades, a resposta para que as nossas crianças pudessem ter ensino à distância. Eu sei que os nossos Agrupamentos de Escolas receberam do Ministério cerca de 170 computadores. Nós disponibilizamos 330 computadores que tínhamos disponíveis. E julgo que, no concelho de Oliveira de Azeméis, o problema está resolvido. A informação que tenho é que, na próxima semana, o Ministério vai entregar mais computadores às escolas. O senhor deputado, se me perguntar quantos são? Não faço a menor ideia. Mas é essa a informação que me foi dada. E portanto, neste momento, eu julgo que o problema do ensino à distância e dos meios informáticos que são necessários para o assegurar, não se coloca no nosso concelho, ao nível daquilo que são as responsabilidades da Câmara Municipal. Em relação à intervenção do senhor deputado Manuel José: O património, seja de que natureza for, é absolutamente determinante para o nosso futuro. E, portanto, nós temos a obrigação de olhar para esse património com toda a responsabilidade. E naturalmente que os exemplos que falou são muito importantes. Nós falamos aqui do Centro Vidreiro, que infelizmente se perdeu. Mas temos as nossas pontes, temos as nossas calçadas antigas, as romanas e as medievais, temos os nossos Crastos, temos as Minas do Pintor, que é um património arqueológico industrial muito importante, que temos que preservar. Eu já lhe disse qual é ponto de situação da tradição vidreira. [Houve uma questão qualquer que colocou que eu, sinceramente, não consegui ouvir. Mas se a quiser repetir, eu terei todo gosto de lhe responder, porque houve uma dada altura em que eu fiquei aqui sem ouvir o que estava a dizer. Peço desculpa por isso. Mas esta forma é uma forma que tem alguma complexidade.] =====

===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal voltou a conceder o uso da palavra ao Deputado **Manuel José Soares**, do PS, para voltar a colocar a questão. =====

===== Queria também pedir desculpa pelo lapso de delicadeza, eu não saudei a Senhora Presidente da Assembleia, a colega Secretária, os Senhores Deputados, o Senhor presidente da Câmara, o público que está a assistir a esta sessão, a comunicação social, os funcionários da câmara. Senhor Presidente tinha a ver com o inventário do património a proteger e a tratar. E a Casa Museu Ferreira de Castro, penso que, enfim, será algo a melhorar no futuro, tendo em conta esta grande figura do nosso município. =====

===== Colocada a questão, o Senhor **Presidente da Câmara Municipal** continuou a sua intervenção:=====

===== Muito obrigado. Senhor deputado peço desculpa por, não ter, na altura, aquando da sua intervenção, ouvido a sua questão. A Casa Museu Ferreira de Castro está a ser alvo de uma candidatura à ADRITEM. Esperemos ter a possibilidade de começar a criar um percurso de afirmação de turismo cultural suportado essencialmente na figura do José Maria Ferreira de Castro. Este é um ativo fundamental. E é um ativo que é absolutamente determinante para que nós tenhamos aqui a possibilidade de implementar um conjunto de roteiros literários que, com os Caminhos Ferreira de Castro, podem ser uma resposta importante de atratividade de pessoas que têm interesses na cultura do nosso território. Em relação ao património - eu julgo que está a falar do património do acervo que nós temos do vidro. Ele está guardado. Temos algum acervo, cerca de 1000 peças que serão utilizadas quando tivermos o edifício que as possa receber. Em relação á intervenção da senhora deputada Helga Correia: Colocou aqui um conjunto de questões, em relação ao Centro de Vacinação que está a ser criado. Bom, deixe-me dizer-lhe o seguinte: Já agora, dar aqui nota de um agradecimento que veio da ARS-Norte aos três municípios, Oliveira de Azeméis, S. João da Madeira e Vale de Cambra, pelo trabalho que têm desenvolvido e pela colaboração permanente que disponibilizam à Autoridade Regional de Saúde do Norte. Em relação ao processo do Centro de Vacinação, dizer-lhe o seguinte: Não é a Câmara Municipal, nem é o presidente da câmara, como compreende, que escolhe os locais para vacinação. Nós identificamos um conjunto de locais; Disponibilizamos esses locais. E a decisão da Autoridade de Saúde Local e da ARS-Norte recaiu sobre o pavilhão da Soares Basto. E recaiu sobre o pavilhão da Soares Basto, em detrimento de outras soluções como, a Biblioteca Municipal Ferreira de Castro, o Arquivo ou edifício da Junta de Freguesia ou, até, eventualmente, o antigo quartel dos Bombeiros Voluntários de Oliveira de Azeméis. Nunca a sugestão que foi apresentada pelos senhores vereadores do PSD, que foi a Garagem Justino. Porque, também, à semelhança do senhor deputado Jorge Melo, nunca entraram recentemente no edifício porque senão perceberiam que, chove copiosamente no seu interior, não tem condições de segurança .... Eu quando citei o

senhor deputado Jorge Melo foi porque também não entrou no Centro de Línguas de Oliveira de Azeméis, porque senão certamente não teria feito a intervenção que fez. Mas eu estou a dizer que esta sugestão que foi apresentada é uma sugestão que não reunia o mínimo de condições, não são essas as condições de salubridade e de qualidade que nós queremos disponibilizar aos oliveirenses. Dizer-vos que, em termos de Centros de Vacinação, recebemos a comunicação da ARS-Norte. A proposta apresentada foi para o Pavilhão Desportivo da Escola Secundária Soares Basto. O espaço físico tem que ter uma localização estratégica no concelho, preferencialmente localizar-se na Sede do Concelho. Tem que ter boa ventilação. Não pode estar sujeito a grandes amplitudes térmicas. Tem que ter possibilidades de aquecimento. Tem que ter acessibilidade de pessoas - isto é muito importante - com mobilidade condicionada, o que retira logo um conjunto de edifícios. Tem que ter dimensões adequadas ao plano proposto para instalação dos postos de vacinação. Tem que se ter um circuito único e contínuo do utente. Tem que ter instalações sanitárias diferenciadas, para utentes e para profissionais. E tem que ter equipamentos e superfícies facilmente higienizáveis. Depois existe um conjunto de outras condições ao nível dos sistemas de informação, ao nível das infraestruturas, ao nível da segurança, ao nível da sinalética, da acessibilidade. Dizer-vos que, só em termos de condições que são necessárias assegurar, eu tenho aqui um conjunto de páginas, para o processo: o local de registo de vacinação e de admissão; a zona de espera; as boxes com todo o material que é necessário; as salas de apoio à preparação das vacinas; o gabinete médico e de acompanhamento das reações adversas; a sala de vigilância, que é necessário ter com 40 cadeiras, dispensadores, etc.; os armazéns para os materiais de limpeza; os armazéns para os resíduos hospitalares; os vestiários, as salas para os profissionais, munidas de micro-ondas, máquina de café, contentores para resíduos. Enfim, temos aqui um conjunto vasto de questões que são necessárias assegurar. Procurando responder às questões ou, pelo menos, aquelas que eu consegui aqui registar: - Que razões é que presidiram à escolha do local? Bem, foram estas que eu lhe disse. E foi o local que reunia as condições exigidas pela Autoridade de Saúde. Portanto, foi a Autoridade Regional de Saúde do Norte que é responsável por esta escolha. Foram equacionadas, conforme lhe disse, outras possibilidades. A questão da acessibilidade e da mobilidade, naturalmente que elimina muitas possibilidades. Pergunta - se foi pedida autorização ao Agrupamento de Escolas ou/e à Parque Escolar? Bem, foram pedidas naturalmente aas autorizações. E, naturalmente, agradeço, em nome de toda a comunidade oliveirense, à Senhora Diretora do Agrupamento, dr<sup>a</sup> Maria José Cálix, pela pronta disponibilidade em aceder ao nosso pedido. E, portanto, dizer-lhe também que, o Centro de Vacinação se vai manter em funcionamento, enquanto durar o plano de vacinação. Enfim, não é isso que está em causa, mas, se eu tivesse que decidir entre a interrupção da atividade física durante os meses em que é necessário termos ali um dispositivo para vacinar os oliveirenses, eu não hesitaria em suspender essa atividade se tivesse, digamos, legitimidade para o fazer. Mas nós tivemos a preocupação de permitir que as nossas crianças, logo que regressem à escola, e esperemos que isso aconteça muito rapidamente, possam continuar a ter a atividade física não só, nas salas que estão disponíveis, também junto do pavilhão e na parte superior, mas também no

*pavilhão municipal. Porque, como sabe, o Pavilhão Municipal tem a sua ocupação no final do dia, durante o dia estará disponível e, portanto, teremos condições para que as crianças possam desenvolver aí a sua atividade. E, portanto, não vamos privar os alunos da educação física. Perguntou-me, também, qual é a importância da educação física, para este executivo? Bom, eu acho que essa pergunta é uma pergunta cuja resposta é óbvia. É uma resposta que todos nós daremos da mesma forma. A prática da educação física é absolutamente fundamental no processo formativo e capacitivo das nossas crianças e, portanto, é de primordial importância. Nós queremos que as nossas crianças cresçam saudáveis e possam aprender e apreender tudo aquilo que a educação física e os desportos de equipa e os desportos individuais lhes transmitem e, portanto, é absolutamente estratégico para nós a promoção do crescimento saudável das crianças com a atividade física associada. Em relação ao plano de vacinação de todos os médicos e enfermeiros? A informação que eu tenho, é que foram vacinados todos os médicos e enfermeiros. Ainda não foram vacinados - pelo menos é esta a informação que eu tenho - e poderei estar a incorrer numa informação falsa - os cuidadores de SAD ainda não foram vacinados. Mas., obviamente, a Câmara Municipal não é responsável pelo plano de vacinação. E aquilo que a Câmara Municipal desejaria era que todos estes cuidadores e todos os utentes estivessem vacinados. Em relação à intervenção do senhor deputado Bruno Aragão: Bom, nós, neste momento, conforme já disse, estamos a apoiar os nossos alunos com os computadores que disponibilizamos. Estamos a fornecer 225/ 226 refeições. E temos, neste momento, nas nossas escolas, filhos de trabalhadores essenciais, 112 crianças. Algumas destas crianças estão lá também por outros motivos porque, têm melhores condições de aprendizagem ali do que em casa, têm necessidade de acompanhamento especial, são crianças, por exemplo, referenciadas pela CPCJ. Para além, naturalmente, das crianças que são filhas de trabalhadores essenciais. A Câmara neste momento tem disponibilizados os 330 computadores, cerca de 140 hotspots e, digamos, criou as condições para que as nossas crianças pudessem ter o ensino à distância, que é absolutamente essencial. Em termos da vacinação nas nossas estruturas residenciais para idosos: Nós não tivemos a possibilidade de vacinar todas as nossas estruturas. Porque, como sabem, não podemos administrar a vacina em estruturas onde existam surtos ativos. E, por isso, nós, neste momento, temos 4 lares que ainda não têm a segunda dose administrada. Mas esperemos que isso venha a acontecer muito rapidamente. Em termos de situação pandémica, no nosso concelho, no que aos lares diz respeito, às ERPI mais concretamente. Nós neste momento temos um lar onde temos 4 utentes positivos. É o único problema que nós temos, neste momento num lar. E gostaríamos muito que este problema deixasse de existir e que esta situação se mantivesse para o futuro. Em relação ao processo de vacinação: Aquilo que nós estamos a prever: Nós estamos neste momento a preparar uma resposta em Oliveira de Azeméis. Aquilo que nós decidimos foi - porque o Município de S. João da Madeira, tinha uma ala disponível no seu Centro de Saúde e o Município de Oliveira de Azeméis porque, como sabem, temos a Unidade de Saúde Pública instalada no nosso Centro de Saúde, não tinha nenhuma disponibilidade de espaço - avançar imediatamente com essa ala em S. João da Madeira e criar as condições nos outros*

*concelhos para que o plano de vacinação pudesse ser administrado o mais rapidamente possível, em cada um desses concelhos. Julgo que mesmo hoje - julgo que terá sido hoje - terá havido uma transferência das instalações em S. João da Madeira do Centro de Saúde para a sala dos fornos na Oliva Creative Factory. Neste momento está a ser equipado o Pavilhão da Soares Basto. Amanhã vão ser feitas um conjunto de intervenções, no sentido de criar todas estas condições que são necessárias. E aquilo que nós esperamos é que no início da próxima semana tenhamos o pavilhão disponível para a vacinação das pessoas. Neste momento temos, residentes de Oliveira de Azeméis com mais de 80 anos, 139 oliveirenses vacinados. E oliveirenses com mais de 50 anos e menos de 65 anos temos 70 oliveirenses vacinados. E, portanto, esta é basicamente a situação que nós temos no nosso concelho, em termos da vacinação. Esperemos que venham vacinas em quantidades que permitam que nós o mais rapidamente que nos for possível administremos a primeira dose à população e, depois, cumprindo os prazos de distanciamento tenhamos condições para administrar a segunda dose. Em relação à Agenda 2030: Este é um documento absolutamente fundamental de auscultação, dos oliveirenses, da sociedade civil, de toda a gente, para que nós tenhamos um documento orientador para os próximos anos que resulte do contributo de todos. Se é um documento para todos, terá que necessariamente resultar do contributo de todos. E foi esse o desafio que nós fizemos através do questionário que fizemos acompanhar na revista VITA, que nós tentamos que chegasse a todas as casas do concelho. Neste momento, temos oito ou nove centenas de respostas. O que é para mim motivo de orgulho. É muito, muito, interessante ver esta participação cívica das pessoas. As pessoas a dizerem o que é que gostariam de ver acontecer no seu concelho. As pessoas a definirem prioridades de intervenção. As pessoas a criticarem, e com muita legitimidade, a ação do executivo. Isto é absolutamente determinante. Um concelho constrói-se com uma governação aberta, com uma governação participada, com as pessoas a serem envolvidas no processo de decisão, mas também no processo de monitorização, de concretização e de fiscalização. Isto é absolutamente determinante. É isto que nós esperamos que esta Agenda 2030 represente, um documento estratégico orientador daquilo que nós queremos que aconteça, nos próximos 10 anos, no nosso concelho. E que esse documento seja, um documento rico, um documento enriquecido com os contributos dos partidos da oposição, da sociedade civil, dos nossos empresários, enfim, de todas as pessoas que vão ser desafiadas para darem o seu contributo. Porque aí, sim, teremos um documento que será verdadeiramente estruturante. Um documento que permitirá que o nosso concelho afirme um conjunto de respostas que são absolutamente fundamentais para a recuperação de muita da sua competitividade e para, naturalmente, a afirmação num quadro de competição que nós sabemos que existe sempre quer num contexto regional quer num contexto nacional. =====*

*===== Pela Senhora Presidente da Mesa da Assembleia foi dito: =====*

===== *A hora já vai avançada e os partidos, quer o PSD, quer CDS, ultrapassaram de longe os tempos regulamentados. No entanto, eu vou dar aqui uns minutos de palavra ao senhor deputado Albino Martins. E peço-lhe que seja conciso e rápido na sua intervenção.* =====

===== *A Senhora Presidente da Assembleia Municipal voltou a conceder o uso da palavra ao Deputado **Albino Martins**, do PSD.* =====

===== *Muito obrigado, Senhora Presidente. Acho que não tem razão de queixa da minha parte nem vai ter hoje. Eu pretendo intervir apenas, dirigindo-me ao Senhor Presidente, nas duas questões que lhe pus, não porque não me tenha respondido mas, apenas para lhe dizer duas coisas. Num caso, para repor a verdade. No outro caso, para fazer um comentário. O Senhor Presidente deve ter reparado que, eu não fui nada contundente, na intervenção que fiz. Aliás, não é esse o meu apanágio. Eu costumo ser muito soft. E deve-me reconhecer essa virtude. E podia ter evitado aquelas bicadas que me deu, que deu ao PSD, quando eu lhe disse que dispensava algumas respostas que já adivinhava que dava e que não passou sem dar. Queria que evitasse isso, até para o proteger. Não quis. Vai ter que ouvir. Senhor Presidente: Eu vou citar uma estadista atual, muito conhecida na europa, que dizia a certa altura: “os presidentes não herdam problemas! Supõe-se que os conhecem de antemão, por isso se elegem de antemão para corrigir tais problemas. Culpar os predecessores é uma saída fácil e medíocre.” Portanto, é só o que lhe tenho a dizer, em relação à primeira intervenção. Acrescentando apenas que fui muito direto. Aliás, o senhor Presidente começou pelas bicadas mas, depois acabou bem e respondeu bastante bem às minhas questões. Só lhe digo que, nessas referências falou-me que poderia ter havido outra solução no Centro Vidreiro. Eu disse que sim. Podia ter havido outra decisão. Também agora vocês tomam decisões com que nós não estamos de acordo. Portanto, isto é natural, politicamente. O que eu disse é que, o edifício que ali existiu do Centro Vidreiro não era em si um património classificado que merecesse preservação como edifício. O que era importante era preservar o património imaterial, foi isso que eu disse. E esse património imaterial pode perfeitamente preservar-se no Centro Interpretativo do Vidro. O senhor Presidente depois acabou por concordar comigo - concordar que o Centro Interpretativo vai fazer esse papel, o próprio Sindicato dos Vidreiros também, etc.... Mas, fiquemos por aqui, este assunto acho que está mais que claro, não precisamos de falar mais nele. Vamos à outra questão. E a outra questão foi dirigida aos computadores das escolas, ao apoio que a Câmara prestou em substituição do Estado. Senhor Presidente, não o vou atacar em relação ao que existe e não existe, a falha não é sua, a falha é do estado. Eu disse-o claramente e repito-o: A Câmara substituiu-se ao Estado. Só que, tem que repor aqui a verdade. O Senhor Presidente diz, com a informação que tem, que, está mais ou menos resolvido o problema, em princípio está tudo sanado, está tudo resolvido. Não é bem assim, Senhor Presidente. A visão que eu tenho, no terreno, é completamente diferente porque estou aqui todos os dias em frente ao computador e vejo as dificuldades que temos. A realidade é esta. Já ouvi o Senhor Presidente dizer, noutras circunstâncias, hoje não o disse aqui mas, isso é*

*público, que só haviam 7 alunos que estavam na escola porque não tinham computador em casa. Penso que o confirma. A realidade não é essa. Eu posso-lhe dar um exemplo muito concreto. E sei-o, porque acontece comigo: Eu sou professor de 120 alunos, tenho 5 turmas e cerca de 120 alunos. Sabe quantos alunos desses 120 não tem computador? Eu já calculei e a média é geral, cerca de 20% a 30% dos alunos não têm computador. E não estão na escola. Porque se estivessem na escola a escola estaria desconfinada. Porque seriam tantos os alunos que iam para lá que não tínhamos condições para confinamento. Esses 20% ou 30% de alunos utilizam, o telemóvel que têm, o telemóvel da mãe e do pai. Já vi alunos com um telemóvel para três irmãos. Como é que se aprende numa aula síncrona com um telemóvel e um telemóvel repartido? Não há o mínimo de condições. Eu estou, neste momento, no meu último ano de carreira, estou frustrado com a realidade que tenho pela frente. Às vezes, até me emociono com isto. Não há condições, Senhor Presidente. Diga a verdade. A culpa não é sua. E, portanto, tenho que reconhecer isso. Mas, também digamos a verdade: Não há computadores para toda a gente. Nem coisa que o valha. Não há condições. E já não falo na falta de internet, nos cortes contantes. Portanto, não há, não há. Portanto, a verdade é esta. Peço desculpa. E, Senhora Presidente, muito obrigado, por me ter dado a palavra. =====*

*===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal voltou a conceder o uso da palavra ao Deputado **Jorge Pereira**, do CDS/PP. =====*

*===== Muito obrigado, Senhora Presidente. De facto, o Bruno Aragão, pessoa que eu muito estimo, fez aqui uma observação, afirmando que houve um post. E já na retórica anterior o Senhor presidente da Câmara já tinha dado também publicamente essa sugestão de que havia um post, que não era verdade, que era mentira, usado por um partido político. Esse partido foi o CDS que usou, fez uma publicação com uma afirmação do Senhor Presidente da Câmara. E de facto, as minhas sinceras desculpas. Porquê? Porque o CDS usou uma palavra com oito caracteres apenas. E a palavra que foi usada tinha dez caracteres. A palavra que foi usada nesse post foi esbanjar. O Senhor Presidente afirmou aqui na Assembleia Municipal de setembro que, a medida de testagem massiva que era esbanjar. De facto, não foi esbanjar e daí as minhas desculpas. Foi uma palavra com 10 caracteres: Foi, precisamente, desbaratar. E, portanto, a bem da verdade. E ainda bem que a Senhora Presidente nos pode agora conceder uma secretária para colocarmos o computador, com rede de Internet para podermos facilmente consultar as atas. E, se houver necessidade, a ata está preparada para ser aqui publicada, para que todos possam ver. E eu vou só ler a frase e termino: textualmente foi isto que disse - Não sei se a Senhora Presidente quer dar autorização para partilharem a tela com a ata? [não foi possível a projeção da folha da ata]. A afirmação do Senhor Presidente foi esta: “Bom, discordo em absoluto dessa perspetiva de testarmos tudo e todos. Isso sim seria um desbaratar de recursos públicos essenciais.” - Foi esta a afirmação do Senhor Presidente. E de facto, as minhas desculpas de ter usada uma palavra,*

*esbanjar, com oito caracteres para uma palavra muito diferente com dez caracteres que é desbaratar. Muito obrigado. =====*

*===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal voltou a conceder o uso da palavra ao Deputado **Bruno Aragão**, do PS. =====*

*===== Obrigado, Senhora Presidente. Acho que, na minha primeira intervenção, houve alguma dificuldade com o som. Espero que me estejam a ouvir bem. Senhor deputado Jorge Melo acho que em tantos anos de assembleias há uma coisa que já percebeu: Não cometo esses erros. Não cometo mesmo. Nunca diria uma coisa aqui que não tivesse confirmado, reconfirmado e tornado a confirmar. Aliás, eu não tenho só a ata comigo. Eu tenho a ata e tenho o devido arquivo da informação que o seu partido publicou e que nunca corrigiu. Não são oito caracteres, senhor deputado. É a mensagem. E repare no que o senhor diz: Estronca, trunca uma frase de toda uma informação do Senhor Presidente que diz isto: “Isso sim seria um desbaratar de recursos ....” E o que é que o senhor escreveu nessa informação, aliás, que eu tenho aqui à minha frente - vou tornar a repetir: “Testar os oliveirenses como medida de controlo Covid-19 é esbanjar dinheiro.” Senhor deputado, o Senhor Presidente não disse - testar os oliveirenses como medida de controlo de Covid-19 é esbanjar dinheiro. Disse uma coisa completamente diferente. Mas o que é que lhe interessou? Interessou de facto escrever a frase como está escrita, entre aspas. Portanto, o senhor não retirou nem corrigiu a frase que estava efetivamente na ata, tal como ele citou aqui. E vou cita-la novamente, para ver que nós não temos nenhum problema em voltar àquilo que dissemos - Nunca - Já lhe disse isso várias vezes: Isso seria um desbaratar de recursos. E sabe que recursos são esses? São os recursos que a autarquia tem de lidar. Mas mais uma vez lhe peço e repito, isto não é mesmo uma competição. Nem está tudo bem porque infelizmente estamos em pandemia, confinados. Nem é tudo o caos que sistematicamente afirma. Sabe porquê? Porque se eu também fosse deselegante, muito deselegante, não lembrava só esta frase nem a outra que referi a propósito da vacinação da gripe. Lembrava, por exemplo, o que é a participação na Comissão Municipal de Proteção Civil alargada que, nas primeiras reuniões, não contaram com a presença do CDS, por algum motivo. É evidente que eu sei que se não participou é porque não teve essa possibilidade. É esta a postura que nós devemos ter uns com os outros. Tal como o PSD também não participou. Recebemos todos o mesmo convite. Agora, se nós sistematicamente desconfiamos uns dos outros, porque achamos que do ponto de vista político isso tem alguma vantagem? Não. Peço imensa desculpa, isso não tem rigorosamente nada de oposição. Porque senão, neste momento, o que o senhor devia dizer é: Senhor Presidente de Câmara temos neste momento uma incidência muito, muito, muito baixa. Muitos parabéns. Um excelente trabalho da Câmara Municipal. Faz algum sentido esta intervenção? Não, não faz. Como não faz a intervenção contrária quando se diz: Senhor Presidente, no Município de Oliveira de Azeméis tanta incidência. Mesmo que à volta estejam todos assim. E que não estivessem. E que não estivessem. Não, não se ria porque isto é muito sério. Tal como é sério a insistência - e tenho que repetir - tal*

*como é muito séria a insistência de que há - e vou citar as suas palavras - sonegação de informação. Aqui não há nem com mais nem menos caracteres. Foi exatamente os caracteres com que foram utilizadas. Não há sonegação de informação, senhor deputado. Porque se houver o senhor deve apresentar uma queixa nas autoridades responsáveis. Era isso que eu faria imediatamente. Não andava aí sempre a dizer: há informação que é sonegada, há informação que é sonegada. O senhor tem até esse direito, no cumprimento do seu mandato. Se houver informação que lhe é sonegada.... Aliás, como o Partido Socialista fez várias vezes, em mandatos anteriores, exige-o às autoridades competentes quando o Município não cumpre e não presta essa informação. E então digo: e porque é que não o faz? Porque é que não o fazem? Porque sabem de facto que isso não é verdade. Porque sabem de facto que a Câmara Municipal não está a sonegar informação. Agora, o que é que interessa? Criar ruído. Criar muito ruído e insistir nessa ideia. Desafio-o e desafio as pessoas que dizem isso. No cumprimento do vosso mandato têm prerrogativas legais para exigir a informação que entendem que está a ser sonegada. Façam-no. Façam-no e partilhem essa informação com os cidadãos. É assim que pessoas sérias lidam com processos sérios. Não é assembleia após assembleia insistirem nessa ideia. Porque não é correto ou, melhor, não é incorreto, não é com o Partido Socialista ou com a Câmara Municipal, é com os oliveirenses que podem e muito bem desconfiar, dito tantas vezes, que se sonega de facto informação. E, portanto, este tipo de questões tem de facto que ficar resolvida. A partir daí é à discordância democrática - insisto - é à discordância democrática de qualquer assunto que possamos e muito bem ter. Se comprava computadores ou se não comprava computadores; Se apoiava com refeições ou se não apoiava; Se dava o vale educação ou se não dava. É absolutamente legítimo. Câmara diferentes tiveram estratégias diferentes de apoio. É isso, senhores deputados, que nos deve fazer discordar. Porque tudo o resto é desonestidade. Não tenho outra expressão. É mesmo desonestidade. Muito obrigado, Senhora Presidente. =====*

*===== Para dar resposta às intervenções anteriores, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**. =====*

*===== Senhor deputado Albino Martins, eu não dou bicadas, como é evidente. Esgrimo os meus argumentos com seriedade e responsabilidade procurando dentro da medida do possível dar respostas que satisfaçam, digamos assim, as questões que me são colocadas. Eu agradeço a citação dessa estadista - que eu não sei quem é - mas não tenho dúvidas sobre a qualidade da senhora. Mas essa senhora pode fazer todas as declamações e pode fazer todas as citações que muito bem entender. Mas o que é um facto é que ela teria que vir visitar, talvez, o concelho de Oliveira de Azeméis para perceber o que é que nós herdamos e para perceber realmente o que são problemas, porque aí ela talvez resolvesse atualizar a sua citação. Bom, dizer-lhe o seguinte: Eu discordo em absoluto, professor Albino, daquilo que disse em relação à importância da preservação do Centro Vidreiro. Eu se tivesse tido responsabilidades nessa altura teria feito tudo o que estava ao meu alcance para evitar que aquele edifício se perdesse. Aquele edifício, na minha*

*opinião, na minha opinião - volto a reforçar, era o património industrial mais importante que nós tínhamos no nosso concelho. Eu cito muitas vezes, quando converso com as pessoas, o exemplo de Real Sitio de La Granja San Ildefonso, que é um pequeno local com cinco mil habitantes, que tem um milhão de visitantes por ano e tem um edifício que era o nosso Centro Vidreiro. Requalificaram esse edifício e para além de terem naturalmente um grande museu, um dos melhores museus do mundo, tem lá uma Escola Superior de Vidro, tem um espaço de comercialização do vidro extremamente interessante. Mas nós poderíamos ter em Oliveira de Azeméis essa marca distintiva que obrigaria visitantes de todo o mundo a terem que se deslocar ao nosso território para contactarem com essa realidade do vidro. Eu tenho imensa pena que nós não tenhamos tido esta visão, não tenhamos tido esta capacidade de preservar este importantíssimo património. Em relação á questão das escolas: Professor Albino, nós tínhamos sete alunos que não tinham computador em casa, não tinham PC. Portanto, não havia PC para sete alunos. Portanto, eram esses os casos. Repare: Eu estou-lhe a falar daquilo que foram os problemas que nos foram reportados pelos Agrupamentos de Escolas e que nós procuramos resolver. O senhor melhor do que eu, como professor, como docente tem informação sobre a realidade da escola onde leciona. E, portanto, eu não me vou atrever a questioná-la. Aquilo que me foi dito foi, que, no que dizia a respeito àquilo que são as responsabilidades da Câmara Municipal, com 330 computadores que nós disponibilizamos e com os outros equipamentos que estão disponíveis mais os hotspots que nós disponibilizamos, que resolveu esse problema. Em relação aos alunos dos outros ciclos de ensino os computadores, como sabe, o dado é público é nacional, não chegaram. Portanto, os computadores estão a chegar a conta-gotas e são claramente insuficientes para as necessidades das escolas. Eu disse-lhe, há pouco, que nós tínhamos recebido nas nossas escolas cerca de 170 computadores. O professor Albino conhece a realidade de número de alunos que nós temos e sabe que esses 170 computadores não chegam para coisa nenhuma. E, portanto, é verdade que precisamos de mais computadores a chegarem, computadores da responsabilidade do Estado, às escolas para resolvermos o problema nesse ciclo de ensino. Naquilo que é da responsabilidade da Câmara Municipal, a informação que eu tenho é que o problema está resolvido. É esta a informação que eu tenho. Claro que não vou questionar ou discutir aqui uma informação diferente que eventualmente o professor Albino tenha. Não vou entrar aqui também, em relação à intervenção do senhor deputado Jorge Melo, não vale a pena entrarmos aqui nesse registo. As orientações da Direção Geral da Saúde, na altura, eram aquelas. As orientações evoluem em função do quadro pandémico. O que a Direção Geral de Saúde disse de forma muito clara foi que a testagem tinha que obedecer a critérios. Foram esses sempre os critérios que estiveram na base das decisões. E aquilo que eu disse foi, quando o senhor afirmou que era importante testar um conjunto de grupos, que isso não fazia sentido porque não eram esses os critérios de testagem. Isso seria desbaratar recursos públicos que eram importantes noutras fases e para outro tipo de respostas, como aliás hoje se vem a perceber. E foi precisamente por isso que o Governo, através do Decreto-lei 9/2020, criou um conjunto de respostas para as nossas IPSS permitindo que os nossos utentes fossem imediatamente testados, independentemente*

do grau de contacto. E foi também por isso que o Governo, a Tutela, decidiu comprar 500 mil testes para testar as nossas 5 mil escolas. E, portanto, são respostas que, o Estado está a procurar assegurar. E neste momento está, inclusive, a ser desenhado um plano de testagem que permite dar resposta aquilo que o grupo Infarmed e o grupo de técnicos de saúde aconselhou. E portanto, o que eu tenho para lhe dizer é uma coisa muito simples: Se qualquer um de nós soubesse a formula. Isto era muito simples. Houve países que testaram imensamente. Houve países que testaram muito menos. Portugal até nem é dos países que testou pouco. E os resultados são o que são. Agora, há uma coisa que eu digo, com toda a humildade e com toda a honestidade, eu não sei o que é que cada um de nós poderia acrescentar no sentido de dizer que reduziria um caso aos que nós tivéssemos no concelho. Eu julgo que, honestamente, ninguém pode dizer isso. Julgo que, honestamente, não pode dizer isso. Portanto, para terminar, Senhora Presidente, dizer-lhe que, devemos estar gratos pelas respostas que nós temos instaladas no concelho, nomeadamente no domínio das entidades que compõem a Proteção Civil, nas nossas Autoridades de Saúde, que fizeram um trabalho absolutamente extraordinário e, não tenho dúvidas, que foi o trabalho que foi possível fazer, com as circunstâncias com que todos nós fomos confrontados e que fomos permanentemente obrigados a adaptarmo-nos. Foi um processo, até ao momento, e é um processo que ainda vai continuar no futuro, extremamente complexo. É um processo muito difícil. É evidente que os dados que nós dispomos, e que são os dados que nós nos suportamos para tomarmos decisões, são dados completamente diferentes dos dados que são do conhecimento público. Mas é evidente que aquilo que eu senti em todo o momento foi que no concelho estava a fazer-se tudo que se podia para proteger a nossa população. Reafirmo aqui, mais uma vez, para terminar, nunca foi sonogada nenhuma informação aos oliveirenses. Os partidos políticos que quiseram visitaram o nosso ACES. Tiveram a oportunidade de ouvir da boca do Senhor Delegado de Saúde a dizer que não disponibilizava essa informação aos três municípios. Não foi bastante a palavra do Senhor Delegado de Saúde porque continua a ser induzida na opinião pública que o Presidente de Câmara sonogava informação. E evidente que nós não vamos, conforme sugerido, buscar aí uns números, por aí, para construir números de letalidade ou para darmos informações que não são rigorosas e não correspondem à verdade. Porque isso era o pior serviço que nós podíamos prestar aos oliveirenses. Nós disponibilizamo-nos sempre para dar toda a informação que nos fosse disponibilizada. Oficiamos a Autoridade Regional de Saúde do Norte, para exigir essa informação. Nunca obtivemos resposta. Nunca essa informação nos foi disponibilizada. E, portanto, nessa perspetiva, nós demos a informação que tínhamos disponível, informação fíável, informação fidedigna. Porque, obviamente, não se pode dar informações que não venham pelos canais oficiais. Porque isso seria o pior que podíamos fazer para ajudar os oliveirenses no combate a esta pandemia. Muito obrigado, Senhora Presidente. =====

===== A Senhora **Presidente da Assembleia Municipal - Dr.ª Helena Santos**, anunciou o tempo utilizado pelos Grupos Municipais: O PS utilizou 25 minutos e 23 segundos; O PSD utilizou

33 minutos e 49 segundos, o CDS/PP utilizou 19 minutos e 57 segundos e o Independente utilizou 02 minutos e 36 segundos. =====

===== Pela Senhora **Presidente da Assembleia Municipal** foi dito: =====

===== Queria só informar um aspeto, que não informei no início, mas que quero comunicar: o senhor deputado Bruno Costa, do PS, está substituído pela senhora deputada Cristina Pinho; e a senhora deputada Ana Neves, do PSD, está substituída pela senhora deputada Carla Preciosa; e o senhor presidente da Junta de Nogueira do Cravo/Pindelo - Manuel Rebelo, está substituído pela tesoureira - Anabela Gama. Todos apresentaram a sua justificação e o seu pedido de substituição. E está em falta o senhor António Ilídio, do PSD. E eu aproveito agora para introduzir aquilo que foi combinado com os Grupos Municipais e que há bocadinho o senhor deputado Fernando Pais me estava a lembrar: de que esta assembleia, que estava agendada para se realizar no próximo sábado dia 27, foi antecipada para este dia precisamente porque há aqui um ponto importante que precisa de ser aprovado antes dessa data e, foi a razão por que esta assembleia foi antecipada, esse ponto é o ponto 20. É uma aprovação para uma candidatura a um fundo comunitário. E como neste tipo de assembleias pode acontecer que a internet ou a eletricidade vá abaixo; O que fará com que a sessão se interrompa. Eu peço autorização para passar o ponto 20 para a ordem de trabalhos antes do ponto 05, que é para garantir que este ponto vai ser aprovado hoje. Espero que a internet e a luz não falhem até lá. =====

===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação a alteração sugerida na ordem de trabalhos, tendo sido deliberado por unanimidade a sua autorização. =====

===== Ficando a Ordem de Trabalhos ordenada do seguinte modo: =====

===== **Pontos da Ordem do Dia:** =====

===== **Ponto um:** - Ata n.º 23, Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de 27 novembro 2020; Ata n.º 24, Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de 03 dezembro 2020 - Aprovação; =====

===== **Ponto dois:** - Informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da atividade e situação financeira do Município - Apreciação; =====

===== **Ponto três:** - Relatório anual de avaliação da atividade da CPCJ/OAZ relativa ao ano de 2020 - Conhecimento; =====

===== **Ponto quatro:** - Relatório de revisão limitada de demonstrações financeiras (Reporte a 30/06/2020) - Conhecimento; =====

===== **Ponto vinte:** - Resolução de requerer a Declaração de Utilidade Pública dos terrenos abrangidos pelo Plano de Urbanização da Zona Industrial de Loureiro e destinados à “Expansão da Área de Acolhimento Empresarial de Ul/Loureiro” (I/5687/2021) - Aprovação; ==

===== **Ponto cinco:** - 1ª Revisão Orçamental 2021 (I/8541/2021) - Aprovação; =====

===== **Ponto seis:** - Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos 2021 - Inscrição de novo projeto (I/6813/2021) - Aprovação; =====

===== **Ponto sete:** - Derrama 2021 – Correção da taxa reduzida (I/127935/2020) – Ratificação e Convalidação dos atos e demais efeitos praticados à data; =====

===== **Ponto oito:** - Compromissos Plurianuais Assumidos ao abrigo da autorização prévia genérica concedida - Subsídios (I/3357/2021) - Autorização/ Convalidação e Ratificação; =

===== **Ponto nove:** - Proposta de Estorno dos valores atribuídos e não executados às Juntas/União de Freguesias (I/3161/2021) - Aprovação; =====

===== **Ponto dez:** - Minuta de Contrato Interadministrativo de apoio financeiro a celebrar com a Freguesia de S. Martinho da Gândara (I/3754/2021) - Autorização; =====

===== **Ponto onze:** - Minuta de Contrato Interadministrativo de apoio financeiro a celebrar com a Freguesia de Carregosa (I/6818/2021) - Autorização; =====

===== **Ponto doze:** - Minuta de Contrato Interadministrativo de apoio financeiro a celebrar com a União de Freguesias de Oliveira de Azeméis, Santiago de Riba-Ul, Ul, Macinhata da Seixa e Madaíl - (I/9507/2021) - Autorização; =====

===== **Ponto treze:** - Minuta de Contrato Interadministrativo de delegação de competências a celebrar com a Junta de Freguesia de Fajões (I/10110/2021) - Autorização; ==

===== **Ponto catorze:** - Minuta de Contrato Interadministrativo de delegação de competências a celebrar com a Junta de Freguesia de Loureiro (I/10113/2021) - Autorização; ==

===== **Ponto quinze:** - Minuta de Contrato Interadministrativo de delegação de competências a celebrar com a Junta de Freguesia de Macieira de Sarnes (I/10115/2021) - Autorização; =====

===== **Ponto dezasseis:** - Minuta de Contrato Interadministrativo de delegação de competências a celebrar com a União de Freguesias de Nogueira do Cravo e Pindelo (I/10118/2021) - Autorização; =====

===== **Ponto dezassete:** - Aprovação da minuta da Terceira Adenda ao Protocolo de Colaboração com a Cruz Vermelha Portuguesa - Núcleo de Cucujães (I/6613/2021) - Autorização; =====

===== **Ponto dezoito:** - Minuta de Contrato de Subconcessão de uso Privativo do Edifício de Passageiros (ID 6255) da Estação Ferroviária de Couto de Cucujães - Km 028,595 LD da Linha Do Vouga (I/3800/2021) - Autorização; =====

===== **Ponto dezanove:** - Acordo de Colaboração com o Instituto de Registos e Notariado I.P. e a Estrutura de Missão para a Expansão do Sistema de Informação Cadastral Simplificada (I/134696/2020) - Ratificação/ Convalidação; =====

===== **Ponto vinte e um:** - Regulamento Municipal de uso de Fogo de Oliveira de Azeméis (I/6921/2021) - Aprovação; =====

===== **Ponto vinte e dois:** - Aquisição de serviços de limpeza de silvado em espaços rurais e municipais e assessoria técnica na área florestal (I/9755/2021) - Autorização de repartição de encargos em mais do que um ano económico; =====

===== **Ponto vinte e três:** - Proposta de Sinalização para a Rua da Igreja (Travanca) e para a Rua da Lavoura (Pinheiro da Bemposta) - União de Freguesias do Pinheiro da Bemposta, Palmaz e Travanca) (I/121275/2020) - Aprovação; =====

===== **Ponto vinte e quatro:** - Proposta de alteração da postura de trânsito na Rua Padre Manuel Gomes de Resende, aprovação de sinalização para a Rua do Regedor, Rua Luís de Camões, Largo da Feira dos 27 e Rua Marques de Marialva, na Freguesia de Nogueira do Cravo/ Pindelo (I/8753/2021) - Aprovação; =====

===== **PERÍODO DA ORDEM DO DIA (ART.º 20º DO REGIMENTO)** =====

===== Seguindo os trabalhos, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal, deu início ao Período da Ordem do Dia. =====

===== **Ponto um:** - Ata n.º 23, Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de 27 novembro 2020; Ata n.º 24, Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de 03 dezembro 2020 - Aprovação; =====

===== Presente para aprovação a ata n.º 23 - Sessão Ordinária da Assembleia Municipal realizada em 27 de novembro de 2020 e ata n.º 24 - Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal realizada em 03 de dezembro de 2020. =====

===== Aberto o período de inscrições, registou-se o pedido de inscrição de Simão Godinho.

===== A Senhora Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor **Simão Godinho** - Presidente da Junta de Freguesia de Cucujães. =====

===== Eu não vou votar no ponto um, porque não estive presente nas duas assembleias. =

===== Colocada à votação a ata n.º 23 - Sessão Ordinária da Assembleia Municipal realizada em 27 de novembro de 2020, foi **aprovada por unanimidade, não tendo participado na análise e votação deste ponto os Membros da Assembleia que não estiveram presentes na Sessão a que ela respeita, por força do n.º 3, art.º 34º do Código do Procedimento Administrativo.** =====

===== Colocada à votação a ata n.º 24 - Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal realizada em 03 de dezembro de 2020, foi **aprovada por unanimidade, não tendo participado na análise e votação deste ponto os Membros da Assembleia que não estiveram presentes na Sessão a que ela respeita, por força do n.º 3, art.º 34º do Código do Procedimento Administrativo.** =====

===== **Ponto dois:** - Informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da atividade e situação financeira do Município - **Apreciação;** =====

===== Pela Câmara Municipal, foi apresentado um “dossier” exaustivo dando a conhecer todas as atividades realizadas pela Câmara Municipal, assim como a situação financeira do Município. =====

===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para prestar esclarecimentos. =====

===== Isto decorre de uma obrigação legal, para cumprimento do artigo 35, n.º 1, alínea y), da Lei 75/2013, o dever de informarmos a Assembleia sobre a situação financeira do Município e a atividade municipal. E é isso que nos estamos aqui a fazer, é a submeter à vossa apreciação.=====

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====

===== A Assembleia Municipal **tomou conhecimento e apreciou a referida informação.**=====

===== **Ponto três: - Relatório anual de avaliação da atividade da CPCJ/OAZ relativa ao ano de 2020 - Conhecimento / Apreciação;** =====

===== Presente o Relatório Anual de avaliação da atividade da CPCJ/OAZ - 2020, entregue em 04/02/2020, submete-se o mesmo para apreciação da Assembleia Municipal. =====

===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para prestar esclarecimentos. =====

===== Estamos aqui a ter conhecimento da intensa atividade da CPCJ, ao nível dos processos, ao nível das crianças e jovens que são servidas por esta instituição. Crianças de nacionalidade portuguesa mas também estrangeiras com várias problemáticas associadas, ligadas à violência doméstica, à negligência, ao consumo de álcool e estupefacientes, enfim, um conjunto de resposta que são absolutamente essenciais e que são dadas por esta estrutura. Queria aproveitar a oportunidade para agradecer, na pessoa da senhora presidente, professora, doutora Helena Lestre e à sua equipa, todo o trabalho que é desenvolvido em prol das nossas crianças e jovens. Um trabalho de grande interesse e de grande dimensão humana e social. Muito obrigado por este trabalho extraordinário que está aí bem plasmado neste relatório. E que tem seguramente uma atividade que nos orgulha a todos. =====

===== Aberto o período de inscrições, registou-se o pedido de inscrição de **Márcia Gomes**. =====

===== A Senhora Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra à Deputada **Márcia Gomes**, do PS. =====

===== Muito boa noite a todos. Sintam-se todos cumprimentados, na pessoa da Senhora Presidente da Assembleia. Como a hora vai longa, mas não podemos deixar de referir e de fazer uma análise, ainda que muito breve a este relatório da CPCJ. Mais do que uma análise aos números deste relatório, é importante destacar, tal como o senhor Presidente de Câmara já fez, o papel vigilante, formativo e interventivo desta comissão na nossa comunidade. Fazendo, também, desde já, o nosso agradecimento comum àquele que o senhor Presidente já fez a todas as pessoas

*responsáveis por levar avante o propósito desta entidade. As Comissões de Proteção de Crianças e Jovens, como sabemos, são instituições oficiais, não judiciárias, com autonomia funcional e que visam promover os direitos das crianças e jovens, prevenindo e pondo termo a situações suscetíveis de afetar a sua segurança, a sua saúde, a formação, a educação e, obviamente, o seu desenvolvimento integral. Os nossos processos ativos no ano transato, olhando para o relatório, foram cerca de 164. Este número não nos pode deixar indiferentes e demonstra que ainda há muito a fazer pelas nossas crianças e jovens, espelhando a relevância e o papel fulcral e decisivo desta instituição na sociedade e no nosso concelho. Em tempos de Pandemia, foram levadas a cabo várias atividades por esta instituição, como, e aqui a título meramente exemplificativo, os Soldados Natal, o Estendal da Comunidade, O Jogo dos direitos, entre outros. Todas estas atividades refletem muito bem o esforço da presença, indo para além de momentos síncronos virtuais. Bem sabemos que, neste momento, o foco de todos é o combate à Pandemia, como não poderia deixar de ser, mas a Pandemia não trava as demais questões sociais, pelo contrário, diríamos, agudiza-as. Sabe-se que o confinamento e uma maior proximidade entre elementos de famílias em risco ou em crise agudizam problemáticas, infelizmente. Os números da violência doméstica dispararam, como sabemos, neste período de crise, o galopar do desemprego e das dificuldades influenciam inevitavelmente as nossas crianças, crianças que já são mais vulneráveis e permeáveis a situações de rutura. Por isso hoje mais do que nunca, é tempo de estarmos muito atentos e estarmos lado a lado com esta instituição. Neste sentido, esta Assembleia deve pugnar para que o trabalho da Comissão se possa desenvolver com toda a dignidade que merece, hoje mais do que nunca. Este grupo municipal numa outra Assembleia não teve qualquer constrangimento em questionar diretamente este Executivo sobre as condições das instalações em que a CPCJ se encontrava e qual seria a possibilidade de proporcionar a esta instituição instalações com as condições necessárias para a prossecução do seu fim. E se há um ano questionamos o Executivo como é nossa obrigação, hoje é tempo de assinalar que, decorridos os 12 anos em que a CPCJ tinha as suas instalações, diga-se - num edifício antigo, sem condições condignas para o seu fim - e pelo qual, lembramos, pagávamos uma renda -, finalmente, e desde 01 de julho de 2020, portanto, do ano transato, mesmo perante os desafios trazidos por esta pandemia, foi possível finalmente dar a esta instituição instalações novas, recorrendo à requalificação do edificado público, apostando naquilo que já é nosso. Por isso, hoje queremos deixar o reconhecimento ao Executivo por ter requalificado um edifício que é um marco no Concelho, e nele albergar esta instituição, dando-lhe, assim uma nova dignidade, e permitindo-lhe condições para desenvolver um trabalho de maior sobriedade, recolhimento e respeito para com as nossas crianças e jovens e, conseqüentemente, obviamente, para todos nós. Este Partido Socialista sempre valorizou a importância do serviço público, neste caso em particular no apoio a todas as crianças, jovens e, obviamente, aos seus pais. É nos momentos de crise que este serviço ao bem comum deve e pode sair reforçado. Assim foi com a CPCJ. Desta esperamos que continue com igual empenho e compromisso o seu desígnio em tempos duros, muito duros. =====*

===== A Assembleia Municipal **tomou conhecimento e apreciou o referido relatório.** =====

===== **Ponto quatro: - Relatório de revisão limitada de demonstrações financeiras (Reporte a 30/06/2020) - Conhecimento;** =====

===== Pela Câmara Municipal foram presentes os documentos atrás referidos, os quais ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas. =====

===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para prestar esclarecimentos. =====

===== Conforme disse, é um relatório de revisão limitada das demonstrações financeiras a 30 de junho de 2020, ou seja, é um documento intercalar que não evidencia todo o desempenho do exercício de 2020. Dar nota também que, como sabem, no exercício de 2020 começamos a aplicar o SNC-AP (Sistema de Normalização Contabilística para a Administração Pública) em vez do POCAL (Plano Oficial Contabilidade Autarquias Locais) e, portanto, há aqui alguma dificuldade em fazer o exercício comparativo entre períodos homólogos. Salientar apenas um dado, entre muitos dados relevantes que nós podemos ver neste relatório, é que a dívida dos oliveirenses de 30 de junho de 2019 para 30 de junho de 2020 passou de 192,28€ para 103,04€.=

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====

===== A Assembleia Municipal **tomou conhecimento e apreciou a referida informação.** =====

===== **Ponto vinte: - Resolução de requerer a Declaração de Utilidade Pública dos terrenos abrangidos pelo Plano de Urbanização da Zona Industrial de Loureiro e destinados à “Expansão da Área de Acolhimento Empresarial de UI/Loureiro” (I/5687/2021) - Aprovação;** =====

===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Nos termos do disposto nas alíneas m) e n) do n.º 2 do artigo 23.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro “Os Municípios dispõem de atribuições nos domínios da promoção do desenvolvimento e do ordenamento do território e do urbanismo”. Nos termos da alínea ee) do n.º 1 do art. 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro “Compete à Câmara Municipal criar, construir e gerir instalações, equipamentos, serviços, redes de circulação, de transportes, de energia, de distribuição de bens e recursos físicos integrados no património do Município ou colocados, por lei, sob administração municipal”. Por sua vez, a alínea vv) do n.º 1 do art. 33.º do Anexo I da citada Lei estabelece que “Compete à Câmara Municipal propor a declaração de utilidade pública para efeitos de expropriação”. Das disposições conjugadas contidas no art. 24.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e no n.º 2 do art. 14.º do Código das Expropriações,

*aprovado pela Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua redação atualizada, decorre que “A competência para a declaração de utilidade pública das expropriações da iniciativa da administração local autárquica, para efeitos de concretização de plano de urbanização ou plano de pormenor eficaz, é da respetiva Assembleia Municipal”. A deliberação da Assembleia Municipal deve ser tomada por maioria dos membros em efetividade de funções e posteriormente comunicada ao membro do Governo responsável pela área da administração local, ao abrigo e nos termos dos n.ºs 3 e 4 do artigo 14.º do Código das Expropriações. Com os fundamentos legais supra referidos a Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis, no prosseguimento das suas atribuições e competências, pretende implementar o Plano de Urbanização da Zona Industrial de Loureiro. Para o efeito está programada a execução de infraestruturas que permitem a expansão da Área de Acolhimento Empresarial, para mais 4 quarteirões, com área disponível de lotes de 158 mil m<sup>2</sup>. Esta expansão abrangerá mais 20 ha, estando o Município a aguardar, nos termos da lei, decisão da Autoridade de AIA sobre a apreciação prévia de sujeição a AIA submetida para o efeito. Para a área em apreço, foram identificadas 82 parcelas de terreno e respectivos proprietários e titulares de direitos reais, conforme planta cadastral e listagem que junto se anexa (documento esse que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas), e que integra a presente resolução de Declaração de Utilidade Pública. Para efeitos de previsão de montante dos encargos a suportar com a expropriação foi solicitada a avaliação das parcelas de terreno a perito da lista oficial, cujos relatórios de avaliação junto se anexam (e que ficam arquivados igualmente em pasta anexa ao livro de atas), nos termos do qual ficou determinado o montante de 1.720.498,64 € (um milhão, setecentos e vinte mil, quatrocentos e noventa e oito euros e sessenta e quatro centimos). As parcelas de terreno do Plano de Urbanização da Zona Industrial de Loureiro a afetar à expansão da Área de Acolhimento Empresarial de UI/Loureiro, estão localizadas em espaço classificado como Zona de Indústria. A Câmara Municipal vai apresentar uma candidatura com vista à obtenção de cofinanciamento no âmbito do Portugal 2020, para a concretização da Expansão da Área de Acolhimento Empresarial de UI/Loureiro. Com referência a este tipo de infraestruturas objeto de cofinanciamento o Decreto-Lei n.º 123/2010, de 12 de Novembro, na alínea c) do n.º 1 do seu artigo 1º consagra um regime especial para as expropriações necessárias “às infraestruturas de criação, expansão, qualificação ou reconversão de áreas de acolhimento empresarial previstas no regulamento específico «sistema de apoio de acolhimento empresarial e logístico» do QREN”. O mesmo Decreto-Lei estabelece, nos n.ºs 1 e 2 do art. 10.º-A, que “O presente regime especial é aplicável, com as devidas adaptações, às expropriações e à constituição de servidões administrativas necessárias à realização de infraestruturas da mesma natureza das referidas no artigo 1.º que, comprovadamente, integram candidaturas beneficiárias de cofinanciamento no âmbito do Portugal 2020, ou que integram candidaturas cuja aprovação de cofinanciamento no âmbito do Portugal 2020 esteja unicamente condicionada à obtenção da propriedade ou legitimidade para intervenção nos bens necessários à concretização dos mesmos”. Do regime especial consagrado no Decreto-Lei n.º 123/2010, de 12 de novembro, resulta que as expropriações dos imóveis e dos direitos inerentes necessários à*

*realização das referidas infraestruturas são consideradas de utilidade pública e com carácter de urgência, nos termos do artigo 15º do Código das Expropriações, conforme estabelece o n.º 1 do artigo 2º do Decreto-Lei em referência. Nestes termos, a Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis delibera: 1. Propor à Assembleia Municipal a Declaração de Utilidade Pública dos imóveis e dos direitos que sobre os mesmos incidam (identificados na planta e na lista de identificação anexas à presente deliberação), abrangidos pelo Plano de Urbanização da Zona Industrial de Loureiro, para expansão da Área de Acolhimento Empresarial de UI/Loureiro, ao abrigo e nos termos do disposto nos artigos 1.º e 3.º n.º 1 e seguintes do Código das Expropriações; 2. Solicitar a atribuição do carácter de urgência às expropriações no próprio ato declarativo de utilidade pública, ao abrigo e nos termos do disposto na alínea c) do n.º 2 do artigo 1.º; n.º 1 do art. 2.º e art. 10.º-A do Decreto-Lei n.º 123/2010, de 12 de novembro, na sua redação atual e art. 15.º do Código das Expropriações; Ao abrigo do disposto no n.º 5 do artigo 10º do Código das Expropriações serão notificados os proprietários e outros titulares de direitos sobre os imóveis da presente deliberação, mediante carta ou ofício registado com aviso de receção. Nos termos do artigo 56º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a presente deliberação vai ser publicitada através de Edital, afixado nos locais de estilo, durante 5 dos 10 dias subsequentes à tomada da deliberação, bem como em Boletim da Autarquia, no sítio da internet da Câmara Municipal e nos jornais regionais da área do município, nos trinta dias subsequentes à tomada de decisão.”* =====

===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para prestar esclarecimentos. =====

===== Muito obrigado, Senhora Presidente. Acho que já disse tudo com a sua explicação. Estamos a falar da resolução de requerer a declaração de utilidade pública do Plano de Urbanização da Área de Acolhimento Empresarial de UI/ Loureiro, precisamente para uma candidatura que vamos apresentar que permite que nós tenhamos a possibilidade de nos candidarmos a um investimento. E para isso precisamos de fazer esta declaração de utilidade pública para 82 parcelas, para as quais estimamos um valor de 1.720.000,00€. Portanto, essa candidatura, dizer-vos que, foi apresentada em tempo recorde. É um Aviso que aparece com um prazo de candidatura tremendamente curto que impede o desejável processo de negociação que deve anteceder, naturalmente, uma declaração de utilidade pública para fins expropriativos. Mas não havia efetivamente tempo para fazer esta negociação particular com estes 82 proprietários. E, portanto, precisamos desta declaração de utilidade pública com carácter de urgência, para que posamos candidatar-nos e vermos aprovada esta candidatura a fundos comunitários para expandirmos o nosso espaço industrial. =====

===== Aberto o período de inscrições, registou-se o pedido de inscrição de Albino Martins, José Queirós e Bruno Aragão. =====

===== A Senhora Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Deputado **Albino Martins**, do PSD. =====

===== Senhor Presidente da Câmara, Senhores deputados. Imaginando-me na posição de um qualquer oliveirense que acompanhe com atenção a vida municipal, e não na qualidade de deputado municipal, a inclusão deste ponto na ordem de trabalhos de hoje é uma enorme surpresa. Antes de mais começa por surpreender o enfoque de repente colocado na Área de Acolhimento Empresarial de Ul/Loureiro por este executivo, ao demonstrar efetiva vontade de avançar para a ampliação deste espaço industrial estruturante; depois, o modo como o faz, contrariando aquilo que no passado, como oposição, dizia que não devia ser feito. Apesar de apresentar condições excecionais que a podem fazer a maior e melhor do concelho, esta área industrial foi passada para um segundo plano, sem dotações no PPI, sem avanços na construção de um acesso condigno, sem impulsos nem alusões significativas. Muitas vezes foi até tema nesta Assembleia mas, como arma de arremesso aos executivos anteriores para apontar lacunas e defeitos. As primeiras referências construtivas terão um ano ou talvez menos e reportam a decisão de pavimentar algumas ruas no topo norte, o que está prestes a acontecer. Mesmo esta depois de muita pressão dos empresários de uma dessas ruas que chegaram a fazer uma pavimentação à própria custa para remediar a situação. Agora surge esta agradável surpresa - e eu sublinho: agradável surpresa - de avançar para a ampliação da Área de Acolhimento Empresarial, uma ação que vai consolidar o espaço com mais potencialidades que temos para receber empresas. A sua localização - escusado será dizê-lo - é extraordinária, as condições orográficas do terreno as mais propícias, a área já consagrada no PDM para mais ampliações futuras, muito generosa. Sem dúvida que esta aposta na Área de Acolhimento Empresarial de Ul/Loureiro, transformando um sonho com mais de 40 anos que se começou a concretizar nos mandatos anteriores, é uma decisão acertadíssima que o Grupo Municipal do PSD saúda. Para concretizar a primeira ampliação deste espaço industrial torna-se necessário adquirir cerca de 20 hectares de terrenos particulares repartidos - como disse o senhor presidente - por 82 parcelas. E aqui outra surpresa: O Partido Socialista que na oposição criticou fortemente a governação social democrata, por ter optado pela expropriação, em vez da negociação com os proprietários, parte logo para este modelo sem tentar a negociação e o acordo. [Tenho que abrir aqui um parêntesis, porque quando escrevi isto não tinha ouvido a intervenção do senhor presidente no início da apresentação. De qualquer forma, meia resposta já está dada. Mas eu vou prosseguir.] A expropriação dos terrenos é a forma mais rápida para os ter disponíveis e admito, afinal eu já admitia, que haja urgência nisso por causa da candidatura. Também se considera muitas vezes que desta forma se conseguem conter os preços. É uma ilusão. No passado, além de criticar as expropriações, o PS apontou o dedo à estimativa de custos ter ficado muito abaixo do valor que, no fim, a Câmara teve de pagar. É verdade. O Senhor Presidente também não tenha ilusões: o valor das expropriações - embora me pareça - pessoalmente, um pouco mais aceitável -, o valor das expropriações cujo processo

vamos iniciar não vai ficar em 1.700.000,00€ estimados. Pode ficar tranquilo. Senhoras e Senhores Deputados invoquei no início desta minha intervenção, a propósito do ponto que está à discussão, duas surpresas: a reviravolta nas prioridades da Câmara e a manutenção do modelo de aquisição de terrenos. Ambas resultaram no reconhecimento, quanto a mim, de que as governações anteriores não estavam assim tão erradas quanto se quis fazer crer e que uma coisa é falar como oposição outra é agir como poder. Senhor Presidente da Câmara, se a candidatura que idealizou para esta ampliação da zona industrial tiver o sucesso que todos esperamos, não faltarão candidatos à compra dos lotes, como aconteceu na primeira fase. E prosseguindo a ocupação, mais evidente se vai tornando a necessidade de um acesso condigno que continua a faltar. As primeiras centenas de metros de uma futura via do sudoeste, projetada pelo anterior executivo, podiam ser uma boa solução e até chegaram a ser iniciadas as negociações dos terrenos necessários. Porém, ao que tem sido dito nesta Assembleia, esta não é a opção da atual gestão camarária. Mas também ainda não nos foi apresentada nenhuma outra. Quem conhece o local, os arruamentos já construídos e a localização do nó do Freixo no acesso à autoestrada percebe que a principal entrada e saída nesta nova zona industrial só pode fazer-se para poente do edificado. (E todos sabemos que novos nós, cruzamentos ou rotundas na variante estão fora de causa). É por isso inevitável que, mais metro menos metro, mais 50 metros ou 100 metros, abaixo ou acima, o rumo seja o que já antes foi pensado, mesmo que se queira abandonar de vez a via do sudoeste. Feitas as observações que entendemos não deixar por fazer, fica a nossa convicção de que a Câmara Municipal tomou a decisão acertada. Por isso, vamos votar sem reservas na aprovação deste ponto para que se concretize a ampliação da Área de Acolhimento Empresarial de Ul/Loureiro como um dos investimentos mais estruturantes do concelho. Mas, Senhor Presidente, que esta prioridade assumida agora não deixe ficar para trás outros compromissos relativos às zonas industriais da Costa Má em S. Roque, de Pindelo/Nogueira do Cravo e do Nordeste, para falar só daquelas que foram mais priorizadas ao longo deste mandato. Muito obrigado. =====

===== A Senhora Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor **José Queirós** - Presidente da Junta de Freguesia de Loureiro. Por dificuldades técnicas não foi possível intervir ficando para mais tarde a sua intervenção. =====

===== A Senhora Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Deputado **Bruno Aragão**, do PS. =====

===== Eu não tinha intenção de fazer uma intervenção neste ponto, porque ele é claro e é absolutamente fundamental, aliás, como toda a gente reconhece. Agora, professor Albino Martins, com certeza está a brincar com o Partido Socialista e com esta Assembleia. Não encontro outra palavra para lhe dizer isto assim com franqueza. Só pode estar a brincar. Aliás, eu tive a delicadeza de não fazer uma intervenção sobre o processo do Centro de Interpretação do Vidro,

*enfim, depois do senhor ter pedido ao senhor presidente de câmara para falar baixinho sobre o que foi todo aquele processo. Eu tive essa delicadeza. Agora, já que estamos numa Assembleia tensa, eu imagino que seja por causa das eleições, ainda não percebi muito bem porquê mas, é a única razão que eu encontro, vamos então pôr as coisas tal como elas são: Eu peço que nos possa enviar ou trazer a esta assembleia todas as afirmações que disse sobre o Partido Socialista, relativamente à Área de Acolhimento Empresarial de Loureiro. Todas. Sobretudo, aquelas em que diz que o Partido Socialista nunca considerou aquela zona importante, sobretudo aquelas em que diz que o Partido Socialista nunca teve uma estratégia para aquela zona, e sobretudo aquelas em que diz, taxativamente, finalmente o Partido Socialista olhou para ali. Todas. Mas, se quiser, eu trago-lhe outras, que sei que o senhor não vai querer trazer: Sobre os acessos e o problema dos acessos àquela zona e quem trouxe esse assunto a esta assembleia; Sobre a falta de fibra ótica naquela zona e quem trouxe esse assunto a esta assembleia; Sobre a inexistência de um posto de média tensão, absolutamente fundamental para aquela zona; Sobre o gás, que aquela zona não previa; Sobre o que é o Business Center e a forma como ele foi inaugurado, com um gerador, imediatamente abandonado em 2017, na altura das eleições. Sobre os problemas enormes, enormes, que aquele edifício tem. Um edifício onde já chove, onde sempre choveu, mesmo novo. E um edifício onde possivelmente as garantias que o Município possa ativar são inferiores ao custo que nós teremos para o reabilitar. Portanto, acho que é de extremo mau gosto, é mesmo de extremo mau gosto, vir dizer que o Partido Socialista nunca olhou para aquela zona e nunca defendeu aquela zona. Aliás, eu recorde-lhe até - e não é por isso, porque nessas coisas nunca houve partidos - que o presidente de Junta até era do Partido Socialista. E, portanto, ou o senhor desconhece em absoluto o que foram estes últimos anos. E eu já percebi que há um esforço deliberado para apagar os últimos anos. E, portanto, para terminar o processo em 2009, já todos percebemos isso. Mas ou o senhor não acompanhou o que aconteceu nestes últimos 8 anos e todo o processo da Área de Acolhimento de UI/ Loureiro e tudo aquilo que o Partido Socialista disse sobre, os processos da compra dos terrenos, os processos que geraram indemnizações e condenações, aliás, que recaíram já sobre este mandato. Nunca o ouvi falar sobre isso. Sobre todo o que foi o processo de instalação de indústrias ali. Pode recordar o que foi até o enorme investimento chinês que ia alavancar e gerar milhares de postos de trabalho. Enfim, pode recordar isso tudo. Utilizando a citação que muito bem entendeu referir ao senhor presidente de câmara, há uma coisa que pode acrescentar a essa citação: Ela é absolutamente verdadeira. Mas o que é uma graça é ver as pessoas que estiveram implicadas, o partido que esteve implicado, em todos esses problemas evitar ou esperar que não se fale deles. Isso de facto deve ser uma coisa única nos diferentes municípios. Porque eu deixo-lhe também uma réplica: De todos os assuntos que temos falado nesta assembleia e de todos aqueles que ainda vamos falar, diga-me um problema que o Partido Socialista tenha criado. Utilizando até a rábula que se tornou famosa: Diga-me um. Agora, quando citar o Partido Socialista ou disser que o Partido Socialista foi contra ou foi a favor, talvez se deva documentar. Porque se não terei que o corrigir. Muito obrigado. =====*

===== *A Senhora Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor **José Queirós** - Presidente da Junta de Freguesia de Loureiro.* =====

===== *Boa noite, a todos. Boa noite, Senhora Presidente da Assembleia, Senhor Presidente da Câmara e na pessoa da Senhora Presidente da Assembleia e do Senhor Presidente da Câmara cumprimento todas as outras pessoas. Só para registar que fico muito satisfeito com esta pretensão, com este alargamento, para a zona industrial de Loureiro. Há muito que defendo de que a zona industrial ou as zonas industriais são fundamentais para o crescimento e para o desenvolvimento dos territórios, criam empregos e ajudam a fixar pessoas. Loureiro de facto, pela sua geografia e pela sua proximidade a várias vias de autoestrada, aos caminhos de ferro, é uma zona privilegiada. E fico muito satisfeito e espero que esta zona industrial cresça e que seja de facto uma realidade muito rapidamente. Também deixar aqui nota de que, tenho pena, enquanto presidente da Junta, não tenha sabido há mais tempo Senhor Presidente de que isto estava a acontecer. E não porque eu ache que o tivesse que saber. Mas era interessante que, quando questionado por algum freguês ou por alguém, ter algum conhecimento de causa para não parecer, quando isso acontece, que era falta de interesse do presidente da Junta ou que realmente estava alheado das situações na sua terra. Entretanto, queria aproveitar a oportunidade para questionar, se há algum desenvolvimento relativamente ao acesso daquela zona industrial? Mas, não vou falar agora sobre isso, o professor Albino já falou. Era só, realmente, voltar a dizer que, é muito importante, é imperativo que esse acesso, seja ele qual for, deixe de ser a Rua da Vidigueira e a entrada pelo Faial. É muito importante. As pessoas, realmente, com aquela quantidade de camiões diariamente, perdem muita qualidade de vida e é também até perigoso de alguma maneira para quem ali circula. Muito obrigado. E, mais uma vez, dar os parabéns ao executivo municipal por este acontecimento. E para mim é muito importante que venha a acontecer o mais rapidamente possível. Obrigado.* =====

===== *A Senhora Presidente da Assembleia voltou a conceder o uso da palavra ao Deputado **Albino Martins**, do PSD.* =====

===== *Senhora Presidente, eu tenho de responder por uma questão de honra, por uma questão de resposta pronta, ao deputado Bruno Aragão porque: Ou ele não entendeu o que eu disse. E houve aqui cortes, é possível que não tenha entendido tudo o que eu disse; Ou, então, está a pegar comigo. Não sou eu a pegar com o PS. Não estou a brincar com o PS, seguramente. Aliás, o senhor deputado Bruno Aragão quer que eu lhe diga situações em que o PS disse que aquela zona não era prioritária, etc.... Eu tive o cuidado, senhor deputado, de não fazer citações. E digo-lhe aqui, e afirmo com todo o à vontade, que estas afirmações são minhas. A opinião é minha. O senhor pode não concordar com ela. E digo em que é que me baseio para formar essa opinião. A ideia que eu tenho é esta: O Partido Socialista - Eu agora já percebi e dou algum louvor ao senhor Presidente porque ele já explicou que é uma candidatura, que é urgente, etc.... E, portanto, tenho*

*que reconhecer isso. Agora, o facto é que durante o vosso mandato, que está a chegar ao fim, não houve investimento. E, não é preciso, volto atrás, não é preciso. Ó senhor deputado, o senhor quer que eu repita a máxima daquela estadista europeia que tive que dizer ao Senhor Presidente? É que o senhor continua com a cassete, foi esse o termo que usei há três anos atrás, continua nos mesmos termos. Admito, que haja erros. Outra coisa, eu não desconheço o que se passou entre 2009. É claro que eu conheço muito melhor o que se passou até 2009, sobretudo entre 2002 e 2009, como compreenderá. Mas não desconheço o que se passou entre 2009 e 2017. O que eu desconheço - e por isso tive aquelas minhas afirmações - é o que é que se fez naquela zona industrial desde 2017 até hoje. E portanto, daí a minha conclusão de que o Partido Socialista não apostou naquela zona. Agora fez uma inversão. Porque aquilo que vi, nos documentos que eu li, nos PPI(s), todas as perspetivas que havia, em todas as intervenções que havia, eu ouvia falar da Área Empresarial de Ul/ Loureiro no sentido do bota abaixo tal e qual como disse o deputado Bruno Aragão. Tal e qual como ele falou agora. Isto está mal. Aquilo correu mal. Enfim, de responsabilidades que estamos a assumir. Se calhar daqui a uns anos vamos ter que considerar a mesma coisa, em relação à expropriação que vai acontecer agora. Eu disse ao Senhor Presidente há pouco, que não tenham ilusões, e bom seria se o pudéssemos ter, que o próprio valor de 1.700.000,00€ de expropriações se mantivesse. Mas nós sabemos como é que são os tribunais, como são os processos. Não tenham a veleidade de em 82 parcelas toda a gente aceitar aquilo que é a proposta de expropriação. Nós sabemos que não. As pessoas vão querer mais. Em alguns casos o tribunal vai-lhes dar razão. Isso vai subir por aí acima. Todos os problemas que vocês estão a ter neste momento outros já os tiveram antes. Eu já o disse na intervenção anterior. É bom que a ouçam. É bom que ouçam tudo e não só algumas coisas. Portanto, senhor deputado Bruno Aragão, sem precisarmos de estar aqui no ping pong - E eu não sou disso - E quero-lhe dizer outra coisa, não estou nada preocupado com eleições. Porque esta não é a minha praia, como sabe, não estou aqui para durar na política. E portanto, não é esse o meu intuito. Aquilo que eu digo é por amor à causa, é porque sou oliveirense e sou bairrista e gosto daquilo que estou a defender. São as minhas ideias. Peço desculpa. Muito obrigado. =====*

*===== A Senhora Presidente da Assembleia voltou a conceder o uso da palavra ao Deputado **Bruno Aragão**, do PS. =====*

*===== Senhor professor Albino agradeço o cuidado. De facto, não está aqui para durar mas já está aqui há mais anos do eu. Isso não quer dizer nada. Porque eu acredito que todos nós que aqui estamos; estamos exatamente com isso, bairrismo, amor à nossa terra. Eu nunca coloco as questões nesses termos. Eu coloco-as nos outros. Ainda bem que ficou claro que é a sua opinião. Fico mais descansado. E sendo a sua opinião, portanto, não tendo base factual, está dispensado de trazer qualquer documento. Aí, estamos tranquilos. Mas vamos repor novamente a informação tal como ela é: porque - e vou citá-lo: "Eu desconheço, desconheço o que é que aconteceu depois de 2017." Muito bem. O desconhecimento, de facto não compromete ninguém. Mas devia inibir,*

*pelo menos, de se dizer coisas que não são verdade. E eu citei-lhe só algumas das coisas que foram resolvidas. Agora, há uma dificuldade que eu nunca tenho. Já disse isso várias vezes. A primeira é, pedir desculpa, se alguma vez me enganar ou se tiver tomado em consciência uma decisão que depois se vier a revelar errada. Sempre disse que o fazia. É um compromisso, não é consigo nem com esta Assembleia, é comigo em primeiro lugar. E o segundo é, continuar a debater os assuntos tal como eles são. E portanto, há a oportunidade de fazer a expansão de uma zona de acolhimento empresarial. Surgiram fundos para isso. Aproveitou-se ou está-se a aproveitar ou não? Está-se. Facto. Foi exatamente isso que sempre dissemos que íamos fazer. Não iríamos desperdiçar um cêntimo de fundos comunitários a que nos pudéssemos candidatar e a que tivéssemos direito. Isso altera a sensibilidade que se tem para aquela Área de Acolhimento Empresarial? De todo. Mais uma vez vamos àquilo que sempre dizemos: Gestão de recursos; Gestão com rigor. Porque uma coisa é fazer e pensar numa expansão deste tipo com fundos comunitários. Outra coisa é fazê-la a expensas exclusivas do Município. E o senhor, que está cá há mais tempo do que eu, sabe perfeitamente as enormes necessidades deste município que obrigam exatamente a que haja prioridades. E nessas prioridades ficou para nós uma coisa muito clara e aqui está um exemplo evidente: sempre que houver oportunidade e que nós possamos recorrer a fundos comunitários é exatamente isso que nós vamos fazer. Agora, se quiser, imagino que possa também desconhecer - Isto não é a minha opinião, é um facto - Eu posso-lhe enviar vários exemplos de momentos em que podíamos ter aproveitado fundos comunitários e que não o fizemos. Nem candidaturas apresentamos. Porque, depois, pode-se ganhar ou pode-se perder. Mas nem candidaturas apresentamos. Posso enviar-lhe essa informação. E vai ver que não é a minha opinião. Muito obrigado. =====*

*===== A Senhora Presidente da Assembleia voltou a conceder o uso da palavra ao Deputado **Albino Martins**, do PSD. =====*

*===== Apenas telegraficamente quero dizer ao senhor deputado Bruno Aragão que, há algumas incorreções que ele teve ao referir-se ao que eu disse, há coisas que ele disse que eu não disse. Por exemplo, eu disse que era minha opinião. Ele a seguir disse: é opinião mas não tem factos, está dispensado de os apresentar. Eu tenho factos. E eu dei-os. A minha opinião foi baseada com factos, foi baseada em factos. Neste período até hoje, agora sim aprovo a mudança de rumo. Ótimo. Até hoje, nestes três anos e meio, eu não vi nada projetado, e vocês falam em planeamento, sobre a ampliação da zona industrial de Loureiro. Que eu considero estruturante. E vocês neste momento também consideram. Muito bem. Não vi nada projetado em termos de acessos que é estruturante. E vocês também o consideram. Até agora, não vi nada de concreto. Portanto, é factual, não é abstrato. É uma opinião com fundamentos. Finalmente, eu desconheço o que foi feito durante, ou melhor, diz que eu desconheço o que foi feito ou previsto até agora. Eu não desconheço. Eu desconheço é que foi zero. Previsto. Agora estou a reconhecer que entraram no*

carril, no bom caminho. Estou-me a referir a esta zona industrial. É só isso que eu tenho para dizer. =====

===== A Senhora Presidente da Assembleia voltou a conceder o uso da palavra ao Deputado **Bruno Aragão**, do PS. =====

===== Senhor professor Albino peço desculpa, para quem não gosta de ping pong, acaba por me atirar sempre a bola também. E depois teremos a oportunidade de ver esta ata. Eu utilizei exatamente as expressões, e escrevi-as aqui, que disse: Disse: conhecia. E foi isso que eu me limitei. Mas mantenho o que disse. Se suporta a sua posição em factos: Apresente-mos, por favor. Porque, se eu estiver errado; Já lhe disse, peço desculpa. Sempre disse que fazia exatamente isso. Se os factos, onde diz que suporta a sua opinião, são posições do Partido Socialista num determinado momento; O senhor diga-me. E eu pedirei publicamente desculpa. E portanto, que não fique nenhuma dúvida: sobre descarrilar; não estar na linha, não há alteração nenhuma, sempre foram prioritárias as zonas industriais e por isso, exatamente por isso, é que estamos com capacidade de, quando aparecem Avisos para investimento, o município se poder apresentar a eles. É exatamente assim que se faz boa gestão. E isso também nos começa a mostrar porque é que muitas coisas aconteceram da forma como aconteceram, inclusive na própria zona de acolhimento empresarial da qual o senhor ignorou todos, todos, os problemas. Não referiu nem um. Imagino que seja já inspirado na citação que utilizou e que, enfim, permite aqui alguma memória seletiva para referir o que não interessa mas ir sempre ao passado dizer que afinal os do passado é que faziam bem e nesse momento já não há problema nenhum com a citação. Muito obrigado. =====

===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para dar resposta às intervenções anteriores. =====

===== De forma muito breve. Apenas para dizer que, estamos a falar de uma candidatura que poderá, no máximo, apoiar o Município oliveirense com um milhão e meio de euros e estaremos a falar depois de um esforço na ordem dos cinco milhões de euros. Um esforço municipal que resultará em muito perto dos três milhões e meio de euros, se a candidatura for aprovada. Nós temos um conjunto de fragilidades nas nossas zonas industriais a começar pela zona industrial de Ul/Loureiro, pela zona industrial do Nordeste, pela zona industrial de Nogueira do Cravo/Pindelo, vou chamar zona industrial à área onde se contra instalada a Aspock, a zona industrial de Oliveira de Azeméis/ Santiago de Riba-Ul. Ou seja, efetivamente eu, às vezes, fico sem perceber se o concelho se degradou assim tanto nos últimos três anos. Porque efetivamente sou confrontado com a necessidade de requalificar os espaços industriais com uma premência e com uma urgência que, naturalmente, não assistimos no último ano. Não é verdade que não se tenha feito nada pela Área de Acolhimento Empresarial de Ul/Loureiro. Fez-se um projeto. Um

*projeto que custou muito dinheiro. Fez-se um projeto que permite que neste momento esteja adjudicada uma requalificação que custará perto de setecentos mil euros. E que permitirá criar condições de dignidade na acessibilidade existente. Já foram aqui identificadas um conjunto de fragilidades desta zona industrial. E, objetivamente, esta zona industrial faz todo o sentido. Eu já tive a oportunidade de dizer que a Freguesia de Loureiro é, na minha opinião, uma das freguesias que reúne maior potencial sobre este ponto de vista do desenvolvimento económico. E reúne todas as condições, conforme já foi dito pelo senhor presidente (Junta de Loureiro), pela sua localização geográfica, pela orografia do terreno, pela capacidade que terá, seguramente, para atrair investimentos e para fixar pessoas. Eu nunca fui contra esta zona industrial. Eu fui contra um conjunto de processos que tiveram a ver com a venda dos lotes sem as normas disciplinadoras estarem aprovadas, com o facto de nós não termos construído um acesso digno que, está a ser equacionado, já foi aprovado depois de muitas reuniões e de muito trabalho feito com as Infraestruturas de Portugal, através do pontão existente. E vou pedir ao professor Albino que deixe estas questões na mão dos técnicos. Já conseguiu dizer que não viu outra solução que não seja por uma centenas de metros da Via do Sudoeste. Sabe que está a falar de perto de três milhões de euros de investimento, só para essas centenas de metros da Via do Sudoeste? Isso é uma solução, neste momento, muito pouco exequível. Vamos deixar para os técnicos. As Infraestruturas de Portugal concordaram com a acessibilidade que está pensada para o local. Precisamos é que nos “missing links” ou noutra solução qualquer nós tenhamos recursos financeiros que nos permitam construir esse acesso. Porque, para além desse acesso, temos também necessidades de fazer ali, ali ou noutra zona, pelo menos era isso que estava previsto, uma ETAR. E estamos a falar de muitos milhões de euros de investimento que são necessários para requalificar esta zona industrial. Investimentos que, naturalmente, terão que ser acompanhados por outros investimentos nas zonas industriais porque, conforme eu disse, nós temos esta fragilidade. E é uma fragilidade que não se coaduna com a dinâmica dos nossos empresários, com a sua competência, com a sua capacidade. E temos efetivamente empresas das quais todos nós nos orgulhamos. Mas temos espaços de acolhimento que não são, seguramente, um bom cartão de visita para quem se desloca ao nosso concelho para fins empresariais. E, portanto, queremos alterar rapidamente essa realidade. Este investimento que está a ser feito nesta Área de Acolhimento Empresarial de Ul/Loureiro é absolutamente determinante. E, senhor professor Albino, não consigo fazer premonição. Sei o que é que aconteceu no passado. Prevíamos setecentos mil euros de indemnizações, gastamos o triplo. Aqui, as avaliações, não são a setenta cêntimos (0,70€), são a sete (7,00€), oito (8,00€) euros. Portanto há um valor completamente diferente, substancialmente diferente. E aquilo que eu espero é que as avaliações batam mais certo com aquilo que, eventualmente, os tribunais venham a decidir, se for esse o caso. Mas, o que eu lhe queria dizer, de uma forma muito clara, é que nós temos a vontade de requalificar todas as zonas industriais que existem no nosso concelho. E por isso essa da área de Acolhimento Empresarial de Ul/Loureiro foi a primeira a receber esse investimento. Não fomos nós que deixamos a estrada em terra batida e que obrigou a que o empresário tivesse necessidades de a requalificar. A tal*

*estadista continua a enganar-se, continuamos a herdar problemas efetivamente. O que acontece é que nós estamos neste momento a ultimar também um projeto para a zona industrial do Nordeste. Um investimento seguramente de, seiscentos, setecentos mil euros para criar condições de dignidade naquela via, que serve as indústrias de três concelhos. E já lançamos o concurso para a requalificação da zona industrial de Oliveira de Azeméis Estamos a falar de cerca de trezentos mil euros. E estamos a trabalhar também num projeto, que está a ser feito internamente, para a requalificação da zona industrial de Nogueira do Cravo/ Pindelo. E depois temos a esperança de podermos dirigirmo-nos para os outros espaços industriais, nomeadamente a zona industrial de Loureiro, zona industrial I, e podermos ter as nossas zonas industriais requalificadas. Depois, pensaremos em futuros espaços de expansão industrial, como esses que referenciou: seja o Moroço; seja a zona industrial Costa Má S. Roque; seja uma expansão adicional, para além desta, da Área de Acolhimento empresarial de Ul/Loureiro. Neste momento o que importa é que nós requalifiquemos o que existe. E criemos bolsas de terrenos devidamente infraestruturadas para acolher investimento industrial, para acolher investimento empresarial. E portanto, é esse trabalho, esse percurso que está a ser feito. Não me interessa aqui discutir reviravoltas. Não me interessa aqui discutir a metodologia que nós estamos a utilizar para expropriar. Metodologia que criticamos no passado. Não é nada disso que se trata. Estamos a falar de uma absoluta urgência, de uma absoluta emergência. Eu peço desculpa ao senhor presidente da Junta de Loureiro por não ter sido envolvido no processo. Mas acredite que isto foi trabalhar dia e noite para fazermos uma adjudicação de um projeto, para fazermos a definição daquilo que se queria intervir, para fazermos o levantamento cadastral de todos os proprietários. Foi um trabalho enorme de toda a equipa municipal e, naturalmente, também, da equipa de projeto externo. Que ainda não acabou. Estamos neste momento a trabalhar no projeto de estudo de impacto ambiental, que também temos que adjudicar para que a candidatura, sendo aprovada, tenha viabilidade. Porquê? Porque temos um prazo muito curto. Se a candidatura for aprovada temos um prazo de 30 dias para provar a titularidade dos terrenos. Como compreendem, não é possível num processo de negociação particular conseguirmos chegar a bom porto, em 82 parcelas, num prazo tão curto para o fazermos. E portanto, são estas as razões e não outras que nos levaram a dotar esta figura para a qual estamos a pedir neste momento a vossa aprovação. =*

*===== A Senhora Presidente da Assembleia voltou a conceder o uso da palavra ao Deputado **Albino Martins**, do PSD. =====*

*===== Senhora Presidente isto, não é para fazer ping pong, vai ser muito rápido e é uma sugestão construtiva. Só introduzo dizendo que, tanto o senhor deputado Bruno Aragão como agora o Senhor Presidente, continuam a dizer que, que eu que afirmo que algum dia tenham dito que eram contra aquela zona industrial. Ninguém disse isso, por amor de Deus. O que eu disse foi que, não houve uma prioridade daquela zona industrial até agora. E agora há. Estou muito feliz com isso. Como loureirense, estou muito feliz com isso. E que a zona continue a crescer.*

*Sobre isso a referência construtiva era esta. O Senhor Presidente referiu aí várias zonas industriais que eu já tinha referido na minha intervenção. É tudo necessário. Acho muito bem. Mas eu tenho ouvido falar, aqui, com alguma insistência, enfim, da parte do Senhor Presidente pouco ouvi sobre isso, mas poderá estar no ar, a possibilidade do nascimento de novas zonas industriais além daquelas que estão projetadas, que estão idealizadas, que estão priorizadas como aquelas que eu referi e que o Senhor Presidente referiu. Eu queria, na minha modesta opinião, queria dizer que a zona de Acolhimento Empresarial de Ul/Loureiro, a zona industrial de Loureiro, (que a maior parte é em Loureiro), tem capacidades, como vocês sabem, extraordinárias para crescer e tornar-se uma das maiores zonas industriais da região, não é do concelho, da região. Há espaço até quase à autoestrada que dava para fazer um aeroporto. E uma parte significativa foi reservada no PDM como área de crescimento industrial, como sabem. Portanto, eu sou da opinião, e é essa opinião que deixo aqui, Senhor Presidente, é que, em vez de criarmos outras hipóteses, as hipóteses estão no terreno, não é preciso ser tudo em Loureiro, as hipóteses estão no terreno são mais do que necessárias: Costa Má, zona do Nordeste, enfim, todas aquelas que nós sabemos. Mas, se quisermos criar uma nova e eu já ouvi falar no prolongamento da A32, se quisermos criar uma nova, pense antes. Porque é melhor termos uma grande, estruturante, de grandes dimensões do que termos muitas pequenas espalhadas por aí. Isto é uma opinião que deixo. Uma opinião, como digo, muito modesta. Muito obrigado. =====*

*===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal colocou o ponto número vinte à votação tendo sido **deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada.** =====*

*===== **Ponto cinco: - 1ª Revisão Orçamental 2021 (I/8541/2021) - Aprovação;** =====*

*===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Conforme o estipulado no artigo 130.º da Lei 75-B/2020, de 31 de dezembro, sob a epígrafe “Integração do saldo de execução orçamental”, após aprovação do mapa «Fluxos de caixa» pode ser incorporado, por recurso a uma revisão orçamental, antes da aprovação dos documentos de prestação de contas, o saldo da gerência da execução orçamental. O saldo da gerência pode ser utilizado para ocorrer ao aumento global da despesa orçada no ano seguinte, resultando daí uma revisão orçamental (pontos 8.3.1.3 e 8.3.1.4 do POCAL)” A utilização do saldo de gerência resulta numa revisão orçamental. Decorre do artigo 25º, Nº 1, alínea a) da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, que compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara, aprovar as opções do plano e a proposta do orçamento, bem como as respetivas revisões. Pelo exposto, propõe-se a apreciação do Órgão Executivo da revisão orçamental em anexo (documentos esses que ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas) e a apresentação à Assembleia Municipal para a sua aprovação. =====*

===== *A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para prestar esclarecimentos.* =====

===== *Aquilo que nós estamos a fazer é a solicitar a vossa aprovação do mapa de fluxo de caixa, para que o saldo de gerência possa ser incorporado no exercício orçamental de 2021. E para esse efeito é necessária uma revisão orçamental que vai ser aqui hoje decidida.* =====

===== *Aberto o período de inscrições, registou-se o pedido de inscrição de Bruno Aragão, Fernando Pais e Jorge Pereira.* =====

===== *A Senhora Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Deputado **Bruno Aragão**, do PS.* =====

===== *Peço-lhe que permita que eu acompanhe esta intervenção com projeção. Vamos tentar aqui uma coisa mais arriscada. (Os serviços vão-me ajudar.) São consequências desta informatização. Não discutimos hoje a aprovação de contas, nem a execução de 2020. Talvez o ano mais difícil das últimas décadas desse ponto de vista. Não deixaremos de o fazer na Assembleia de abril, trazendo exatamente os mesmos gráficos atualizados que trouxemos todos os anos. As mesmas comparações ao longo de mais de 10 anos. Não somos nós que temos problemas de confronto com a realidade, que temos que fugir do passado ou negar o presente. Mas somos nós que temos de facto de cuidar do futuro. E fazemo-lo como sempre: com total rigor com os recursos que são de todos. Com toda a transparência sobre todas as opções. E, sobretudo, com a verdade e muita vontade de transformar este concelho. Não há motivo nenhum, sempre acreditamos, para que não possamos ser um dos melhores. Parecem-me normais as intervenções que vamos ouvindo sobre estes pontos, públicas, e na própria reunião de câmara municipal, e as diferentes posições que os partidos já manifestaram. Parece-me normal que tenham dificuldade em compreender saldos de gerência quando falamos durante anos de dívida. Parece-me normal que se confunda lucro com compromissos assumidos para pagar despesas ou assumir projetos. Parece-me normal considerando o ponto em que estávamos em 2017: um município com um plano de saneamento financeiro e uma dívida de 18,2 milhões. 11 milhões do empréstimo de saneamento financeiro pagos integralmente já durante este mandato. Um município sem projetos, com taxa de execução zero em fundos PEDU. E até agora só disse factos. Vamos então por pontos, explicando com transparência para que todos possam compreender o que é de facto um saldo de gerência. E sobretudo, como não podemos voltar a condenar este município com dívidas gigantes sem que se tenha resolvido a sério os seus problemas estruturais. Neste primeiro slide projeto o saldo de gerência que estamos a transferir e que está nos documentos que hoje aprovaremos. Vamos então mostrar para que serve de facto um saldo de gerência: Ponto dois: - Um saldo de gerência serve para investir, por exemplo, na Zona Industrial de Oliveira de Azeméis e para prever 300.000,00€. Esteve anos sem qualquer intervenção, investimento ou acessos dignos. É normal que alguns não*

*achem isto importante. Terceiro exemplo: - 750.000,00€ para a Zona Industrial do Nordeste. Uma zona que nunca mereceu qualquer investimento. É também normal que alguns possam não achar importante. Quarto ponto: - 2.500.000,00€ para a Escola EB 2, 3 de Fajões. A Escola pela qual algumas pessoas lutaram, com todas as forças, para que tivesse apenas 1,5 milhões de euros, pelo qual lutaram para que não fosse retirado o amianto, pela qual lutaram para que não fosse requalificada de forma integral. Quinto exemplo: 1.200.000,00€ para as Escola do 1º Ciclo que resultam, aliás, do que foi a negociação desse primeiro pacote inicial para a Escola de Fajões e para a Escola de Cucujães, como todos se lembram. - O investimento em muitas das nossas escolas, escolas com enormes debilidades há muitos anos. Não é só no início do ano letivo ou quando se fala da carta educativa municipal por ter sido apresentada de forma pioneira neste concelho, mesmo que seja das menos executadas do país. Sexto exemplo: 500.000,00€ para a retirada do amianto de todas as escolas. Todos sabemos como isto é fundamental. Alguns podem, por ventura, não achar importante. Sétimo: 5.000.000,00€ para o Cineteatro Caracas. - O Cineteatro Caracas, que conhecia apenas um ante projeto, onde não cabiam sequer, como já aqui discutimos muitas vezes, as cadeiras previstas e que ficaria com bastantes menos lugares e que foi apresentado mais uma vez à pressa em 2017. Alguns saberão porquê. Mas o PS é que é eleitoralista. Oitavo exemplo: O que acabamos agora de discutir e que prevê uma candidatura para a qual, evidentemente, a autarquia tem que ter capacidade financeira ou então é só uma intenção, que é a Área de Acolhimento Empresarial Ul/Loureiro. E aqui falamos só de 1.700.000,00€ para o que venha a ser o processo de expropriação. Nove: 3.200.000,00€ para a expansão dessa área (Área de Acolhimento Empresarial de Ul/Loureiro). Porque, quando há planeamento a sério, tem que se pensar no que é a expropriação mas na capacidade financeira que o município tem que ter para infraestruturar também. Ou, então, mais uma vez, são sempre planos de intenções. Dez: - Fórum Municipal 3.400.000,00€. E o Fórum Municipal não é importante só para recuperarmos um edifício em pleno centro da cidade. É normal que não achem importante a quantidade de rendas que sempre pagamos, 500.000,00€ por ano no concelho de Oliveira de Azeméis. Sempre acharam que eram coisas do Partido Socialista. Nós dissemos que as combateríamos. É exatamente isso que estamos a fazer. Onze: - O mercado municipal 3.600.000,00€. É natural que alguns não achem importante ou que não fosse a sua opção política. Absolutamente legítimo. Para nós é absolutamente fundamental. E por isso não só apresentamos o projeto, como temos também que ter capacidade financeira para o executar. Ou mais uma vez seria apenas uma intenção. Resolvemos o problema do Arcádia, para que tudo se pudesse preparar exatamente para uma intervenção deste tipo. E basta lembrar o que é o Salão Nobre, onde fazíamos estas assembleias há anos e anos, completamente devoluto. Doze: - Um outro exemplo é a via do Nordeste 100.000,00€, um exemplo claro do que foi o tipo de gestão que nós condenamos. E aí temos toda a razão, somos de facto diferentes. Basta pensar que o valor que pagamos já este mandato de condenação, exatamente pelo que aconteceu naquela via, é bem inferior ao valor que agora está previsto para o troço que liga Cesar e Fajões. Resolvemos um grande problema e uma grande necessidade naquela parte do território. Treze: 470.000,00€ para*

*a requalificação da Nacional Número 1 (N1) - Fundamental permitir finalmente uma via com acesso à zona industrial e um acesso digno à cidade, pela parte norte. Um troço onde passam milhares de pessoas e muitas outras de fora do concelho para acesso àquela zona industrial. Não só uma necessidade, mas a imagem que durante anos passamos do concelho. Basta apenas recordar o pormenor do Zé da Curva, para ficarmos todos envergonhados pelos anos que esteve por resolver uma coisa que afinal se resolveu com relativa facilidade. Catorze: 560.000,00€ para a requalificação da Rua do Mosteiro, em Cucujães. - Uma das vias mais movimentadas da freguesia, um acesso privilegiado ao concelho, ainda em paralelo como se fosse do Século XIX. Alguns não acharam importante. Para nós é absolutamente fundamental. Quinze: 630.000,00€ para a requalificação de três vias na Área de Acolhimento Empresarial. E peço aqui particular atenção ao professor Albino: - A requalificação da famosa Travessa da Moura, que estava ainda em terra batida, mas também a entrada pela Rua da Vidigueira. E estamos todos absolutamente certos que de facto precisamos de um acesso diferente para aquela zona. Mas temos que resolver já este tipo de acesso. Dezasseis: 3.000.000,00€ para o Parque Urbano. Primeiro não era necessário, depois para alguns passou a canteiro e nas últimas intervenções aqui que tivemos, portanto, estão escritas em ata também, afinal é um Parque pequeno. Bom, foi compromisso do Partido Socialista, um compromisso não se faz só com o projeto, faz-se também com a respetiva capacidade financeira para o executar. Dezassete: 250.000,00€ para a requalificação da Escola de Artes e Ofícios ou, se quiserem, a antiga Escola Bento Carqueja. Mais um edifício público que será requalificado. Aliás, nestes três anos e meio houve um esforço sem precedentes na recuperação de património. Um exemplo de que apoiar as coletividades e instituições, como é, por exemplo, a universidade sénior, é dar-lhes em primeiro lugar condições dignas. Dezoito: 1.000.000,00€ de apoio do Município às diferentes candidaturas ou às várias candidaturas ao Programa Pares. Pode também para alguns não ser importante. É legítimo. Aquilo que nós não podemos fazer é comprometermo-nos com estas candidaturas e não ter de facto a capacidade financeira para honrar esses compromissos. Dezanove: 1.100.000,00€ de medidas de apoio social Covid. Tal como sempre dissemos. Totalmente disponíveis para reforçar quanto e quando fosse preciso. E não é a prometer testes e materiais que garante estado de medidas sociais. Não é a apresentar propostas de 1.400.000,00€ e, depois, desse 1.400.000,00€ para as famílias são apenas 50.000,00€. Medidas, aliás, aprovadas por unanimidade. E portanto, que têm que ter a respetiva dotação financeira. Todas estas medidas somam um valor superior a 30.000.000,00€. A maior parte é esforço do Município e isso é uma grande alteração. É com o rigor da gestão, que sempre dissemos, com que de facto estamos a conseguir gerar capacidade para podermos investir. Eu imagino, e acho legítimo, que outros partidos possam não ter estas opções. Algumas seriam de facto impossíveis porque nem teriam saldo de gerência nem capacidade para investir. E este saldo resulta de sacrifício de obras? Também não. Resulta de facto de uma gestão de rigor, como sempre defendemos. E agora permite o quê, esse saldo? Fazer obras, investir, criar respostas. E o que foi preciso para isso? Criar projetos, projetos que não existiam, candidatá-los, fazer processos de adjudicação e iniciar. E demora tempo? Se demora. E por isso é que não o podemos de facto*

*desperdiçar. E por isso é que achar que isto é sempre eleitoralismo é um profundo erro. Primeiro, porque muitas destas obras não estarão prontas nas eleições, infelizmente para o concelho de Oliveira de Azeméis. E podem estar calmos. Muitas destas obras precisam de facto de tempo para acontecer, para se concretizarem e para chegarem ao terreno. E depois porque são investimentos realmente necessários. Acredito que alguns possam não concordar com todos, é legítimo, mas com a esmagadora maioria concordam e por isso é que eles foram aprovados também nesta sede. E se concordaram e até os aprovaram, imagino que saibam que é preciso capacidade financeira para eles. Talvez esteja aí a grande diferença. Ou não queremos investimentos. Ou queremos investimentos com dívida. Ou queremos só dívida, como aconteceu nos últimos anos. Não há aqui outra possibilidade. E termino, senhora Presidente, dizendo que, de facto, há uma coisa que é importante: obras com projeto, obras em adjudicação, obras em candidatura e obras já adjudicadas. Não inscrevi aqui nenhum investimento que seja apenas intenção ou uma vontade que não esteja plasmada: ou em processos de adjudicação; ou em processos de candidatura; ou em obras já em projeto; ou em obras já adjudicadas. Nenhum. E isso é o que nos deve deixar a todos, realmente, entusiasmados com o futuro e com o esforço que temos que fazer para recuperar anos de desinvestimento e, agora também, meses de pandemia. Esta pode de facto ser a nossa verdadeira bazuca. Muito obrigado. =====*

*===== A Senhora Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Deputado **Fernando Pais**, do PSD.=====*

*===== Eu, antes de começar a minha intervenção, queria fazer um reparo à intervenção do meu colega deputado Bruno Aragão. Ainda ele estava a intervir e eu fui várias vezes ler o que é que nós estávamos a discutir e cheguei à conclusão, até pensei que estávamos a discutir a prestação de contas, de que de facto só estamos a discutir a integração do saldo de execução orçamental. Eu acho que, apesar de tudo, esta intervenção sai completamente fora do objetivo do que estamos aqui a discutir e constitui, na minha opinião, e com todo o respeito, um manifesto claro de propaganda eleitoralista. Eu não posso deixar de dizer isto, sob pena de ficar mal com a minha consciência. Evidentemente que há aqui algumas inverdades que o deputado cometeu. Inverdades essas que eu vou ter algum cuidado, porque também posso perceber mal, porque também posso ouvir mal, mas, eu vou-me reservar para as comentar e para as denunciar, caso assim seja, numa próxima oportunidade quando tiver oportunidade de ler a ata. Portanto, aquilo que eu acho é que:- E isto é um ponto à Senhora - Nós não estamos aqui a discutir a prestação de contas. Não estamos aqui a discutir um leque de projetos. Não estamos aqui a discutir a obra feita. Estamos a discutir aqui simplesmente uma integração do saldo de execução orçamental. E eu, por respeito à Ordem de Trabalho, não me vou alongar e não vou sequer comentar a intervenção do Bruno, no sentido de que acho que isto sai fora do âmbito da aprovação deste ponto. Não sem antes tomar nota. E tomei devida nota de algumas declarações que foram feitas que, na minha opinião, não estão corretas e não espelham totalmente a realidade. E neste âmbito,*

*eu só queria fazer uma reflexão convosco: Sabemos que não estamos aqui a discutir o relatório de contas. Eu não me vou pronunciar sobre o relatório de contas, nem o saldo de gerência, nem as contas em si. Mais tarde, evidentemente, aprofundaremos esta questão de forma mais vinculada. O que aqui me parece Senhor Presidente é que nós temos aqui um saldo de gerência de 19,2 milhões de euros. Em que apesar de tudo aquilo que foi elencado aqui pelo Bruno, há muita coisa que está por fazer. Evidentemente, são as prioridades deste executivo. Podem não ser as prioridades do PSD. Podem não ser as prioridades, e não são certamente as prioridades do CDS. Bom, este número que aqui nos apresenta, não é um número que nos surpreenda. Mas uma coisa que eu posso concluir é que de facto nós chegamos a um número - e o Bruno explicou exatamente o que é um saldo de gerência - que é o acumular de sucessivos saldos. Ou seja, nos anos anteriores - E eu recorro que já em 2019 nós tivemos um saldo de gerência de 14.000.000,00€. O que significa, apesar de tudo, e não recorrendo a figuras fantasmagóricas do passado - significa que felizmente que a Câmara tem uma situação financeira estável e um equilíbrio financeiro muito, muito, bom. Posso-lhe dizer, Senhor Presidente, que eu ainda há um mês, cerca de dois meses atrás tive uma conversa com um colega seu da câmara municipal, que não lhe vou dizer quem é porque não quero revelar conversas privadas, em que lhe disse que a Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis tinha um saldo de gerência de 14.000.000,00€. O que ele não se acreditou. Não consegue compreender porque é que existe um saldo de gerência de 14.000.000,00€. E não querendo ser professoral, o saldo de gerência é a disponibilidade financeira que o Município tem. E eu só posso ter uma conclusão aqui: Também posso estar errado. Pode haver muitas situações que determinaram o adiar do investimento. Mas há uma coisa que a mim me parece claro: É que houve um adiamento. Eu não queria dizer adiamento. Houve um protelar de investimentos importantes e urgentes. Eu volto aqui a falar nos investimentos nas zonas industriais, na Área de Acolhimento, por exemplo. Na Área de Acolhimento que nós falamos no ponto anterior, que deu aqui uma celeuma, que eu acho que não tem sentido político sequer discutir uma coisa dessas. Teria oportunidade de investir nas redes viárias. Na educação. As redes viárias, Senhor Presidente, neste momento, aqui no município de Oliveira de Azeméis, padecem de uma deterioração muito grande, seja pelas obras da Indáqua, seja pelo facto de haver intempéries. O que é facto é que a rede viária não é adequada às exigências do próprio concelho. Uma das questões que se tem levantado aqui e eu queria de alguma forma desmistificar isto: Que eu nem era para fazer este tipo de intervenção, mas estou a fazê-lo porque a minha consciência e a minha honestidade intelectual me permitem fazê-lo. - É que não raras vezes o Senhor Presidente da Câmara vem invocar que, a Câmara Municipal, no início, a Câmara Municipal tinha uma situação económica muito débil, o plano de saneamento financeiro para cumprir. E até justificou isto para se "afastar" de alguns investimentos públicos que nós considerávamos prioritários. E eu tive a preocupação de durante o ano de 2020 ver aqui o mapa da receita. A fonte é exatamente a Câmara Municipal. Porque criou-se aqui a ideia que este saldo de gerência ficaria a dever-se a um rigor na gestão, rigor nas contas, etc.... Eu, senhor Presidente, com os dados que tenho: Mapa da receita, em 2020, de impostos diretos: Só de impostos diretos são 11.800.000,00€.*

*Impostos indiretos são 615.000,00€. Taxas multas e outras penalidades são 417.000,00€. Rendimentos de propriedade são 55.000,00€, quase 56.000,00€. Transferências correntes são 18.623.000,00€. Venda de bens e serviços correntes 3.794.000,00€. Esta, ainda bem Senhor Presidente, é a realidade económica e financeira da Câmara Municipal. Que neste momento, afastado aquele espectro inicial, que tudo estava mal no passado e a Câmara Municipal estava a sofrer os constrangimentos desse passado. Parece-me que está afastado. E a única coisa que a mim me levanta alguma “preocupação” e alguma reflexão é de facto nós dizermos agora que vamos investir 19,2 milhões de euros. E o Bruno até elencou alguns investimentos. Mas deixe-me dizer-lhe o seguinte: Eu pergunto - porque é que não se investiu em 2019, 2018, 2020? Recordo que, relativamente à execução orçamental em 2019, nós temos se calhar uma das execuções orçamentais mais baixas de sempre. Relativamente ao PPI, nós temos 28%. A execução ao nível da despesa são 67%. De alguma forma aqui está. E de receita são 91%. Em 2018 tínhamos números mais ou menos iguais, relativamente à taxa de execução do PPI, 28%. Todos nós concordamos que é uma taxa baixíssima de execução. E temos uma execução da despesa também ao nível dos 74%. E a taxa de execução de receita também ao nível dos 93%. Portanto, o que nós acertamos praticamente foi na taxa de execução da receita. E eu, Senhor Presidente, não posso deixar aqui de referir que tenho consciência absoluta que apesar de 2020, o ano que nós passamos, ter sido um ano terrível para toda a gente marcado pela pandemia que em termos da despesa era previsível que a mesma aumentasse, perfeitamente aumentasse. E o que verificamos é que a execução orçamental do lado da despesa não tem um grande reflexo nessa parte, ou seja, a execução orçamental do lado da despesa aumentou em termos percentuais não muito, continuando a andar na taxa dos 67%. Portanto, a conclusão que eu tiro: É que nós andamos a protelar investimento. Andamos a perder tempo e, quiçá, competitividade. O que dizer desta execução orçamental: Mais 16.000.000,00€ para 2021. Em 2021, se o nível for o esperado: Felizmente, felizmente, vamos ter um investimento público sem paralelo. O que nos agrada. O que nós entendemos e não compreendemos é como é que este investimento não foi feito nos anos anteriores? Por exemplo, o investimento na rede viária, mais do que o esperado, são 3.5 milhões de euros. Muito bem. Não tenho problema nenhum em admitir isso. Mas, a falta de investimento nos anos anteriores e a acumulação do investimento no ano de 2021, deixa-nos preocupados. E só podemos tirar as ilações desse facto, que é facto, cabem a cada um de nós. Portanto, Senhor Presidente, eu não vou alongar mais isto. A minha intervenção era para ser muito mais curta do que a que foi até agora. Mas isto é aquilo que me afere referir nesta parte. Muito obrigado. ===*

*===== A Senhora Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Deputado **Jorge Pereira** do CDS/PP. =====*

*===== Senhor Presidente, ouvi atentamente também a intervenção do deputado Bruno Aragão e uma coisa é certa que eu constatei aqui já por diversas vezes nesta assembleia: bazuca, a palavra bazuca. E isto efetivamente é o presságio e é o retrato daquilo que, efetivamente, desde*

*a minha primeira intervenção nesta Assembleia, tem acontecido. Bazuca, é um instrumento bélico. E é mesmo isso que parece que está aqui a acontecer. Um ataque bélico à oposição e a fazer jus ao velho lema que circula por aí, muitas das vezes, quem se mete com o PS leva. Senhora Presidente: Esta proposta de saldo de gerência não surpreende. O dinheiro tem de aparecer. E aparece, não por obra do acaso, mas pelo caso de ter passado 3 anos e meio de mandato a marcar passo. O saldo de gerência desta dimensão, afinal a que se deve? Em linhas gerais: 1) Ao nível das despesas de apoio às famílias, às empresas e à comunidade, o executivo mostrou insensibilidade. Pois, ainda não sabemos os dados de 2020 -, Apesar de esta apresentação do Bruno Aragão ter mais parecido realmente uma defesa das Contas ou de um PPI do que propriamente referir-se aqui ao tema central de saldo gerência, - mas só nos 2 primeiros anos, 2018 e 2019, procederam a cortes pesados nos apoios em transferências: para Educação e para formação; para apoio às Famílias; para Empresas e Comércio; para a cultura; para serviços gerais; para o ordenamento do território. Já para o presente ano das eleições o executivo orçamentou distribuir o dobro: 5,6 milhões de euros. 2) Ao nível do investimento, falharam em todos os planos plurianuais com que se comprometeram. Em 2018 realizaram 60% do previsto. Em 2019 realizaram 27% do previsto. O registo mais baixo de que há memória na prestação de contas. Em 2020, vamos ver se os números que vão apresentar na Assembleia de contas o que aí irá representar. Pelo que se percebe no terreno, não haverá grandes mudanças para melhor. Assim, o saldo de gerência de perto de 20 milhões de euros é uma medida direta daquilo que não foi feito. No CDS somos a favor do cumprimento das leis, não temos nada a objetar à proposta de integração do saldo de gerência para a execução orçamental do ano seguinte. Mas, o que nos desconforta são as finalidades, este saldo de gerência, textualmente nas palavras do documento são para “ocorrer ao aumento global da despesa orçada no ano seguinte”, procedendo-se de seguida a uma revisão orçamental. O CDS já tinha razão na última Assembleia em novembro. Agora ficou ainda mais clara a estratégia: 3 anos de cortes nos apoios: nem famílias, nem economia, e 3 anos a falhar as metas previstas de investimento, e a menos de 1 ano de eleições, a querer demonstrar que vai fazer, o que ainda não foi feito. Muito obrigado. =====*

*===== A Senhora Presidente da Assembleia voltou a conceder o uso da palavra ao Deputado **Bruno Aragão**, do PS. =====*

*===== Senhora Presidente peço-lhe desculpa porque sei que a minha primeira intervenção foi longa. E peço-lhe a condescendência que teve no PAOD também com os outros Grupos Municipais. Uso os 3 minutos que não usei naquele momento. Porque há uma coisa de facto com a qual eu nunca me sinto bem. Eu quando cito alguém, digo onde é que vou citar, como é que eu citei e onde é que a pessoa estava errada. Portanto, se há inverdades: Elas devem ser ditas. Olhe, este número está errado. Aquela obra está errada. Não é a suspeição de que: há aqui umas inverdades mas eu até nem vou falar disso. Mas eu vou só reposicionar a discussão exatamente onde eu a coloquei no início: Na discussão deste ponto. Na discussão da transferência de um saldo*

*de gerência que nós vamos autorizar. Olhe, eu quando autorizo um valor quero saber porquê e para quê. Eu não fiz nenhuma análise à discussão do ano de 2020. Não fiz nenhuma análise à receita prevista em 2020. Não fiz nenhuma análise a nenhum relatório de contas de 2018, de 2019. Aliás, eu comecei até a minha intervenção a dizer isso mesmo: que cá estaríamos na Assembleia de abril de 2021 para analisar as contas. E fazer o que fiz todos os anos, não foi deste mandato só, foi de todos, trazer os gráficos, os números como eles são, compará-los e discuti-los. Em nenhum momento na minha intervenção fiz qualquer análise à execução que eu não conheço, porque não conheço o relatório de contas e imagino que ele possa ainda não estar sequer concluído. Agora, há uma coisa que foi clara: Não há aqui nenhuma propaganda eleitoral. E por isso eu tive o cuidado de dizer: todos os exemplos que eu dei decorrem, de obras de investimentos, medidas que estão ou em projeto ou em fase de obras ou em fase de adjudicação, ou já adjudicadas. Ora, adjudicar sem verba; Bom, são práticas que eu imagino que não devam ser consentâneas com uma gestão de rigor. E estou apenas a dar alguns exemplos. Eu percebo o desconforto de ter que falar sobre isto. E, portanto, não podendo falar sobre isto vamos falar sobre a execução. Coisa que eu aliás não fiz. Mas cá estarei na Assembleia de abril de 2021. Porque há uma coisa que de facto é bélica. Uma bazuca é mesmo um instrumento bélico. Porque há uma coisa que nós temos que resolver de forma bélica que são os enormes problemas do concelho de Oliveira de Azeméis. E porquê? E uso exatamente as expressões que usaram: “Porque andamos a protelar. Porque andamos a perder tempo.” Porque estamos na terceira década do Século XXI a resolver acessibilidades, rede viária num estado de degradação, não é manutenção, é a recuperá-la mesmo a sério. Porque estamos a resolver problemas de água e saneamento. Problemas que deviam estar resolvidos. Perdemos de facto muito tempo. Mas há uma coisa que todos sabemos: É que para resolvermos isto não precisamos só de investimento, ou só de dinheiro. Precisamos ter os projetos. Precisamos de os fazer. Precisamos de os candidatar. Precisamos de os candidatar com rigor, sobretudo com concursos públicos. Levam tempo. E aqui estão. E não foi com cortes. Porque isso, também, mais uma vez digo, vamos discutir os números. Porque há um corte, por exemplo, que eu lhe digo que foi bem sentido e os senhores nunca têm muito interesse em dizer, que foi o IMI. Se o Município está capaz de arrecadar mais impostos, mais receita. Bom para o Município. Sobretudo quando o fez devolvendo 1,1 milhões de euros em IMI. Ou, se quisermos, 600 mil euros no ano anterior. É disto que estamos a falar. Mas como eu disse: Contas, vamos falar em abril de 2021. Vou trazer, como me comprometi desde o início desta Assembleia, e com isso termino, os gráficos, sempre, tal como eu fazia quando estava na oposição. Exatamente os mesmos. Nunca fugirei a nenhum número, a nenhuma responsabilidade. E por isso, é preciso que fique claro: O saldo de gerência que se transita resulta de facto de uma gestão com rigor que gera disponibilidades e que, se calhar, pela primeira vez em muitos e muitos anos é a autarquia a ter capacidade com os seus recursos próprios a investir. E por isso, na próxima assembleia, um dos gráficos que trarei, como sempre trouxe, é o gráfico do investimento onde compararemos o esforço da autarquia e o esforço versus fundos comunitários. Sempre com rigor. Sempre com os números todos. Muito obrigado. =====*

===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para dar resposta às intervenções anteriores. =====

===== Eu só queria exhibir aqui um pequeno gráfico, que é o saldo de gerência da Capital de Distrito, da Câmara Municipal de Aveiro, que tem um saldo de gerência de 52 milhões de euros, que representa 67% do seu orçamento. A Câmara de Oliveira de Azeméis tem um saldo de gerência de 19 milhões de euros, que representa 44% do seu orçamento. O Senhor deputado Fernando Pais faz aqui uma intervenção que é um exercício. Eu sei que o senhor se sente muito pouco à vontade, com estas questões de natureza económica. O senhor reconhece que não se sente mesmo nada à vontade, mas o senhor deputado Jorge Melo também não fica muito longe dessa dificuldade. E, portanto, o senhor diz que, as receitas da Câmara Municipal mantiveram-se, as despesas aumentaram. E aumentaram efetivamente. O senhor reconhece isso e é verdade. O senhor deputado Jorge Melo encontra a solução para o seu problema: Ou seja, as receitas são mais ou menos as mesmas; as despesas aumentaram; temos um saldo de gerência expressivo; Então, o senhor deputado Jorge Melo resolve o problema dizendo o quê? Donde é que vem 19 milhões de euros? Dos cortes. Cortaram-se nas famílias. Cortaram-se na economia. Cortaram-se na comunidade. É esta a seriedade com que nós analisamos um saldo de gerência que resulta de uma gestão rigorosa. Onde a Câmara, para além de honrar agora escrupulosamente os seus compromissos, consegue gerar recursos financeiros que lhe permite investir num PPI, com capitais próprios, 17 milhões de euros de um valor global de 26 milhões de euros. Mas deixem-me que os corrija numa coisa muito simples. Uma pergunta muito simples: Os tais 28% de execução orçamental do PPI - sabem quanto é que significa? Em termos de montante, de valor, de milhões de euros - sabem quanto é que significa? Não sabem. Pronto. Muito bem. Algum dos senhores deputados teve a preocupação de ir confrontar esse valor com os valores de investimento de PPI de anos anteriores? Algum dos senhores deputados conseguiu perceber que esses 28% representam um dos maiores orçamentos de sempre em termos de investimento em PPI? Isso é que é absolutamente relevante. O que é que todos nós queremos? É muito simples. Queremos que as execuções orçamentais sejam muito, muito, superiores àquelas que nós temos tido. Senhor deputado Fernando Pais, eu nunca lhe disse que a execução orçamental não ficou muito aquém daquilo que nós gostaríamos que acontecesse. É com essa humildade e com essa frontalidade que nós devemos estar nas funções públicas. É reconhecer que não tivemos capacidade para executar. Reconhecer que tivemos dificuldades que contribuíram para criar essa dificuldade em executar. E é esse problema que nós estamos aqui hoje a ultrapassar. Porque efetivamente, senhor deputado, não é fácil nós executarmos quando temos primeiro que planear, quando temos primeiro que projetar, quando não temos um único projeto disponível e quando temos que gerar recursos financeiros para esses projetos que nós queremos executar. A não ser que nós queiramos ter só projetos para estar na gaveta, como aconteceu durante muitos anos. Gastamos verdadeiras fortunas em projetos que não tiveram qualquer tipo de execução. Não é isso que nós pretendemos.

*Todos os projetos que nós estamos a desenvolver, nós queremos executá-los. E gastamos muitas centenas de milhares de euros em projetos. E é isso que vamos continuar a fazer. Porque ainda há muito trabalho para fazer para além deste que está aqui previsto no nosso Plano Plurianual de Investimentos. Estamos a falar do investimento inacabado. Agora, o que importa é que nós temos condições para passar o nosso PPI, que eu repeti uma e repeti duas vezes, quando muitas vezes fomos criticados porque as verbas na educação, as verbas nas zonas industriais, não transferiam aquela intenção e volume de investimento que nós dizíamos. Bem, o que nós dissemos foi que, não era de todo possível, quando nós tínhamos previstos aqui 7,2 milhões de euros no PPI e quando precisávamos de incorporar depois o saldo de gerência para reforçar todas essas verbas. Hoje percebemos que a reabilitação urbana passa de 2,35 para 4,36 milhões de euros. A zona industrial de Oliveira de Azeméis/ Santiago de Riba-Ul tinha uma dotação de 10 mil euros e passa para 210 mil euros. E não chega, senhor deputado. É preciso mais dinheiro. Área de Acolhimento Empresarial passa para de 2,3 milhões de euros para 4 milhões de euros. A zona industrial do Nordeste tinha 25 mil euros, passa para 625 mil euros. E não chega. A zona industrial de Nogueira do Cravo/ Pindelo passa de 15 mil euros para 315 mil euros. Na prática, o que é que acontece? O PPI passa de 7,2 milhões para 23,6 milhões de euros, por incorporação destes 19 milhões de euros de saldo de gerência que vem de uma componente fortíssima de despesa de capital 16,4 milhões de euros e 2,8 milhões de euros de despesas correntes. Isto é que é absolutamente relevante, senhores deputados. Nós no passado falávamos de dívida sem saldo de gerência. E não havia problema rigorosamente nenhum. Nós agora estávamos a falar no início do mandato de 18.2 milhões de euros de dívida. Três anos e alguns meses depois, estamos a falar de excedente orçamentais de 19 milhões de euros. E portanto, é preciso que se perceba que no passado falávamos de dívida e não havia problema. Mas não havia saldo de gerência. Falávamos de dívida e falávamos de uma dívida que nos levou a um Plano de Saneamento Financeiro que foi um percurso, um caminho, penoso e doloroso que nós tivemos que atravessar. E aquilo que os senhores disseram foi manifestar orgulho pelo Plano de Saneamento Financeiro que conseguiram elaborar, que até disseram que era um caso de estudo que, enfim, chegou a ser sugerido nesta Assembleia Municipal que ele fosse cedido à Chanceler Alemã, Angela Merkel, como um caso de estudo. Bem, o caso de estudo que nós temos efetivamente é esta gestão ruínosa que levou a um endividamento brutal sem obra que o justificasse. E que nós - lembro - acabamos de pagar muito recentemente. No passado tínhamos dívida sem obra. E os senhores também não viam nisso qualquer problema. Porquê? Porque efetivamente no concelho não havia nada para fazer. Estava tudo feito. Até a rede de água e saneamento era uma questão de 4 anos, nos próximos 4 anos teríamos cobertura a 100% de rede de água e saneamento. E portanto, este tipo de contributo político é que é fortemente negativo. Senhores deputados, eu não aceito. Eu já disse aqui - e tive oportunidade de o dizer - não governo para eleições, governo para gerações. Eu desafio o senhor deputado Fernando Pais a dizer uma única obra que nós tenhamos protelado deliberadamente. Tem toda a legitimidade. Dou-lhe toda a legitimidade para o senhor se dirigir livremente aos serviços, livremente aos serviços camarários, pedir a informação que entender por conveniente*

*para verificar se nós deliberadamente protelamos algumas das obras. Mesmo esta da área de Acolhimento Empresarial de Ul/ Loureiro, que só agora conseguimos investir. Sabe porquê? Porque o projeto estava a ser desenvolvido internamente. O técnico que a estava a desenvolver adoeceu e está há um ano, seguramente, perto disso, sem voltar ao trabalho. Tivemos de lançar um processo de adjudicação ao mercado deste concurso e partir da estaca zero. Foi isso que nós tivemos exatamente de fazer. Mas, senhor deputado, tem toda a legitimidade, tem todo o à vontade para o fazer. Nós não aceitamos estas declarações de eleitoralismo. E eu peço desculpa, não as aceito. E sobretudo, como diz o povo, quem não se sente não é filho de boa gente. Eu sempre critiquei e repudiei e ainda hoje o faço, esse tipo de práticas. E não é por ser Presidente de Câmara que voltaria agora a torna-las como legítimas. Longe disso: Repudio-as; Critico-as. Porque isso significa que o Município não tem à altura um Presidente de Câmara que percebe a importância de o investimento acontecer o mais cedo possível para desenvolver o território e melhorar a condição de vida das populações. Um presidente que faz esse tipo de gestão não merece estar à frente dos destinos de uma autarquia. E não foi isso que aconteceu. Aliás, deixe-me que lhe diga uma coisa, senhor deputado, o seu partido tem-me criticado, nas reuniões de câmara municipal, por eu levar para ratificação despachos de antecipação, de antecipação, de execução de obras. Tenho sido criticado por isso. E sempre que eu posso, procuro ir buscar todos os dias, todas as semanas, que são possíveis, nos processos. Agora, nem sempre é fácil. E por isso é que nós temos efetivamente alguma concentração de obra na parte final do mandato. Também muito em resultado das dificuldades que nós tivemos com a crise pandémica que vivemos. Este é um problema que não é um problema exclusivo do concelho de Oliveira de Azeméis. É um problema do país. O país tem uma dificuldade terrível em executar aquilo que ainda resta do último quadro comunitário de apoio. Está muito dinheiro ainda por executar. Temos que fazer todos um esforço muito grande para termos uma execução muito diferente daquela que temos tido. Vão chegar aí mais recursos financeiros, quer da bazuca, quer do próximo quadro comunitário de apoio 2030. E vamos ter aqui dificuldades acrescidas para a sua execução. Porque, como nós sabemos também, temos muitas dificuldades ao nível das respostas, temos muito poucas empresas para as necessidades que nós temos neste momento. E portanto, dizer-vos que, efetivamente nós não tivemos aqui nenhuma gestão. Tomara eu. E o senhor deputado facilmente perceberia que, não seria muito difícil, tantas são as dificuldades que nós temos no concelho, em ter realizado todas estas obras. E naturalmente estamos agora a falar de muitas outras. Há uma coisa que eu vos posso dizer, com toda a honestidade: Foi para mim uma humilhação muito grande - uma humilhação muito grande - repito - durante alguns anos ser o único Município da Área Metropolitana do Porto com 0% de execução, 0% de execução. Se vocês acham que isto se faz com gestão? Se vocês acham que nós (tenho reunião sexta-feira) recebemos a documentação sobre os níveis de execução dos diferentes municípios e o Município de Oliveira de Azeméis aparece lá com 0% recorrentemente, se acham que isto é taticismo político? Deixem-me que vos diga que estão redondamente enganados. É para mim uma humilhação. É para mim uma vergonha. E naturalmente o que eu gostaria era de nós termos a execução encostada aos 100%.*

*E não tenho dúvidas nenhuma que esse é um desejo também dos senhores deputados. E, portanto, senhores deputados, deixo esta última mensagem absolutamente clara, não há nenhuma lógica eleitoral neste orçamento de 2021. Aquilo que eu desejo para o futuro, aquilo que este executivo camarário deseja para o futuro é que tenhamos anos de fortíssimo investimento e de fortíssimas taxas de execução nos orçamentos municipais. Porque é isso que todos nós desejamos para o nosso território. =====*

*===== A Senhora Presidente da Assembleia voltou a conceder o uso da palavra ao Deputado **Fernando Pais**, do PSD. =====*

*===== Senhor Presidente, eu não quero entrar no jogo do ping pong, como aconteceu relativamente ao ponto anterior. Mas deixe-me que lhe diga uma coisa: Eu não sei se o senhor protelou deliberadamente investimento. Sei que há muito investimento que poderia ter sido feito anteriormente. Não tenho a menor dúvida. Investimento na educação, na rede viária, nas escolas. Exemplo? Na educação. A remodelação, a requalificação das escolas que são da responsabilidade da Câmara Municipal. Eu estou-lhe a dizer que há muitas escolas que pertencem ao concelho que não foram entretanto, requalificadas. Há muitas escolas em condições de degradação muito grande. Há sim senhor, senhor presidente. O que eu estou a dizer, senhor presidente, é que este investimento podia ser um investimento feito anteriormente, a Câmara Municipal tinha condições para o fazer, tinha condições para o fazer, que era de alguma forma mais sustentado. Mas, deixe-me que lhe diga uma outra coisa: Apesar de nós considerarmos que este tipo de investimento é um investimento importante. Todo o tipo de investimento é importante. Eu acho que não há aqui muito investimento nas pessoas, ou seja: na melhoria de qualidade de vida das pessoas; o apoio social às pessoas. Acho que falta aqui essa componente. E essa componente não está a ter o equilíbrio adequado, relativamente ao outro investimento. Mas, bom, nós já estamos aqui a partir para uma discussão que não é para este ponto. Este ponto é só da questão da revisão orçamental e, como diz o meu colega Bruno, em abril nós teremos hipóteses de discutir esta questão, teremos hipóteses de discutir os níveis de receita da Câmara, quais são as receitas que são por via de impostos, receitas orçamentais, etc..., etc.... Nós, em abril, teremos hipóteses de debater tudo isto com alguma profundidade e com muito mais profundidade. Muito obrigado. =====*

*===== Para prestar mais esclarecimentos, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal voltou a conceder o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**. =====*

*===== Eu perante estas afirmações de que, nós..., Temos aqui. Enfim, nem percebi. Deve ser o orçamento de 2021 que não é um orçamento dirigido para as famílias. Um orçamento que devolve 1.1 milhões de euros ou 1.2 milhões de euros, que estende o vale educação, a cadeira dentista, que já está a funcionar. Senhor deputado, sinceramente, eu percebo que muitas vezes.... Repare, é um exercício de grande humildade nós estarmos ao lado das coisas quando elas estão*

*a correr bem. Repare: É tremendamente injusto que o senhor deputado diga que este orçamento de 2021 é um orçamento que é insensível às famílias e insensível às pessoas. Todos estes investimentos são dirigidos às famílias, às pessoas, à economia. É isto que nós estamos a fazer. Portanto, eu não percebo. Talvez o senhor deputado me consiga explicar que tipo de investimentos é que gostaria de ver aqui plasmados, para que eu perceba. Sinceramente, eu tenho alguma dificuldade em perceber, o que é que o senhor gostaria de ver contemplado no orçamento, para que pudesse alterar. Porque, obviamente, não me agrada que o senhor diga que estes investimentos não são investimentos dirigidos às pessoas. São objetivamente investimentos dirigidos para as pessoas. São dirigidos para os oliveirenses, para as famílias, para as empresas. É isso que nós pretendemos com este tipo de investimentos. Portanto, não vamos aqui elencar outra vez um conjunto de investimentos que são absolutamente fundamentais para melhorar as condições de vida das populações. E não vamos falar nos parques verdes e de lazer. Não vamos falar nas respostas para a saúde. Olhe, acabamos de dar agora uma verba para a compra de um ecocardiógrafo. Não vamos falar no investimento que está a ser feito nas escolas, que é um investimento sem precedentes, na rede viária, na rede de água e saneamento. Fizemos uma candidatura, que esperamos vir aprovada, que vai obrigar a um investimento municipal substancial. Estamos a preparar um pacote para transformar completamente a rede de água e saneamento no nosso concelho. Bem, se isto não são investimentos para as famílias, se não é investimento para economia; O senhor terá me sugerir aquilo que eu deva incluir no próximo orçamento, para que fiquemos ambos tranquilos. Porque acho que essa afirmação é tremendamente injusta. =====*

*===== Ausentou-se a senhora deputada **Carla Freitas**, do PSD. =====*

*===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal colocou o ponto número cinco à votação tendo sido **deliberado por maioria aprovar a 1ª revisão orçamental 2021, registando-se a seguinte votação: - Votos a favor: vinte (20) do PS; quatro (4) do PSD [José Santos - Presidente da Junta de Freguesia de Ossela, José Queirós - Presidente da Junta de Freguesia de Loureiro, Florbela Silva - Presidente da Junta de Freguesia de Macieira de Sarnes e Anabela Sousa - União de Freguesias de Nogueira do Cravo e Pindelo], três (3) do CDS/PP e um (1) Augusto Moreira - Presidente da Junta de Freguesia de Cesar; -Abstencões: nove (9) do PSD.** =====*

*===== A Senhora Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Deputado **Bruno Aragão**, do PS. =====*

*===== Senhora Presidente, só para dizer que a seguir a esta votação a deputada do Partido Socialista, Raquel Faria, deixará de estar na reunião, por razões pessoais. E, portanto, a partir deste momento as votações devem refletir a sua ausência. =====*

===== Ausentou-se a senhora deputada **Raquel Marília**, do PS. =====

===== **Ponto seis: - Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos 2021 - Inscrição de novo projeto (I/6813/2021) - Aprovação;** =====

===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando que a inscrição de novas rubricas da despesa, resultantes da diminuição ou anulação de outras dotações, leva à necessidade da elaboração, apreciação e aprovação de uma revisão orçamental; Considerando que as revisões do Plano Plurianual de Investimentos têm lugar sempre que se torne necessário incluir e/ou anular projetos nele considerados; Considerando que compete à Assembleia Municipal, em matéria regulamentar e de organização e funcionamento, sob proposta da Câmara, aprovar as revisões ao Orçamento e às Opções do Plano; Considerando que, previsivelmente, durante o ano 2021, vão ter início novos projetos de investimento que não foram previstas no Orçamento e PPI 2021 o Projeto/Ação correspondente; Propõe-se a inscrição no PPI 2021-2025 do seguinte projeto, com o cronograma financeiro de execução orçamental previsual: 1 - Projeto/Ação nº 9/2021, com a designação “Entre! A Rua é Sua” - Mercadinho de produtos locais - Classificação Económica 070115 - Outros Investimentos 2021 - 61.500,00€.”

===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para prestar esclarecimentos. =====

===== Não tem efetivamente nada a ver com o ponto cinco. Isto é um ponto, no mínimo, estranho. É isto que eu tenho para vos dizer. Nós estamos aqui a fazer uma revisão ao PPI para inscrever um novo projeto. Um projeto que é “Entre! A Rua é Sua - Mercadinho de produtos locais.” E basicamente tem a ver com o seguinte: Abriu um Aviso para uma candidatura para este projeto; A Câmara Municipal, não tinha prevista, porque não podia saber por antecipação que ia abrir o aviso, não tinha esta rubrica com esta designação específica no seu PPI. E a candidatura foi chumbada, esta chumbada neste momento. Nós estamos a fazer tudo o que está ao nosso alcance para reverter a situação. O que é um facto é que a candidatura foi chumbada porque a Câmara não demonstrou capacidade financeira para a executar em 2020. Estamos a falar de uma verba de 60.000,00€. E, portanto, foi chumbada porque nós não tínhamos inscrito em 2020 no PPI de 2021 esta obra. Que naturalmente desconhecíamos porque não conseguimos ainda antecipar os Avisos que vão surgir no futuro. Portanto, é basicamente isto. Dizer-vos só que, a candidatura, neste momento, está reprovada, está chumbada. Nós estamos a fazer este esforço de alterar o PPI para inscrever este novo projeto. E aquilo que nós esperamos é que o bom senso impere e que a Autoridade de Gestão reconsidere e nos aprove esta candidatura. =====

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====

===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal colocou o ponto número seis à votação tendo sido **deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada.** =====

===== **Ponto sete: - Derrama 2021 - Correção da taxa reduzida (I/127935/2020) - Ratificação / Convalidação dos atos e demais efeitos praticados à data;**=====

===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - Que a Derrama é uma receita municipal de acordo com a alínea c), do art.º 14º, do Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais (RFALEI), Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, e posteriores alterações; - Que os municípios podem deliberar lançar derrama, de duração anual e que vigorará até nova deliberação, até ao limite máximo de 1,5/prct sobre o lucro tributável sujeito e não isento de imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas (IRC), conforme n.º 1, do art.º 18º, do RFALEI; - Que a ausência da comunicação ou a sua transmissão para além do prazo estabelecido (até 31 de dezembro) determina que a liquidação e cobrança da Derrama são efetuadas com base na taxa e benefícios fiscais que estiverem em vigor naquela data nos termos dos n.ºs 17 e 18, do art.º 18º, da RFALEI; - Que a Assembleia Municipal pode, sob proposta da Câmara Municipal, deliberar a criação de isenções ou de taxas reduzidas de derrama, nos termos dos n.ºs 2 e 3, dos art.ºs 16º e 22º, do art.º 18º, do RFALEI sendo que, para efeitos do n.º 23, do art.º 18º, do citado regime, as isenções ou taxas reduzidas de derrama atendem, nos termos do regulamento, aos seguintes critérios aí estabelecidos; - Que até à aprovação de regulamento, a Assembleia Municipal pode, sob proposta da câmara municipal, deliberar lançar uma taxa reduzida de derrama para os sujeitos passivos com um volume de negócios no ano anterior que não ultrapasse (euro) 150 000; - Que ao abrigo da alínea c), do n.º 1, do art.º 4º do Regulamento Municipal de Incentivos ao Investimento e Empreendedorismo no Concelho de Oliveira de Azeméis (RMIIECOA), a isenção ou redução de Taxas de Derrama, é fixada anualmente por deliberação da Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal; - Que os benefícios fiscais estão sujeitos às regras europeias aplicáveis em matéria de auxílios de minimis, conforme o n.º 25, do art.º 18º, do RFALEI; - A necessidade de criação de medidas que visam fixar as empresas e ativar novos incentivos no Concelho bem como, combater o desemprego e potenciar o nível de empregabilidade e coesão territorial; - A deliberação da Câmara Municipal de 30/04/2020 e da Assembleia Municipal de 15/05/2020 sobre “isenção de derrama para as empresas que faturem menos de 150.000€/ano” - A deliberação da Assembleia Municipal, I/110757/2020, de 27/11/2020, que aprovou a taxa geral de derrama de 1,2/prct e Taxa reduzida de derrama para os sujeitos passivos com um volume de negócios no ano anterior que não ultrapasse 150.000,00€ = 0,0/prct. - Que a Autoridade Tributária e Aduaneira (ATA), através de e-mail de 03/12/2020, informou que, na sequência das sucessivas alterações à Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, que estabelece o Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais, tornou-se necessário proceder à atualização do programa informático disponibilizado no Portal das Finanças aos municípios para efeitos de comunicação

*das taxas e isenções de derrama municipal até 31 de dezembro, nos termos previstos no n.º 17 do artigo 18.º daquela Lei, tendo já disponibilizado no Portal das Finanças, por forma a permitir aos municípios comunicarem as taxas e isenções de derrama municipal lançadas sobre o lucro tributável do IRC do período de 2020 tal programa. - Que o novo programa informático da ATA, apresenta novas funcionalidades, não permitindo nesta data registar e comunicar, nos moldes aprovados, a taxa reduzida de derrama para os sujeitos passivos com um volume de negócios no ano anterior que não ultrapasse 150.000,00€ = 0,0/prct, - Que tal situação, exige um ajustamento corretivo ao valor da taxa reduzida aprovada, no sentido de ultrapassar as questões de ordem técnica e de conformar o entendimento de taxa reduzida na atual aceção, dado o MOA não dispor de Regulamento Municipal, que estabeleça, entre as outras, as isenções de Derrama. Propõe-se: Nestes termos, ao abrigo do disposto no art.º 18º, do RFALEI, conjugado com a alínea ccc), do n.º 1, do art.º 33º e alínea d), do n.º 1, do art.º 25º, do Anexo I, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro 2013 e posteriores alterações, no sentido de fazer corresponder a posição e deliberações dos órgão municipais já tomadas sobre a matéria, propõem-se, nos termos dos fundamentos e normas retrocitadas: - **Manter a taxa geral de Derrama em 1,2%**, conforme deliberações já tomadas; - Efetuar alteração/ajustamento corretivo à taxa reduzida de derrama para os sujeitos passivos com um volume de negócios no ano anterior que não ultrapasse os 150.000€, **passando para 0,01%**. - Tal ajustamento e fixação da taxa reduzida, que produza efeitos imediatos para registo e comunicação à ATA até 31 dez, devendo esta alteração/proposta ser submetida a ratificação na próxima Assembleia Municipal, convalidando todos os atos e demais efeitos praticados à data, nos termos e ao abrigo dos Artºs 163º, 164º e 165º, do CPA.”* =====

===== *A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para prestar esclarecimentos.* =====

===== *Como sabem, nós no âmbito de uma medida de apoio à economia, uma medida Covid, nós isentamos a derrama para os sujeitos passivos com volume de negócios inferior a 150.000,00€. E fizemo-lo na Assembleia Municipal de 15 de maio de 2020, conforme está aí nos considerandos. Acontece que, depois, em 03 de dezembro de 2020, a Autoridade Tributária, através de email, notificou-nos que, o programa informático, a plataforma do portal das finanças onde os municípios comunicam as taxas e isenções até ao final do ano, até 31 de dezembro, tinha sido atualizado para dar resposta a obrigações legais e não permitia a isenção 0. E portanto, os municípios que foram confrontados com este problema tiveram que fazer, foi encontrar uma isenção muito perto de 0, que é este 0,01, para ultrapassar esta dificuldade. É evidente que se nós tivéssemos um regulamento municipal enquadrador da isenção poderíamos, obviamente, aplicar a taxa 0. Como não temos, tivemos nós e os municípios que estavam nestas circunstâncias que, enfim, utilizar este subterfugio para contornar esta dificuldade que nos foi causada pelo portal das finanças.* =====

===== Aberto o período de inscrições, registou-se o pedido de inscrição de Jorge Pereira, Bruno Rodrigues, Fernando Pais. =====

===== A Senhora Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Deputado **Jorge Pereira**, do CDS/PP. =====

===== Senhora Presidente é muito breve, sobre esta questão. Este ponto foi aprovado, como o Senhor Presidente da Câmara referiu e muito bem, na Assembleia de dezembro, com o anúncio da taxa 0 (zero) como uma medida de apoio social Covid e, portanto, nós aprovamos essa taxa também. E essa taxa foi aprovada porque está prevista na lei. Portanto, está previsto o enquadramento entre os 0% e 1,5%. Não entendemos é qual a razão desta desculpa da Autoridade Tributária em agora tentar contrariar a lei com um problema técnico, pela justificação que eu vi na documentação que nos chegou. E portanto, nesse sentido, uma vez que está previsto na lei a isenção da taxa a 0%, não faz sentido que uma direção geral do país venha contrariar o que está previsto na lei. E nesse sentido, e para não complicar nem dificultar qualquer trâmite nesta questão, o CDS vai-se abster com esta declaração de voto que é baseada precisamente por questões técnicas. Se é uma questão técnica que as resolvam e não imputar a lei nem contrariar o que está previsto na lei. Muito obrigado. =====

===== A Senhora Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Deputado **Bruno Rodrigues**, do PSD. =====

===== Boa noite a todos. Eu vou ser breve. Eu vou apenas tentar explicar o porquê da bancada do PSD ir votar contra este ponto. O nosso desacordo, não se prende com a posição do executivo. Pois, há uma demonstração que pretende resolver a situação. E de facto 0,01% não tem impacto significativo para as empresas. O nosso desacordo, e até alguma estupefação, é mesmo pelo facto de os 0% terem sido votados por unanimidade tanto na reunião de câmara como na assembleia, se é algo que está dentro da lei, e depois não poder ser aplicado por causa das questões técnicas do programa informático da Autoridade Tributária. Julgo que isto não tem sentido nenhum. E já que foi um problema que aconteceu não só com o nosso município mas também com outros que adotaram a mesma medida que nós julgo que os municípios se deviam ter juntado para pressionar a AT para resolver esta questão em tempo útil, pois não tem sentido a lei permitir a atribuição de uma isenção e depois o programa informático da entidade (entidade competente) não permitir aplicar o que a lei permite. Era só este o motivo. Obrigado. =====

===== A Senhora Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Deputado **Fernando Pais**, do PSD. =====

===== *Eu relativamente a este ponto, não poderia estar mais em acordo relativamente aqui aquilo que já foi expandido anteriormente. Portanto, isto parece caricatural. Parece uma coisa absolutamente caricatural. Não estou a dizer que isto é culpa da Câmara Municipal. Obviamente que não é culpa da Câmara Municipal mas, nós exercermos o direito legítimo, porque este imposto é um imposto municipal, exercermos o direito legítimo, está dentro da lei e depois, em representação dos cidadãos devidamente mandatados, e depois uma alegada questão informática vir obrigar nós a votarmos num outro sentido; É evidente que eu concordo exatamente em tudo o que o Jorge Melo proferiu menos na abstenção dele. Eu acho que isto não pode merecer de nós uma outra questão que não seja votar contra. Mas, independentemente dessa situação, eu só queria deixar aqui uma nota: porque me pareceu que o senhor presidente disse que nós não tínhamos o regulamento de isenção aprovado; Ora bom, e se tivéssemos o regulamento de isenção isto já não aconteceria. O que me deixou ainda mais perplexo. Se nós tivéssemos o regulamento isto já seria possível inserir no sistema informático? É a pergunta que eu deixo. Certamente, não foi esse o objetivo que me disse. Mas vou-lhe dizer Senhor Presidente, se calhar não sabe, o regulamento de isenção não é a fixação da taxa relativa ao ano em questão. Ou seja, o regulamento de isenção é um expediente, um conjunto de normas que, neste caso, os sujeitos passivos de IRC podem adotar pedindo a isenção de uma taxa que foi fixada em Assembleia Municipal. Ou seja, a Assembleia Municipal fixa uma determinada taxa mas, os particulares, mediante o cumprimento desse regulamento de isenção, podem candidatar-se à isenção. Portanto, eu só queria deixar isto claro: O regulamento é para as pessoas que preenchem os requisitos nele referido possam beneficiar da isenção. Não tem nada a ver com a fixação da taxa pela Assembleia Municipal que, no caso em particular, é absolutamente soberana. Portanto, o nosso voto, por todas estas razões, é contra.* =====

===== *A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para dar resposta às intervenções anteriores.* =====

===== *Eu percebo as razões que aqui foram invocadas. O que é um facto é que nós fomos confrontados com esta situação. E é evidente que, nós chumbarmos aqui isto, significaria que, enfim, os sujeitos passivos que faturassem menos de 150.000,00€ por ano, não teriam direito à isenção. Portanto, para nós, até percebendo que estes 0,01% significa praticamente nada, em termos de coleta, significa 0 (zero) em termos de coleta. Mas percebo perfeitamente a questão que colocam. Porque nós também a colocamos. Tentamos ultrapassar isto. Mas tecnicamente não era possível ultrapassar isto. E portanto, foi este o expediente que foi utilizado para que os municípios, mesmo tendo razão, não criassem embaraços aos destinatários da medida. E, portanto, foi a forma que foi encontrada por alguém que inteligentemente viu aqui uma possibilidade de ultrapassar isto.* =====

===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal colocou o ponto número sete à votação tendo sido **deliberado por maioria ratificar a proposta apresentada, bem como convalidar todos os atos e demais efeitos praticados à data, com a seguinte votação:** - Votos a favor: dezanove (19) do PS, um (1) do CDS/PP - Susana Gomes - Presidente da União de Freguesias do Pinheiro da Bemposta, Palmaz e Travanca e um (1) Augusto Moreira - Presidente da Junta de Freguesia de Cesar; - Votos contra: nove (9) do PSD; Abstencões: quatro (4) do PSD [José Santos - Presidente da Junta de Freguesia de Ossela, José Queirós - Presidente da Junta de Freguesia de Loureiro, Florbela Silva - Presidente da Junta de Freguesia de Macieira de Sarnes e Anabela Sousa - União de Freguesias de Nogueira do Cravo e Pindelo] e duas (2) do CDS/PP. =====

===== **Ponto oito: - Compromissos Plurianuais Assumidos ao abrigo da autorização prévia genérica concedida - Subsídios (I/3357/2021) - Autorização/ Convalidação e Ratificação;**

===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando - o previsto na alínea b) do artigo 3.º da Lei n.º 22/2015 de 17 de março, diploma que procede à quarta alteração à Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro (LCPA), alterada pelas Leis n.ºs 20/2012, de 14 de maio, 64/2012, 20 de dezembro, e 66-b/2012, de 31 de dezembro, consideram-se «Compromissos Plurianuais», “os compromissos que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico ou em anos económicos distintos do ano em que o compromisso é assumido” - que, conforme dispõe a alínea c) do nº1 do artigo 6.º do referido diploma legal, e posteriores alterações e o artigo 12º do Decreto-Lei 127/2012, de 21 de junho e posteriores alterações, preconiza ainda que “Assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica (...) acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios, está sujeita a autorização prévia do órgão Deliberativo, quando envolvam entidades da administração local.” - que foi aprovada a autorização genérica no capítulo VII “Assunção de Compromissos Plurianuais - Autorização Genérica da Assembleia Municipal, pág. 31 nos pontos 1.a); 1.b) e 2. do relatório orçamental de 2020, nos seguintes termos: “1.a) Ao abrigo das disposições legais enunciadas, do enquadramento efetuado e por questões de prudência e racionalidade, se submeta a aprovação da Assembleia Municipal, com o consentimento legal previsto no artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho e ao abrigo do disposto nos artigos 6.º, n.º 1, alínea c) da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro e posteriores alterações e artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho e posteriores alterações, no sentido de emitir autorização genérica favorável para a assunção de compromissos plurianuais durante o ano de 2020, referentes a despesas (inclusive apoios/comparticipações/subsídios) que deem lugar a encargo orçamental em mais do que um ano económico, ou em ano que não seja o da sua realização, que não excedam o limite de €99.759,58 em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos; A assunção de compromissos plurianuais ao abrigo da autorização prévia e genérica concedida nos termos referidos só poderá efetuar-se quando, para além das condições aí previstas, sejam respeitadas as regras e procedimentos previstos na Lei n.º 8/2012,

de 21 de fevereiro e no Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho e posteriores alterações e cumpridos os demais requisitos legais de realização de despesas/apoios. 1.b) Ao fim de cada ano seja dado a conhecer à Assembleia Municipal, nos casos aplicáveis, uma listagem com os compromissos plurianuais assumidos, ao abrigo da autorização prévia genérica concedida. 2. Aprovação dos compromissos plurianuais constantes do orçamento e GOP do ano 2020, nos termos e para os efeitos estatuídos no art.º 12º do Decreto-Lei n.º 127/2012 e posteriores alterações.” - que a 31 de dezembro, a lista em anexo encontrava-se vencida, não sendo possível efetuar o seu pagamento, dado que os requisitos legais e decorrentes das obrigações contratuais não estavam cumpridos (falta entrega de documentos justificativos e/ou relatórios), pelo que os valores mencionados transitaram para o presente ano económico, assim, tal situação e por força dos fatos retrocitados originaram compromissos plurianuais. Face ao exposto e para efeitos da alínea 1.b) da “Assunção de Compromissos Plurianuais - Autorização Genérica da Assembleia”, leva-se a conhecimento, autorização, convalidação e ratificação da Assembleia Municipal da listagem (documento esse que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas), traduzindo-se em compromissos plurianuais, resultantes da falta de execução/justificação das despesas pelas entidades respetivas no ano económico previsto (2020), dando origem a valores/compromissos transitados com efeitos em 2021, ao abrigo dos artigos 156º e 164º do CPA e nos termos da LCPA.” =====

===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para prestar esclarecimentos. =====

===== São 252.000,00€ de apoios às nossas associações e coletividades que não puderam ser pagos em 2020, porque estas entidades não conseguiram apresentar os comprovativos que permitissem o pagamento. Como queremos que estas entidades não percam este dinheiro queremos pagá-lo em 2021 e, naturalmente, isso significa que este compromisso transita para o exercício de 2021 e passa a ser um compromisso plurianual que tem que ser autorizado pela Assembleia Municipal.=====

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====

===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal colocou o ponto número oito à votação tendo sido **deliberado por unanimidade autorizar, convalidar e ratificar a proposta apresentada**. =====

===== **Ponto nove: - Proposta de Estorno dos valores atribuídos e não executados às Juntas (I/3161/2021) - Aprovação;** =====

=====  
 ===== *Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: O período temporal decorrido desde a atribuição dos subsídios, constantes da lista abaixo e que de acordo com as condições de contratualização dos mesmos, os prazos de pagamento estão largamente ultrapassados, valores que estão refletidos na dívida total do município e por fatores não imputáveis ao mesmo. Que as situações identificadas referem-se às freguesias mencionadas, com Contratos Interadministrativos, para os quais, tiveram execução, mas o valor da mesma, ficou abaixo do valor protocolado, pelo que o remanescente não executado será para estornar.*

Terceiro		NIF	Valor	Descrição	Contrato Número
3189	Freguesia de Ossela	4536	5.062,75€	Apoio Financeiro para Obras na Sede da Junta de Freguesia e no Edifício da Unidade de Saúde	32/2017
3203	Freguesia de Loureiro	5816	96,69€	Apoio Financeiro para Colocação de Relvado Sintético no Campo de Jogos na Quinta do Barão	77/2018

Assim propõe-se, a revogação dos subsídios constantes da lista acima, nos termos do n.º 1 do artigo 165º e do art.º 169º ao 171º do CPA, sendo o valor a revogar/anular o correspondente a cada entidade e mais se propõe, a remessa desta proposta à Assembleia Municipal para os efeitos consignados.”

=====  
 ===== *A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para prestar esclarecimentos.*=====

=====  
 ===== *Efetivamente temos aqui dois estornos: Um deles da Junta de Freguesia de Loureiro no valo de 96,69€, que corresponde a uma parte não executada do relvado sintético da Quinta do Barão; E um estorno de 5.062,75€ da Junta de Ossela correspondente a um apoio financeiro para obras na Sede da Junta de Freguesia e no edifício da Unidade de Saúde que não foram executadas e tem por isso de ser estornadas.* =====

=====  
 ===== *Aberto o período de inscrições, registou-se o pedido de inscrição de José Santos.* =

=====  
 ===== *A Senhora Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor **José Santos** - Presidente da Junta de Freguesia de Ossela.* =====

=====  
 ===== *Muito boa noite, a todos. Permitam-me que em nome da Senhora Presidente e do Senhor Presidente da Câmara cumprimente todos os presentes nesta assembleia e aos que participam via web, e a comunicação social, e a equipa que nos proporciona esta sessão, e a quem nos vê em suas casas. A minha intervenção será muito simples e rápida. Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara, Eng.º Joaquim Jorge, este estorno quer dizer que esta verba aprovada em*

*assembleia municipal será anulada, certo? Não é? Também quero dizer que há algum tempo atrás recebi uma chamada telefónica do senhor vereador Dr.º Hélder Simões que, após uma troca de impressões sobre este assunto, não é, foi-me prometido pelo senhor vereador que depois se faria um novo protocolo para esta Freguesia de Ossela não perder este valor que se destinava à conclusão das obras do edifício da Junta de Freguesia e da Unidade de Saúde Familiar. Penso que o Senhor Presidente será sensível a este assunto e estará de acordo com o combinado com o senhor vereador Dr.º Hélder Simões. Portanto, isto era para a gente não perder o dinheiro. Porque não nos foi possível naquela altura fazer as obras. E, como elas se foram protelando, eu concordo perfeitamente que a verba não deve estar aí, não é? (Já há bastante tempo.) E foi também uma das razões com que eu falei com o senhor vereador que me ligou precisamente por causa de a gente acertar este assunto. E que na realidade ele prometeu-me que a gente posteriormente que íamos fazer outro protocolo para que a Freguesia de Ossela não perdesse este dinheiro. Peço ao senhor Presidente, como é sensível, como eu já lhe disse que é sensível a estas coisas, a ver se, pronto, se depois resolveremos este assunto. Obrigado. =====*

*===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para dar resposta à intervenção anterior. =====*

*===== É evidente que, esta assembleia está a aprovar, em concreto, este ponto, este estorno. E não fica aqui, como é evidente, o compromisso por parte da assembleia na aprovação tácita que este dinheiro vai ser utilizado para este fim. Mas é evidente que, aquilo que importa é que, se se justificar intervenção na Unidade de Saúde, noutra domínio qualquer, pois, cá estaremos para qualquer outro tipo de investimento disponíveis para o avaliar e naturalmente apoiar dentro da medida das nossas possibilidades, como é óbvio. =====*

*===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal colocou o ponto número nove à votação tendo sido **deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada**. =====*

*===== Pela Senhora Presidente da Assembleia Municipal foi apresentada a proposta de se efetuar a análise e discussão conjunta do ponto dez, ponto onze, ponto doze, ponto treze, ponto catorze, ponto quinze e ponto dezasseis, a qual foi aceite por unanimidade. =====*

*===== **Ponto dez:** - **Minuta de Contrato Interadministrativo de Apoio Financeiro a celebrar com a Freguesia de S. Martinho da Gândara (I/3754/2021) - Autorização;** =====*

*===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - Que constituem atribuições das autarquias locais a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, designadamente nos domínios referidos no n.º1 e alínea a) e i) do n.º 2 do artigo 7.º e na alínea a) e m) do n.º 2 do artigo 23.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de*

setembro; - Que as Autarquias locais prosseguem as suas atribuições através do exercício pelos respetivos órgãos das competências legalmente previstas; - Que as Juntas de Freguesia dispõem de atribuições e competências próprias de gestão nos casos e nos termos previstos na lei; - O teor do ofício da Freguesia de São Martinho da Gândara, datado de 20/12/2020, em que solicita apoio financeiro para execução de monumento aos combatentes da 1.ª Grande Guerra, sendo o seu custo estimado em 3.000€ + IVA. - Que se trata de contratação excluída, ao abrigo do artigo 5.º números 1 e 4 (alínea c) e do artigo 5.º B número 1 do referido do Código da Contratação Pública, aprovado pelo DL n.º18/2008 de 29 de janeiro alterado e republicado DL n.º111-B/2017 de 31 de Agosto; - A designação do Eng.º Rogério Miguel Marques Ribeiro como Gestor do Contrato; Ao abrigo dos artigos 2 e 4, n.º 1, e alíneas a), c), e), e m) do n.º 2, do art.º 23º e alínea j), do n.º 1, do art.º 25º, do anexo I, da Lei n.º 75/2013 e posteriores alterações, conjugado com os Art.ºs 1º-A, n.º 1, alínea c) do n.º 4, do art.º 5º, 5º-B, 278º, 290º-A, e 338º do CCP, e ainda nos termos do n.º 3, do art.º 2º, 3º a 9º, e 200º do CPA. Propõe-se: - A aprovação da minuta do Contrato Interadministrativo de apoio financeiro a celebrar com a Freguesia São Martinho da Gândara (documento esse que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas), com o compromisso de fundo disponível n.º 340 de 2021, conforme estabelece a Lei n.º8/2012, de 21 de Fevereiro e Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho e respetivas alterações; - Que se remeta à Assembleia Municipal nos termos e fins atrás citadas.”=====

===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para prestar esclarecimentos. =====

===== No ponto dez: É a intenção da Junta de Freguesia de S. Martinho da Gândara erguer um monumento em homenagem aos Combatentes da I Grande Guerra, um monumento cujo valor estimado está em 3.000,00€. A Câmara Municipal entende associar-se a esta justíssima homenagem atribuindo uma verba de 1.500,00€. Ponto onze: É um apoio, portanto, um contrato interadministrativo de apoio financeiro, para as obras de ampliação do cemitério de Carregosa a Iª - Fase, a celebrar com a Junta de Freguesia de Carregosa. Um apoio de 17.500,00€: sendo, 12.747,65€ de apoio financeiro e 4.752,35€ em materiais. Ponto doze: É um apoio à União de Freguesias de Oliveira de Azeméis, Madail, Macinhata da Seixa, Ul e Santiago de Riba-Ul. A União de Freguesias pretende requalificar o edifício da Associação de Socorros Mútuos, um edifício importante, emblemático, prevendo investir cerca de 70.000,00€. A Câmara Municipal propõe à Assembleia atribuir um apoio financeiro de 35.000,00€. As obras são essencialmente cobertura, acesso, criação de condições de acessibilidade para pessoas portadoras de mobilidade reduzida, alguns arranjos exteriores, etc.... Ponto treze: É um apoio à Junta de Freguesia de Fajões para várias obras. Julgo que serão seis ou sete no total. E tem a ver com alargamentos, com construção de muros, com redes de águas pluviais, guardas metálicas, enfim, um conjunto de obras que a Junta entende realizar. Estamos a falar de um apoio financeiro de cerca de 40.000,00€ dividido: 34.300,00€ em apoio financeiro objetivo e 5.893,24€ em materiais. Ponto catorze: É também uma

minuta de um contrato interadministrativo, desta vez com a Junta de Freguesia de Loureiro, para um conjunto de obras de construção de muros e alargamentos de várias ruas. Também julgo que serão umas seis ou sete. O apoio financeiro ronda os 34.000,00€: 30.000,00€ em apoio financeiro objetivo e 3.989,86€ em materiais. Ponto quinze: É um apoio à Junta de Freguesia de Macieira de sarnes para requalificação da Rua Padre Manuel Gomes Resende e Rua do Passadiço, julgo que é designado de Quinta do Miranda. Estamos a falar de um apoio financeiro de 41.000,00€: 35.000,00€ em apoio financeiro objetivo, 6.309,53€ em materiais. Ponto dezasseis: É um apoio à União de Freguesias de Nogueira do Cravo e Pindelo para obras em várias escolas, fundamentalmente para instalação de caixilharias de alumínio, cobertos de proteção para chuva para as escolas, na Maria Godinho, na EBI de Pindelo e no Jardim de Infância de Pinhão. Estamos a falar de 20.712,40€.

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====

===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal colocou o ponto número dez à votação tendo sido **deliberado por unanimidade autorizar a celebração da minuta de contrato interadministrativo de apoio financeiro com a Freguesia São Martinho da Gândara.** =====

===== **Ponto onze: - Minuta de Contrato Interadministrativo de Apoio Financeiro a Celebrar com a Freguesia de Carregosa (I/6818/2021) - Autorização;** =====

===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - Que constituem atribuições das autarquias locais a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, designadamente nos domínios referidos no n.º1 e alínea a) e i) do n.º 2 do artigo 7.º e na alínea a) e m) do n.º 2 do artigo 23.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro; - Que as Autarquias locais prosseguem as suas atribuições através do exercício pelos respetivos órgãos das competências legalmente previstas; - Que as Juntas de Freguesia dispõem de atribuições e competências próprias de gestão nos casos e nos termos previstos na lei; - O teor do ofício da Freguesia de Carregosa (E/3173/2021), em que solicita apoio financeiro para a realização de obras de ampliação do cemitério com uma memória descritiva “Orçamento - Cemitério / Carregosa / Fase 1 (versão 5.2)” no valor total de 35.167,00€. - Que se trata de contratação excluída, ao abrigo do artigo 5.º números 1 e 4 (alínea c) e do artigo 5.º B número 1 do referido do Código da Contratação Pública, aprovado pelo DL n.º18/2008 de 29 de janeiro alterado e republicado DL n.º 111-B/2017 de 31 de Agosto; - A designação do Eng.º Rogério Miguel Marques Ribeiro como Gestor do Contrato; Ao abrigo dos artigos 2 e 4, n.º 1, e alíneas a), c), e), e m) do n.º 2, do art.º 23º e alínea j), do n.º 1, do art.º 25º, do anexo I, da Lei nº 75/2013 e posteriores alterações, conjugado com os Artºs 1º-A, nº 1, alínea c) do nº 4, do art.º 5º, 5º-B, 278º, 290º-A, e 338º do CCP, e ainda nos termos do nº 3, do art.º 2º, 3º a 9º, e 200º do CPA. Propõe-se: - A aprovação da minuta do Contrato Interadministrativo de apoio financeiro a celebrar com a

*Freguesia Carregosa (documento esse que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas), com o compromisso de fundo disponível n.º 394 de 2021, conforme estabelece a Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro e Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho e respetivas alterações; - Que se remeta à Assembleia Municipal nos termos e fins atrás citadas.* =====

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====

===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal colocou o ponto número onze à votação tendo sido **deliberado por unanimidade autorizar a celebração da minuta do contrato interadministrativo de apoio financeiro com a Freguesia Carregosa.** =====

===== **Ponto doze: - Minuta de Contrato Interadministrativo de apoio financeiro a celebrar com a União de Freguesias de Oliveira de Azeméis, Santiago de Riba-UL, UL, Macinhata da Seixa e Madaíl - (I/9507/2021) - Autorização;** =====

===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - Que constituem atribuições das autarquias locais a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, designadamente nos domínios referidos no n.º1 e alínea a) e i) do n.º 2 do artigo 7.º e na alínea a) e m) do n.º 2 do artigo 23.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro; - Que as Autarquias locais prosseguem as suas atribuições através do exercício pelos respetivos órgãos das competências legalmente previstas; - Que as Juntas de Freguesia dispõem de atribuições e competências próprias de gestão nos casos e nos termos previstos na lei; - O teor do e-mail da União de Freguesias de Oliveira de Azeméis, Santiago de Riba-UL, Macinhata da Seixa e Madaíl (E/4520/2021), em que solicita apoio financeiro para a realização de obras com vista à requalificação do chamado Edifício da Associação de Socorros Mútuos, com um custo estimado no valor 69.879,24€ (sessenta e nove mil, oitocentos e setenta e nove euros e vinte e quatro cêntimos), localizado na freguesia de Santiago de Riba - UL, que para além do interesse patrimonial, serve de local onde a Junta de Freguesia tem instalado serviços de atendimento ao público, incluindo correio. - Que se trata de contratação excluída, ao abrigo do artigo 5.º números 1 e 4 (alínea c) e do artigo 5.º B número 1 do referido do Código da Contratação Pública, aprovado pelo DL n.º 18/2008 de 29 de janeiro alterado e republicado DL n.º 111-B/2017 de 31 de Agosto; - A designação do Eng.º Rogério Miguel Marques Ribeiro como Gestor do Contrato; Ao abrigo dos artigos 2 e 4, n.º 1, e alíneas a), c), e), e m) do n.º 2, do art.º 23º e alínea j), do n.º 1, do art.º 25º, do anexo I, da Lei n.º 75/2013 e posteriores alterações, conjugado com os Art.ºs 1º-A, n.º 1, alínea c) do n.º 4, do art.º 5º, 5º-B, 278º, 290º-A, e 338º do CCP, e ainda nos termos do n.º 3, do art.º 2º, 3º a 9º, e 200º do CPA. Propõe-se: - A aprovação da minuta do Contrato Interadministrativo de apoio financeiro a celebrar com União de Freguesias de Oliveira de Azeméis, Santiago de Riba-UL, Macinhata da Seixa e Madaíl (documento esse que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas), com o compromisso de fundo disponível n.º 508 de 2021,

conforme estabelece a Lei n.º8/2012, de 21 de Fevereiro e Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho e respetivas alterações; - Que se remeta à Assembleia Municipal nos termos e fins atrás citadas. =====

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====

===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal colocou o ponto número doze à votação tendo sido **deliberado por unanimidade autorizar a celebração da minuta de contrato interadministrativo de apoio financeiro com a União de Freguesias de Oliveira de Azeméis, Santiago de Riba-Ul, Ul, Macinhata da Seixa e Madaíl.** =====

===== **Ponto treze: - Minuta de Contrato Interadministrativo de delegação de competências a celebrar com a Junta de Freguesia de Fajões (I/10110/2021) - Autorização;** ==

===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando que: -O regime jurídico aprovado pela Lei n.º 75/2013, 12 de setembro, com as subseqüentes alterações, prevê a concretização da delegação de competência dos órgãos do Município nos órgãos das Freguesias, através da celebração de contratos interadministrativos, nos termos do disposto no artigo 120.º do Anexo I do referido diploma legal, sob pena de nulidade, podendo efetuar-se em todos os domínios dos interesses próprios das populações, em especial no âmbito dos serviços e das atividades de proximidade e do apoio direto às comunidades locais; - Os contratos interadministrativos visam regular relações jurídicas de coordenação e colaboração entre pessoas coletivas públicas, que permitam conferir à Administração Pública um maior flexibilidade e capacidade de adaptação face aos novos desafios e exigência com que são confrontadas, promovendo desta forma, a desconcentração administrativa consagrada no n.º 2 do artigo 267º da Constituição da República Portuguesa; - As atribuições dos municípios podem ser prosseguidas pelas freguesias desde que os órgãos municipais deleguem competências nos seus órgãos, nos termos do número 2 do artigo 117.º e do artigo 131.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013; - A concretização da delegação de competências deve ser acompanhada dos meios necessários ao seu adequado exercício, de modo a promover a coesão territorial, o reforço da qualidade dos serviços prestados às populações e a racionalização dos recursos disponíveis; -A negociação, celebração, execução e cessação destes contratos obedece aos princípios da igualdade; da não discriminação; da estabilidade; da prossecução do interesse público; da continuidade da prestação do serviço público; e da necessidade e suficiência dos recursos; -Tais contratos devem definir os termos que, em concreto, permitem o efetivo exercício das competências delegadas pelo município nas freguesia e constitui dever do Município, assegurar o controlo, acompanhamento e fiscalização da execução do contrato, avaliando, de forma continuada, o modo como as competências delegadas são exercidas pelas Juntas de Freguesia, fiscalizando, emitindo diretivas e orientações ou, ainda, através do envio, por parte desta, de informação escrita descritiva e

quantitativa, em tempo útil ao município. -Para uma atuação autárquica conjunta, em que estejam presentes o respeito pela autonomia, a cooperação, a solidariedade e a corresponsabilidade, é fundamental qua os diferentes órgãos autárquicos se esforcem por rentabilizar os meios disponíveis no sentido de melhor responderem aos problemas existentes, tendo os eleitos das freguesias, dada a sua proximidade às populações e a sua ligação às comunidades, uma capacidade acrescida para a resolução de alguns problemas e necessidades locais; - A Freguesia de Fajões, enquanto entidade autárquica mais próxima das populações, manifestou junto do Município a necessidade de se proceder, com carácter prioritário e “urgente, à resolução de um conjunto de necessidades, tendo para o efeito elencado 7 situações a intervencionar (em anexo); conforme ofício E/4733/2021; - Que a Junta de Freguesia de Fajões, dada a sua proximidade aos problemas locais, sendo agente com capacidade acrescida para identificar as necessidades da população, resultando daí ganhos de eficiência, pelo que após contacto com alguns dos proprietários dos terrenos e conseguiu a anuência e vontade dos mesmos em ceder os terrenos para execução de alargamentos nos locais a intervir respeitantes às obras 3, 5 e 6; - O estudo de demonstração (nota justificativa em anexo), dos requisitos previstos no artº 115º, nº 3, por remissão do artº 122º, nº 1, do Anexo I, à Lei n.º 75/2013, considera que: a) as intervenções, por razões de segurança das pessoas e bens, nas obras identificadas em 1, 2, 4 e 7 devem ser executadas com máxima celeridade; b) a falta de capacidade instalada e de resposta dos serviços técnicos do Município em concretizar tais empreitadas fruto do elevado volume de obras em curso, agravado pela pandemia que originou um elevado volume de baixas médicas e ausências prolongadas para apoio à família; - A Junta de Freguesia está disponível e reúne as condições para executar tais intervenções em conjugação de esforços e de cooperação com a Câmara Municipal; - Está previsto no PPI/GOP número 19/2020 para o ponto 7 e o PPI/GOP número 68/2018 para os restantes pontos, na económica 08050102 - Trata-se de contratação excluída, ao abrigo do artigos 5º, nº 1 e 2, e 5º-B, do Código da Contratação Pública, aprovado pelo DL n.º 18/2008 de 29 de janeiro e sucessivas alterações; - A designação do Engº. Rogério Ribeiro, como Gestor do presente do Contrato, para efeitos do artigo 290.º A, do CCP; Assim, Ao abrigo dos fundamentos e normas retrocitadas, e nos termos dos artº 2º, 4º, 9º, nº 1, alínea g), 16º, nº 1, alínea i), 25º, nº 1, alíneas k) e l), 33º, nº 1, alínea m), artºs 115º a 123º, e 131º do anexo I, da Lei nº 75/2013 e sucessivas alterações, conjugado com os artºs 5º, 200º, 201º do CPA, e ainda os artºs, 1º-A, 278º, 280º, nºs 1, 2, e 4, e 338º, do Código Contratos Públicos. Propõe-se: - A aprovação da minuta do Contrato Interadministrativo de delegação de competências a celebrar com a Junta de Freguesia de Fajões (documento esse que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas), com o compromisso de fundo disponível número 520/2021, conforme estabelece a Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro e Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho e respetivas alterações; e que se remeta à Assembleia Municipal nos termos e fins atrás citadas. =====

===== Aberto o período de inscrições, registou-se o pedido de inscrição de Óscar Teixeira.

===== *A Senhora Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor **Óscar Teixeira** - Presidente da Junta de Freguesia de Fajões.* =====

===== *Boa noite. Sintam-se todos cumprimentados no cumprimento que faço à nossa Presidente da Assembleia Municipal, Dr.<sup>a</sup> Helena Santos. Era só para dar nota deste acompanhamento e pelos pontos que temos aqui apresentados, o apoio que a Câmara Municipal faz incondicionalmente às Juntas de freguesias nos trabalhos que nós indicamos como necessários. O trabalho que nós fazemos junto das nossas populações e a análise que fazemos das necessidades imediatas que temos, apontando aqui sete ou oito intervenções de vulto e necessárias no imediato. Claro que existem muitas mais. Mas estas são as que indicamos prioritárias. E deixamos aqui um agradecimento, tanto à Câmara Municipal como à Assembleia, pelo apoio que têm dado às freguesias.*=====

===== *A Senhora Presidente da Assembleia Municipal colocou o ponto número treze à votação tendo sido **deliberado por unanimidade autorizar a celebração da minuta de contrato interadministrativo de delegação de competências com a Junta de Freguesia de Fajões.***=====

===== **Ponto catorze: - Minuta de Contrato Interadministrativo de delegação de competências a celebrar com a Junta de Freguesia de Loureiro (I/10113/2021) - Autorização;**=====

===== *Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando que:*  
*- O regime jurídico aprovado pela Lei n.º 75/2013, 12 de setembro, com as subseqüentes alterações, prevê a concretização da delegação de competência dos órgãos do Município nos órgãos das Freguesias, através da celebração de contratos interadministrativos, nos termos do disposto no artigo 120.º do Anexo I do referido diploma legal, sob pena de nulidade, podendo efetuar-se em todos os domínios dos interesses próprios das populações, em especial no âmbito dos serviços e das atividades de proximidade e do apoio direto às comunidades locais; - Os contratos interadministrativos visam regular relações jurídicas de coordenação e colaboração entre pessoas coletivas públicas, que permitam conferir à Administração Pública um maior flexibilidade e capacidade de adaptação face aos novos desafios e exigência com que são confrontadas, promovendo desta forma, a desconcentração 83 18 02 2021 2484 administrativa consagrada no n.º 2 do artigo 267º da Constituição da República Portuguesa; - As atribuições dos municípios podem ser prosseguidas pelas freguesias desde que os órgãos municipais deleguem competências nos seus órgãos, nos termos do número 2 do artigo 117.º e do artigo 131.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013; - A concretização da delegação de competências deve ser acompanhada dos meios necessários ao seu adequado exercício, de modo a promover a coesão territorial, o reforço da qualidade dos serviços prestados às populações e a racionalização dos recursos disponíveis; - A negociação, celebração, execução e cessação destes contratos obedece aos princípios da igualdade; da não discriminação; da estabilidade; da prossecução do interesse*

*público; da continuidade da prestação do serviço público; e da necessidade e suficiência dos recursos; -Tais contratos devem definir os termos que, em concreto, permitem o efetivo exercício das competências delegadas pelo município nas freguesia e constitui dever do Município, assegurar o controlo, acompanhamento e fiscalização da execução do contrato, avaliando, de forma continuada, o modo como as competências delegadas são exercidas pelas Juntas de Freguesia, fiscalizando, emitindo diretivas e orientações ou, ainda, através do envio, por parte desta, de informação escrita descritiva e quantitativa, em tempo útil ao município. -Para uma atuação autárquica conjunta, em que estejam presentes o respeito pela autonomia, a cooperação, a solidariedade e a corresponsabilidade, é fundamental qua os diferentes órgãos autárquicos se esforcem por rentabilizar os meios disponíveis no sentido de melhor responderem aos problemas existentes, tendo os eleitos das freguesias, dada a sua proximidade às populações e a sua ligação às comunidades, uma capacidade acrescida para a resolução de alguns problemas e necessidades locais; - A Freguesia de Loureiro, enquanto entidade autárquica mais próxima das populações, manifestou junto do Município a necessidade de se proceder, com carácter prioritário e “urgente, à resolução de um conjunto de necessidades, tendo para o efeito elencado 7 situações a intervir; conforme ofício E/4835/2021; - Que a Junta de Freguesia de Loureiro, dada a sua proximidade aos problemas locais, sendo agente com capacidade acrescida para identificar as necessidades da população, resultando daí ganhos de eficiência, pelo que após contacto com alguns dos proprietários dos terrenos e conseguiu a anuência e vontade dos mesmos em ceder os terrenos para execução de alargamentos nos locais a intervir respeitantes às obras 1 a 6; - O estudo de demonstração (nota justificativa que fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas), dos requisitos previstos no art.º115.º, n.º 3 por remissão art.º 122º, n.º1, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, considera que: a) as intervenções identificadas como obra 7 (construção de passeios em vários arruamentos), elencadas no ofício da Junta de Freguesia, por razões de segurança das pessoas e bens, nas devem ser executadas com máxima celeridade; b) a falta de capacidade instalada e de resposta dos serviços técnicos do Município em concretizar tais empreitadas fruto do elevado volume de obras em curso, agravado pela pandemia que originou um elevado volume de baixas médicas e ausências prolongadas para apoio à família; - A Junta de Freguesia está disponível e reúne as condições para executar tais intervenções em conjugação de esforços e de cooperação com a Câmara Municipal; - Está previsto no PPI/GOP número 68/2018, na económica 08050102. - Trata-se de contratação excluída, ao abrigo dos artigos 5º, nº 1 e 2, e 5.º-B, do Código da Contratação Pública, aprovado pelo DL n.º18/2008 de 29 de janeiro e sucessivas alterações; - A designação do Engº. Rogério Ribeiro, como Gestor do presente do Contrato, para efeitos do artigo 290.º A, do CCP; Assim, Ao abrigo dos fundamentos e normas retrocitadas, e nos termos dos artº 2º, 4º, 9º, nº 1, alínea g), 16º, nº 1, alínea i), 25º, nº 1, alíneas k) e l), 33º, nº 1, alínea m), artºs 115º a 123º, e 131º do anexo I, da Lei nº 75/2013 e sucessivas alterações, conjugado com os artºs 5º, 200º, 201º do CPA, e ainda os artºs, 1º-A, 278º, 280º, nºs 1, 2, e 4, e 338º, do Código Contratos Públicos. Propõe-se: - A aprovação da minuta do Contrato Interadministrativo de delegação de competências a celebrar com a Junta de Freguesia de*

*Loureiro (documento esse que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas), com o compromisso de fundo disponível nº 519 de 2021, conforme estabelece a Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro e Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho e respetivas alterações; e que se remeta à Assembleia Municipal nos termos e fins atrás citadas.”*=====

===== *Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição.* =====

===== *A Senhora Presidente da Assembleia Municipal colocou o ponto número catorze à votação tendo sido **deliberado por unanimidade autorizar a celebração minuta de contrato interadministrativo de delegação de competências com a Junta de Freguesia de Loureiro.***=====

===== **Ponto quinze: - Minuta de Contrato Interadministrativo de delegação de competências a celebrar com a Junta de Freguesia de Macieira de Sarnes (I/10115/2021) - Autorização;** =====

===== *Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando que:*  
*- O regime jurídico aprovado pela Lei n.º 75/2013, 12 de setembro, com as subsequentes alterações, prevê a concretização da delegação de competência dos órgãos do Município nos órgãos das Freguesias, através da celebração de contratos interadministrativos, nos termos do disposto no artigo 120.º do Anexo I do referido diploma legal, sob pena de nulidade, podendo efetuar-se em todos os domínios dos interesses próprios das populações, em especial no âmbito dos serviços e das atividades de proximidade e do apoio direto às comunidades locais; -Os contratos interadministrativos visam regular relações jurídicas de coordenação e colaboração entre pessoas coletivas públicas, que permitam conferir à Administração Pública um maior flexibilidade e capacidade de adaptação face aos novos desafios e exigência com que são confrontadas, promovendo desta forma, a desconcentração administrativa consagrada no n.º 2 do artigo 267º da Constituição da República Portuguesa; - As atribuições dos municípios podem ser prosseguidas pelas freguesias desde que os órgãos municipais deleguem competências nos seus órgãos, nos termos do número 2 do artigo 117.º e do artigo 131.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013; - A concretização da delegação de competências deve ser acompanhada dos meios necessários ao seu adequado exercício, de modo a promover a coesão territorial, o reforço da qualidade dos serviços prestados às populações e a racionalização dos recursos disponíveis; -A negociação, celebração, execução e cessação destes contratos obedece aos princípios da igualdade; da não discriminação; da estabilidade; da prossecução do interesse público; da continuidade da prestação do serviço público; e da necessidade e suficiência dos recursos; -Tais contratos devem definir os termos que, em concreto, permitem o efetivo exercício das competências delegadas pelo município nas freguesia e constitui dever do Município, assegurar o controlo, acompanhamento e fiscalização da execução do contrato, avaliando, de forma continuada, o modo como as competências delegadas são exercidas pelas Juntas de Freguesia, fiscalizando, emitindo diretivas*

*e orientações ou, ainda, através do envio, por parte desta, de informação escrita descritiva e quantitativa, em tempo útil ao município. - Para uma atuação autárquica conjunta, em que estejam presentes o respeito pela autonomia, a cooperação, a solidariedade e a corresponsabilidade, é fundamental que os diferentes órgãos autárquicos se esforcem por rentabilizar os meios disponíveis no sentido de melhor responderem aos problemas existentes, tendo os eleitos das freguesias, dada a sua proximidade às populações e a sua ligação às comunidades, uma capacidade acrescida para a resolução de alguns problemas e necessidades locais; - A Freguesia de Macieira de Sarnes, enquanto entidade autárquica mais próxima das populações, manifestou junto do Município a necessidade de se proceder, com carácter prioritário, à resolução de 2 situações a intervencionar na EN 327, conforme ofício E/4849/2021; - Que a Junta de Freguesia, dada a sua proximidade aos problemas locais, sendo agente com capacidade acrescida para identificar as necessidades da população, resultando daí ganhos de eficiência, pelo que após contacto com os proprietários dos terrenos conseguiu a anuência e vontade dos mesmos em ceder os terrenos necessários para a implantação de passeios num troço da EN 327 para execução de alargamentos nos locais a intervir respeitantes à obra 1; - Que a autarquia celebrou com a Junta de Freguesia de Macieira de Sarnes, em 04/10/2016 um Contrato de Urbanização para a execução da Obra 2 - “Requalificação da Rua Padre Manuel Gomes Resende e Rua do Passadiço”, sem a correspondente componente financeira; - O estudo de demonstração (nota justificativa que fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas), dos requisitos previstos no artº 115º, nº 3, por remissão do artº 122º, nº 1, do Anexo I, à Lei n.º 75/2013, considera que: a) Que as intervenções, por razões de segurança das pessoas e bens, nas obras identificadas devem ser executadas com máxima celeridade; b) Que a falta de capacidade instalada e de resposta dos serviços técnicos do Município em concretizar tais empreitadas, fruto do elevado volume de obras em curso, agravado pela pandemia que originou um elevado volume de baixas médicas e ausências prolongadas para apoio à família; - A Junta de Freguesia está disponível e reúne as condições para executar tais intervenções em conjugação de esforços e de cooperação com a Câmara Municipal; - Já está previsto no PPI/GOP número 20/2020, económica 08050102 - Trata-se de contratação excluída, ao abrigo dos artigos 5º, nº 1 e 2, e 5.º-B, do Código da Contratação Pública, aprovado pelo DL n.º 18/2008 de 29 de janeiro e sucessivas alterações; - A designação do Dr. Fernando Cunha, como Gestor do presente do Contrato, para efeitos do artigo 290.º A, do CCP; Assim, Ao abrigo dos fundamentos e normas retrocitadas, e nos termos dos artº 2º, 4º, 9º, nº 1, alínea g), 16º, nº 1, alínea i), 25º, nº 1, alíneas k) e l), 33º, nº 1, alínea m), artºs 115º a 123º, e 131º do anexo I, da Lei nº 75/2013 e sucessivas alterações, conjugado com os artºs 5º, 200º, 201º do CPA, e ainda os artºs, 1º-A, 278º, 280º, nºs 1, 2, e 4, e 338º, do Código Contratos Públicos. Propõe-se: - A aprovação da minuta do Contrato Interadministrativo de delegação de competências a celebrar com a Junta de Freguesia de Macieira de Sarnes (documento esse que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas), com o compromisso de fundo disponível nº 516 de 2021, conforme estabelece a Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro e Decreto-Lei n.º 127/2012, de*

21 de junho e respetivas alterações; e que se remeta à Assembleia Municipal nos termos e fins atrás citadas.” =====

===== Aberto o período de inscrições, registou-se o pedido de inscrição de Florbela Silva.

===== A Senhora Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra à Senhora **Florbela Silva** - Presidente da Junta de Freguesia de Macieira de Sarnes. =====

===== Muito boa noite, a todos. Na pessoa da Senhora Presidente cumprimento todos os presentes. É com muito agrado que vejo o segundo protocolo para obras a ser apresentado nesta Assembleia, para a Freguesia de Macieira de Sarnes. Sobretudo esta da Quinta do Miranda que nos traz muita preocupação. O Senhor Presidente está ao corrente desta situação. Só que, acresce outra preocupação, para além de o muro estar a causar perigo e a segurança das pessoas que lá passam, de inclusivamente já estar uma parte vedada e sinalizada, o Senhor Vereador Hélder Simões também me tem dito que há um parecer emitido por entidade responsável pelo património histórico que não é muito benéfica a esta obra. Qualquer coisa do género. Senhor Presidente gostava muito que esta situação estivesse ultrapassada com a maior brevidade possível. É uma obra que urge a sua realização. E acho que nós todos merecemos ter um bocadinho mais de segurança na nossa Estrada Nacional 327. E queríamos muito que esta obra fosse realizada de forma muito célere. Obrigada. =====

===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para dar resposta à intervenção anterior. =====

===== A Presidente (Florbela Silva) deve estar a referir-se à Direção Regional da Cultura do Norte. E, portanto, estamos à espera que eles emitam o parecer favorável. Vou pressionar mais uma vez para ver se rapidamente temos uma decisão. Está bem? =====

===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal colocou o ponto número quinze à votação tendo sido **deliberado por unanimidade autorizar a celebração da minuta de contrato interadministrativo de delegação de competências com a Junta de Freguesia de Macieira de Sarnes.** =====

===== **Ponto dezasseis: - Minuta de Contrato Interadministrativo de delegação de competências a celebrar com a União de Freguesias de Nogueira do Cravo e Pindelo (I/10118/2021) - Autorização;** =====

===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando que:  
- O regime jurídico aprovado pela Lei n.º 75/2013, 12 de setembro, com as subsequentes

*alterações, prevê a concretização da delegação de competência dos órgãos do Município nos órgãos das Freguesias, através da celebração de contratos interadministrativos, nos termos do disposto no artigo 120.º do Anexo I do referido diploma legal, sob pena de nulidade, podendo efetuar-se em todos os domínios dos interesses próprios das populações, em especial no âmbito dos serviços e das atividades de proximidade e do apoio direto às comunidades locais; - Os contratos interadministrativos visam regular relações jurídicas de coordenação e colaboração entre pessoas coletivas públicas, que permitam conferir à Administração Pública um maior flexibilidade e capacidade de adaptação face aos novos desafios e exigência com que são confrontadas, promovendo desta forma, a desconcentração administrativa consagrada no n.º 2 do artigo 267º da Constituição da República Portuguesa; - Os contratos interadministrativos visam regular relações jurídicas de coordenação e colaboração entre pessoas coletivas públicas, que permitam conferir à Administração Pública um maior flexibilidade e capacidade de adaptação face aos novos desafios e exigência com que são confrontadas, promovendo desta forma, a desconcentração administrativa consagrada no n.º 2 do artigo 267º da Constituição da República Portuguesa; - As atribuições dos municípios podem ser prosseguidas pelas freguesias desde que os órgãos municipais deleguem competências nos seus órgãos, nos termos do número 2 do artigo 117.º e do artigo 131.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013; -A concretização da delegação de competências deve ser acompanhada dos meios necessários ao seu adequado exercício, de modo a promover a coesão territorial, o reforço da qualidade dos serviços prestados às populações e a racionalização dos recursos disponíveis; -A negociação, celebração, execução e cessação destes contratos obedece aos princípios da igualdade; da não discriminação; da estabilidade; da prossecução do interesse público; da continuidade da prestação do serviço público; e da necessidade e suficiência dos recursos; - Tais contratos devem definir os termos que, em concreto, permitem o efetivo exercício das competências delegadas pelo município nas freguesia e constitui dever do Município, assegurar o controlo, acompanhamento e fiscalização da execução do contrato, avaliando, de forma continuada, o modo como as competências delegadas são exercidas pelas Juntas de Freguesia, fiscalizando, emitindo diretivas e orientações ou, ainda, através do envio, por parte desta, de informação escrita descritiva e quantitativa, em tempo útil ao município. - Para uma atuação autárquica conjunta, em que estejam presentes o respeito pela autonomia, a cooperação, a solidariedade e a corresponsabilidade, é fundamental que os diferentes órgãos autárquicos se esforcem por rentabilizar os meios disponíveis no sentido de melhor responderem aos problemas existentes, tendo os eleitos das freguesias, dada a sua proximidade às populações e a sua ligação às comunidades, uma capacidade acrescida para a resolução de alguns problemas e necessidades locais; - A União de Freguesias de Nogueira do Cravo e Pindelo, enquanto entidade autárquica mais próxima das populações, manifestou junto do Município a necessidade de se proceder, com carácter prioritário, a intervenções nos espaços escolares conferindo melhores condições para os alunos, conforme ofício E/4860/2021; - Que a Câmara Municipal tem, por via da administração direta, promovido um conjunto vasto de intervenções no parque escolar da freguesia, mas que carecem de ser continuadas com recurso a pequenas obras de empreitadas; -*

*A Junta de Freguesia, dada a sua proximidade aos problemas locais, sendo agente com capacidade acrescida para identificar as necessidades da população, resultando daí ganhos de eficiência, se encontra disponível para cooperar no sentido de tais obras serem executadas no curto prazo e durante a vigência das interrupções letivas e de férias escolares; - O estudo de demonstração (nota justificativa que fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas), dos requisitos previstos no art.º 115.º, n.º 3 por remissão do art.º 122º, n.º 1, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, considera que: a) A falta de capacidade instalada e de resposta dos serviços técnicos do Município em concretizar tais empreitadas fruto do elevado volume de obras em curso, agravado pela pandemia que originou um elevado volume de baixas médicas e ausências prolongadas para apoio à família; - A Junta de Freguesia está disponível e reúne as condições para executar tais intervenções em conjugação de esforços e de cooperação com a Câmara Municipal; - Está previsto no PPI/GOP número 12/2018, na económica 08050102. - Trata-se de contratação excluída, ao abrigo dos artigos 5º, nº 1 e 2, e 5.º-B, do Código da Contratação Pública, aprovado pelo DL n.º 18/2008 de 29 de janeiro e sucessivas alterações; - A designação do Dr. Fernando Cunha, como Gestor do presente do Contrato, para efeitos do artigo 290.º A, do CCP; Assim, Ao abrigo dos fundamentos e normas retrocitadas, e nos termos dos artº 2º, 4º, 9º, nº 1, alínea g), 16º, nº 1, alínea i), 25º, nº 1, alíneas k) e l), 33º, nº 1, alínea m), artºs 115º a 123º, e 131º do anexo I, da Lei nº 75/2013 e sucessivas alterações, conjugado com os artºs 5º, 200º, 201º do CPA, e ainda os artºs, 1º-A, 278º, 280º, nºs 1, 2, e 4, e 338º, do Código Contratos Públicos. Propõe-se: - A aprovação da minuta do Contrato Interadministrativo de delegação de competências a celebrar com a União de Freguesias de Nogueira do Cravo e Pindelo (documento esse que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas), com o compromisso de fundo disponível nº 518 de 2021, conforme estabelece a Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro e Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho e respetivas alterações; e que se remeta à Assembleia Municipal nos termos e fins atrás citadas.”*

===== Aberto o período de inscrições, registou-se o pedido de inscrição de Anabela Sousa

===== A Senhora Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra à Senhora **Anabela Sousa** - Tesoureira da União de Freguesia de Nogueira do Cravo e Pindelo. =====

===== Desde já, a União de Freguesias agradece toda a colaboração e ajuda que a Câmara Municipal tem dado nas obras das nossas escolas, para bem das nossas crianças. Muito obrigada. =====

===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal colocou o ponto número dezasseis à votação tendo sido **deliberado por unanimidade autorizar a celebração da minuta de contrato interadministrativo de delegação de competências com a União de Freguesias de Nogueira do Cravo e Pindelo.** =====

===== **Ponto dezassete: Aprovação da minuta da terceira Adenda ao Protocolo de Colaboração com a Cruz Vermelha Portuguesa - Núcleo de Cucujães (I/6613/2021) - Autorização;** =====

===== *Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando e reconhecendo: - Que em 18 de Fevereiro de 2008, foi celebrado entre o Município de Oliveira de Azeméis e a Cruz Vermelha Portuguesa - Núcleo de Cucujães, Protocolo de colaboração, ao abrigo do disposto na Lei n.º 169/99, de 18 de setembro com a redação dada pela Lei n.º 5-A/2001, de 11 de janeiro, o qual foi aprovado em reunião do Executivo no dia 18 de dezembro de 2007 e sessão da Assembleia Municipal de 01 de fevereiro de 2008; - Em 04 de julho de 2008, foi celebrada primeira adenda ao protocolo; - Em 18 de Março de 2016, foi celebrada segunda adenda ao protocolo; - O ofício da Cruz Vermelha Portuguesa - Núcleo de Cucujães de 27/01/2021 (E/13091/2021), pelo qual solicita nova adenda no sentido de aumentar em mais 500 litros anuais de combustível passando para 2.000 litros anuais, devido ao aumentos de deslocações ao domicílio para entrega de cabazes de alimentos a pessoas / famílias carenciadas como na compra e entrega de alimentos e medicamentos, acompanhamento a serviços de saúde, entre outros. - A insuficiência económico-financeira manifestada pelo mesmo Núcleo e demais considerando constantes do ofício; Ao abrigo da alínea u) nº1 do artigo 33º do Anexo I da Lei n.º75/2013 de 12 de setembro; Propõe-se: - A aprovação da minuta de protocolo de colaboração (documento esse que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas) a celebrar com a Cruz Vermelha Portuguesa - Núcleo de Cucujães, nos termos e condições ali estabelecidas, - Se submeta à Assembleia Municipal, para os devidos efeitos.”* =====

===== *A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para prestar esclarecimentos.* =====

===== *Estamos a reforçar o apoio em gasóleo em mais 500 litros à Cruz Vermelha Portuguesa - Núcleo de Cucujães, passando para 2.000 litros/ano o apoio que é dado a esta organização. Este pedido resulta de um aumento substancial das deslocações em resultado da crise pandémica. Mas, deixem-me que vos diga, que mais importante do que isso é nós reconhecermos o extraordinário trabalho, sob a presidência do Simão Ferreira, a toda a estrutura da Cruz Vermelha Portuguesa de Cucujães porque, são efetivamente um parceiro de total disponibilidade, estão sempre presentes perante as dificuldades que nós vamos tendo, quando confrontados com essas dificuldades dizem sempre, pronto. E são um verdadeiro exemplo de serviço à comunidade. E é um grande orgulho, para mim, ter um parceiro com esta qualidade e com esta generosidade no nosso território. Muito obrigado.* =====

===== *Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição.* =====

===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal colocou o ponto número dezassete à votação tendo sido **deliberado por unanimidade autorizar a celebração da minuta da terceira adenda ao protocolo de colaboração com a Cruz Vermelha Portuguesa - Núcleo de Cucujães.** =

===== **Ponto dezoito: - Minuta de Contrato de Subconcessão de uso Privativo do Edifício de Passageiros (ID 6255) da Estação Ferroviária de Couto de Cucujães - Km 028,595 LD da Linha Do Vouga (I/3800/2021) - Autorização;** =====

===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando que - O Município de Oliveira de Azeméis pretende celebrar com a IP Património-Administração e Gestão Imobiliária, S.A. contrato de subconcessão de uso privativo do Edifício de Passageiros (ID 6255) da Estação Ferroviária de Couto de Cucujães, ao Km 028,595 LD da Linha do Vouga, que integra o domínio público ferroviário; - Esta subconcessão destina-se exclusivamente à instalação de um Albergue Municipal de Peregrinos (solução com repercussões profícuas na esfera económica e social), e terá a duração de 20 (vinte) anos, podendo ser renovada, com início na data de assinatura do Contrato; - Os encargos do presente contrato, a suportar, serão satisfeitos pela dotação dos orçamentos respetivos. Nestes termos, propõe-se que: - A Câmara Municipal delibere aprovar a celebração do contrato de subconcessão de uso privativo do Edifício de Passageiros (ID 6255) da Estação Ferroviária de Couto de Cucujães, ao Km 028,595 LD da Linha do Vouga, em conformidade com a minuta em anexo (documento esse que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas); - Se submeta à Assembleia Municipal para autorização, ao abrigo do nº 1, alínea p), do artigo 25º e alínea ccc) do nº 1 do artigo 33º do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na redação atual.” =====

===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para prestar esclarecimentos. =====

===== Senhores deputados a estação de caminhos-de-ferro em Cucujães, o tal edifício de passageiros está abandonado há muitos anos, profundamente degradado. E é intenção do Município requalificá-lo para aí construirmos um albergue de peregrinos. E, portanto, aquilo que vos estamos a pedir é a aprovação desta minuta do contrato de subconcessão, que vai ser realizado entre a Câmara Municipal e a entidade detentora da estação ferroviária de Couto de Cucujães. É uma concessão por vinte anos com possibilidade de prorrogação por mais dois períodos de dois anos, ou seja, quatro anos no total. Não tem nenhum tipo de obrigação, excetuando a obrigação de uma contrapartida anual de 1.320,00€ que é convertida em limpeza da envolvente, em limpeza da vegetação. É evidente que essa é uma obrigação. Nós não íamos requalificar o equipamento para o deixar votado ao abandono. E portanto, nessa perspetiva, esse é claramente o único encargo que nós temos que suportar mas, claramente, é um encargo que é

*do nosso interesse. As obras têm um prazo de execução de 12 meses. Estamos a falar de obras, em números redondos, de um investimento de cerca de 200.000,00€. E aquilo que nós temos aqui como obrigações é a contratação de seguros no valor de 160.000,00€. Claro que, quando fazemos uma requalificação de 200.000,00€, o valor patrimonial do edifício é bem superior a estes 160.000,00€. Portanto, é aceitável isto. E é basicamente isto que acontece. Dar-vos nota que a IP pode efetivamente resgatar esta concessão ou esta subconcessão, melhor dizendo, ao fim de um terço do prazo dessa subconcessão. Que, na prática, significa seis, sete anos. Nas várias estações, e são muitas as que já foram subconcessionadas há muitos anos, nunca aconteceu um resgate desta natureza. A justificação tinha a ver com, enfim, relevante interesse público que teria que ser devidamente fundamentado. Porque, como é obvio, teríamos aqui um ato de má-fé se, eventualmente, alguém, celebrasse uma minuta de subconcessão para um equipamento, deixasse que a outra parte fizesse o investimento e, ao fim de seis anos, alegando um interesse público qualquer, recuperasse este equipamento requalificado. Não é assim que as entidades públicas se relacionam. Portanto, nós queremos crer que esta é também uma oportunidade para as próprias Infraestruturas de Portugal verem equipamentos que têm um relevante valor histórico, valor patrimonial serem requalificados através das intervenções do Município. E é isso que nós nos propomos fazer. E, portanto, estamos a submeter este assunto à vossa consideração. =====*

*===== Aberto o período de inscrições, registou-se o pedido de inscrição de Fernando Pais.*

*===== A Senhora Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Deputado **Fernando Pais**, do PSD.=====*

*===== Eu quando li este contrato lembrei-me de uma coisa: É que nós podíamos fazer um contrato exatamente igual a este com o futuro concessionário da Estalagem S. Miguel, por exemplo. Eu creio que este contrato não foi discutido ponto a ponto. É um contrato já previamente estabelecido. Não sei se é assim, Senhor Presidente? Ou este contrato foi discutido ponto a ponto?*

*===== Pelo Senhor **Presidente da Câmara Municipal** foi dito: =====*

*===== Estava eu a dizer que a minuta foi discutida entre as partes, como é evidente. Mas isto é uma minuta tipo, com a qual somos confrontados e, portanto, podemos introduzir uma ou outra alteração mas não podemos na essência proceder à sua alteração. =====*

*===== O Senhor deputado **Fernando Pais**, do PSD, continuou a sua intervenção: =====*

*===== Daquilo que o senhor Presidente referiu há aqui uma obrigação, além das que referiu, que é a da requalificação que são 194.000,00€, não é? As obras de requalificação são da responsabilidade do Município, no montante de investimento máximo de 194.000,00€. É isto que*

*está aqui. Este montante, também creio saber que, foi objeto de candidatura, certo? Mas aqui, se a candidatura, por algum motivo, não for aprovada a obrigação do Município é gastar esses 194.000,00€ em requalificação no prazo de 12 meses, certo? Há aqui várias cláusulas. Nós entendemos que este contrato é um contrato quase de sentido único. Evidentemente que é de todo o interesse do Município e da IP fazer este tipo de contratos porque permite no edifício, que está completamente degradado, ter uma utilização socialmente relevante, entendemos nós. E há aqui várias exigências, no nosso entendimento, são desajustada e quase de sentido único e aquela que mais nos chamou à atenção foi a possibilidade da reversão do contrato decorridos um terço da sua duração. Eu sei, Senhor Presidente, que há aqui um critério que permite um reembolso de determinadas quantias, pelo menos daquelas quantias não amortizáveis, mas de facto é uma situação que poderia não estar aqui. E era de todo conveniente que esta possibilidade de resgate, decorrido depois de um terço do contrato, não estivesse cá. Porque se bem que nós entendemos que vinte anos de facto dá para amortizar o investimento, no final dos primeiros sete anos é quase como uma obrigação leonina. Ou seja, nós requalificamos, fazemos as obras de manutenção, de conservação, limpeza, desmatação, etc..., etc.... Requalificamos o imóvel e passados sete anos, o que é facto, e que por motivos inerentes ao interesse público - E não sei se o interesse público da IP é diferente do interesse público da Câmara Municipal -, eles podem resgatar o contrato. Portanto, nós vamos votar favoravelmente o contrato. Mas, não podemos deixar, do ponto de vista do rigor, de chamar à atenção de que esta cláusula não deveria existir e só deveria existir uma outra resolução por motivos inerentes ao incumprimento antes dos vinte anos. Muito obrigado.==*

*===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para dar resposta à intervenção anterior. =====*

*===== Apenas dizer que é assim ou nada. É esta a minuta que as Infraestruturas de Portugal tem apresentado e tem feito com os mais variados municípios um pouco por todo o país. E nós entendemos. E nós acreditamos. É essa a nossa forma de estar na administração pública seja ela central, seja ela local. Confiamos nas instituições. Confiamos que as instituições se respeitam. Que as instituições servem o mesmo interesse público. E, portanto, que não vamos ter nenhum tipo de problema. Vamos ter é este equipamento, que está profundamente degradado, devidamente requalificado e cumprir uma missão. E é isso que nos interessa. =====*

*===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal colocou o ponto número dezoito à votação tendo sido **deliberado por unanimidade autorizar a celebração da minuta de contrato de subconcessão de uso privativo do edifício de passageiros (ID 6255) da Estação Ferroviária de Couto de Cucujães - Km 028,595 LD da Linha Do Vouga.** =====*

===== **Ponto dezanove:** - ***Acordo de Colaboração com o Instituto de Registos e Notariado I.P. e a Estrutura de Missão para a Expansão do Sistema de Informação Cadastral Simplificada (I/134696/2020) - Ratificação/ Convalidação;*** =====

===== *Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando que: - A Lei n.º 78/2017, de 17.08, criou um sistema de informação cadastral simplificada, com vista à adoção de medidas para a imediata identificação da estrutura fundiária e da titularidade dos prédios rústicos e mistos - aqui se incluindo os prédios inscritos na matriz urbana da Autoridade Tributária e Aduaneira que relevam para a identificação dos prédios mistos - face à diferente conceptualização utilizada, estabelecendo um procedimento de representação gráfica georreferenciada, um procedimento especial de registo de prédio rústico e misto omissos e ainda um procedimento de identificação, inscrição e registo de prédio sem dono conhecido bem como à criação do Balcão Único do Prédio (BUPi), plataforma de articulação do cidadão com a Administração Pública no âmbito do cadastro predial; - Com a aprovação da Lei n.º 65/2019, de 23.08, se generalizou a aplicação do sistema de informação cadastral simplificada a todo o território nacional; - O conhecimento dos limites e da titularidade da propriedade se afigura absolutamente crítico e imprescindível às atividades de planeamento, gestão e apoio à decisão sobre o território, a sua ocupação e uso, das quais depende o desenvolvimento sustentável de políticas públicas em diferentes domínios; - As atribuições do Município em matéria de Ordenamento do Território e Urbanismo e promoção do desenvolvimento, previstas nas alíneas m) e n) do n.º 2 do artigo 23.º do Anexo I, à Lei n.º 75/2013, de 12.09, na redação atual; - Nos termos do n.º 3 do art.º 35º do Anexo à Lei n.º 75/2013, de 12.09, e dadas as circunstâncias excecionais, e por motivo de urgência não ser possível extraordinariamente a Câmara Municipal, e no uso das excecionais das competências que me estão atribuídas e com base nos fundamentos e verificadas as condições mencionadas, em 28 de dezembro de 2020, celebrei Acordo de colaboração interinstitucional, com o Instituto dos Registos e Notariado I. P., e a Estrutura de Missão para a Expansão do Sistema de Informação Cadastral Simplificada, nos termos do n.º 5 do artigo 1.º da citada Lei n.º 65/2019, de 23.08, e do n.º 1 do art.º 27.º da Lei n.º 78/2017, de 17.08, com vista, designadamente, à expansão do sistema de informação cadastral simplificada e do BUPi; - o presente acordo de colaboração é um dos documentos essenciais à aprovação da candidatura: Aviso\_Norte-62-2020-23, no âmbito do Sistema de Informação Cadastral Simplificada; - A designação da trabalhadora Lisbeth Marques como Gestor do Acordo de Colaboração (art.º 290.ºA do CCP). Propõe-se: - A ratificação do Acordo de colaboração interinstitucional, com o Instituto dos Registos e Notariado I. P., e a Estrutura de Missão para a Expansão do Sistema de Informação Cadastral Simplificada (documento esse que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas), bem como a convalidação dos atos entretanto praticados, com efeitos reportados à data que os mesmos respeitam ou foram praticados, ao abrigo do disposto no n.º 3 do art.º 35º do Anexo à Lei n.º 75/2013, de 12.09; - Que se remeta à Assembleia Municipal para os mesmos efeitos.”*

===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para prestar esclarecimentos. =====

===== De forma muito breve. Os considerandos são claros. Este acordo de colaboração é fundamental. É um dos documentos essenciais à candidatura que nos permite fazer e aderir a este sistema de informação cadastral simplificada que, nos permite, conforme aqui é dito, identificar a estrutura fundiária e titularidade dos prédios rústicos e mistos. E portanto, este acordo é basicamente um acordo que permite a partilha de informação cumprindo aquilo que é disposto pelo RGPD (Regulamento Geral de Proteção de Dados). =====

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====

===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal colocou o ponto número dezanove à votação tendo sido **deliberado por unanimidade autorizar a ratificação do acordo de colaboração celebrado com o Instituto de Registos e Notariado I.P. e a Estrutura de Missão para a Expansão do Sistema de Informação Cadastral Simplificada, bem como a convalidação dos atos entretanto praticados, com efeitos reportados à data que os mesmos respeitam ou foram praticados.** =====

===== **Ponto vinte e um: Regulamento Municipal de Uso de Fogo de Oliveira de Azeméis (I/6921/2021) - Aprovação;** =====

===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Tendo em consideração que: - Pelo Decreto-Lei n.º 264/2002, de 25 de novembro, foram transferidas para as Câmaras Municipais competências dos Governos Cívicos, em matérias consultivas, informativas e de licenciamento. Em desenvolvimento de tal diploma descentralizador veio o Decreto-Lei n.º 310/2002, de 18 de dezembro, regular o licenciamento do exercício de atividades de realização de fogueiras e queimadas, bem como o respetivo quadro sancionatório e fiscalizador; - O Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de junho, que estabelece a estrutura do Sistema de Defesa da Floresta contra Incêndios, na sua atual redação, prevê a constituição de uma Comissão Municipal de Defesa da Floresta, qualificando-a como estrutura de articulação, planeamento e ação que tem como missão a coordenação de programas de defesa da floresta, estando as suas competências consagradas nos artigos 3.º-A, 3.º-B, 3.º-D; - A Lei n.º 20/2009, de 12 de maio, que estabelece a transferência de atribuições para os municípios do continente em matéria de constituição e funcionamento dos gabinetes técnicos florestais, bem como outras no domínio da prevenção e da defesa da floresta, refere no artigo 2.º da Lei n.º 20/2009, de 12 de maio, que são transferidas para os municípios as seguintes atribuições: a) Preparação e elaboração do quadro regulamentar respeitante ao licenciamento de queimadas, nos termos do artigo 27.º do Decreto-Lei n.º

124/2006, de 28 de junho, a aprovar pela Assembleia Municipal; b) Preparação e elaboração do quadro regulamentar respeitante à autorização da utilização de fogo-de-artifício ou outros artefactos pirotécnicos, nos termos do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de junho, a aprovar pela Assembleia Municipal. - De acordo com o estabelecido pelo atual quadro legal de defesa da floresta contra incêndios, na atual redação do Decreto-lei n.º 124/2006, de 28 de junho, e porque foram criados condicionalismos ao uso do fogo, torna-se pertinente e necessário regulamentar a realização de queimadas, queimas de sobrantes, fogueiras para fins recreativos e utilização de fogo-de-artifício ou de outros artefactos pirotécnicos, pelo que a Comissão Municipal de Defesa da Floresta de Oliveira de Azeméis, reunida a 11 de abril de 2019, deliberou, por unanimidade, aprovar o Regulamento Municipal de Uso de Fogo de Oliveira de Azeméis, (documento esse que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas); - O acordo de colaboração celebrado entre o Município de Oliveira de Azeméis e a Autoridade Florestal Nacional (AFN); - Na reunião ordinária do Órgão Executivo a 14/11/2019 (I/70873/2019), foi aprovado o início ao procedimento de alteração ao Regulamento, nos termos do Artigo 98.º n.º 1 do Código de Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 07 de janeiro; - Nesta sequência foi promovida a consulta, por Edital, a todos os interessados, pelo prazo de 10 dias úteis, contados da data da publicitação da Deliberação da Câmara Municipal, para que estes pudessem apresentar os seus contributos no âmbito deste procedimento; - Decorrido o prazo, não houve constituição de interessados. Propõe-se aprovação do Regulamento Municipal de Uso de Fogo de Oliveira de Azeméis e posterior encaminhamento para Assembleia Municipal.” =====

===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para prestar esclarecimentos. =====

===== Eu julgo que a proposta também é clara. Estamos aqui a aprovar o Regulamento Municipal do uso do fogo, para regular a atividade das queimadas, das queimas dos sobrantes, das fogueiras, do fogo-de-artifício. E nós iniciamos o procedimento. Tivemos o período de consulta dos interessados. Não tivemos contributos. Pelo que, estamos em condições de aprovar o presente regulamento. =====

===== Aberto o período de inscrições, registou-se o pedido de inscrição de Nuno de Jesus e Carlos Gomes. =====

===== A Senhora Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Deputado **Nuno de Jesus**, do PS. =====

===== Boa noite, a todos. Cumprimentos aos presentes aí na sala, nas pessoas da Senhora Presidente da Assembleia e do Senhor Presidente da Câmara; cumprimentos a todos os ausentes da sala e presentes no conforto das suas casas ou dos seus escritórios, seus locais de trabalho,

*eventualmente. Deixar aqui um agradecimento ao Departamento de Defesa dos Estados Unidos, se eles há uma dezena de anos não tivessem inventado a internet não estávamos aqui a discutir desta forma. Relativamente a este ponto: saudamos mais um regulamento que não existia e que surge no processo de construção de uma verdadeira resposta da proteção civil no nosso Município. Uma autarquia que não tinha praticamente nada, neste momento já temos um centro da proteção civil que esperemos brevemente esteja concluído e operacional. Finalmente temos também, e esperemos que seja empossado rapidamente, o operacional municipal para coordenar toda a capacitação do Município em termos de proteção civil. Temos a SIV, finalmente é uma realidade, tal como nos comprometemos a exigir. Já vamos falando, já vamos discutindo, já vamos fazendo o esboço daquilo que virá a ser no futuro, eventualmente, a polícia municipal. Havendo muito ainda por fazer, está aqui mais um exemplo do que é construir respostas a partir do zero. Temos também ainda o exemplo das reuniões alargadas da Proteção Civil, nas quais participa desde a primeira hora o Partido Socialista. Sendo este também um exemplo claro do que é o movimento da comunidade e um verdadeiro espírito de trabalho em conjunto. Tenho dito. Obrigado. =====*

*===== A Senhora Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Deputado Carlos Gomes, do PSD. =====*

*===== Venho fazer a intervenção precisamente neste sentido. Aproveito para cumprimentar todos, na pessoa do Senhor Presidente e na pessoa da Senhora Presidente, todos os colegas aí na Assembleia, os colaboradores da Câmara que estão a assegurar, enfim, esta experiência nova, que não é nova, mas ao nível da Assembleia é. Justamente para me referir a este ponto que o Nuno de Jesus acabou de referir, a questão da Comissão mais alargada da Proteção Civil. E de facto, eu gostava, em nome pessoal mas também em nome do Grupo Municipal, de esclarecer uma questão relativa à participação do líder do Grupo Municipal do PSD numa destas reuniões de comissão alargada. Precisamente porque, enfim, não recebi a informação atempada ou, pelo menos, não recebi essa informação - Creio que foi a segunda reunião em que houve esta participação alargada dos líderes da bancada, em que me fiz presente - porque me enviaram a informação para um email que normalmente não tem correspondência da Câmara Municipal. De qualquer modo é para dizer que, também, - E o próprio Bruno Aragão teve esta questão de referir que o PSD não participava ou não participou numa das reuniões. Porque de facto houve aqui qualquer extravio de informação que não chegou atempadamente à minha caixa de email. E portanto, dizer que, o PSD está completamente empenhado também em encontrar soluções, de colaborar - como foi a minha postura nessa reunião - e que o Senhor Presidente pode confirmar - no sentido de ser mais um apoio neste combate à pandemia e, enfim, que as nossas preocupações também sejam tidas em conta. Mas gostaria de deixar aqui registado que, de facto, o PSD está envolvido na Comissão alargada da Proteção Civil. Se não estive numa das primeiras reuniões é porque, de facto, enfim, essa informação - pode ter sido enviada - mas não chegou ao destinatário convenientemente. E*

portanto, queria deixar esta nota aqui, aproveitando esta deixa do deputado Nuno de Jesus, para referir a importância que o PSD também dá nesta matéria e quer colaborar ativamente também nesta Comissão dando a sua opinião, a sua participação muito positiva, no sentido de todos juntos, ao fim e ao cabo, e penso que é o apanágio de todos, nesta luta contra a pandemia. Obrigado pela atenção. =====

===== Pela Senhora Presidente da Assembleia Municipal foi dito: =====

===== Muito obrigado, senhor deputado Costa Gomes. A sua intervenção faz-me lembrar que os funcionários da Câmara já me tinham pedido para lembrar numa assembleia todos os deputados/ elementos da Assembleia de terem atenção às caixas de emails que por vezes estão cheias e os emails são devolvidos. Eu aproveito, agora que fez esta intervenção e que tocou esse assunto, para lembrar toda a gente que deve cuidar das caixas de emails e descarregá-las para não acontecer isto de os emails virem devolvidos e depois não ser possível comunicarmos. =====

===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal colocou o ponto número vinte e um à votação tendo sido **deliberado por unanimidade aprovar o Regulamento Municipal de Uso de Fogo de Oliveira de Azeméis**. =====

===== **Ponto vinte e dois: - Aquisição de serviços de limpeza de silvado em espaços rurais e municipais e assessoria técnica na área florestal (I/9755/2021) - Autorização de repartição de encargos em mais do que um ano económico;** =====

===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: 1. A Lei n.º 20/2009, de 12 de maio, que estabelece a transferência de atribuições para os municípios do continente em matéria de constituição e funcionamento dos gabinetes técnicos florestais, bem como outras no domínio da prevenção e da defesa da floresta, sendo identificadas no artigo 2.º as seguintes atribuições: a) Acompanhamento das políticas de fomento florestal; b) Acompanhamento e prestação de informação no âmbito dos instrumentos de apoio à floresta; c) Promoção de políticas e de ações no âmbito do controlo e erradicação de agentes bióticos e defesa contra agentes abióticos; d) Apoio à comissão municipal de defesa da floresta; e) Elaboração dos planos municipais de defesa da floresta contra incêndios, a apresentar à comissão municipal de defesa da floresta; f) Proceder ao registo cartográfico anual de todas as ações de gestão de combustíveis; g) Recolha, registo e atualização da base de dados da Rede de Defesa da Floresta contra Incêndios (RDFCI); h) Apoio técnico na construção de caminhos rurais no âmbito da execução dos planos municipais de defesa da floresta; i) Acompanhamento dos trabalhos de gestão de combustíveis de acordo com o artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de junho; j) Preparação e elaboração do quadro regulamentar respeitante ao licenciamento de queimadas, nos termos do artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de junho, a aprovar pela assembleia

municipal; l) *Preparação e elaboração do quadro regulamentar respeitante à autorização da utilização de fogo -de-artifício ou outros artefactos pirotécnicos, nos termos do artigo 29.º do Decreto -Lei n.º 124/2006, de 28 de junho, a aprovar pela assembleia municipal. 2. O Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de junho, alterado pelos Decreto-Lei n.º 15/2009, de 14 de janeiro, 17/2009, de 14 de janeiro, 114/2011, de 30 de novembro, 83/2014, de 23 de maio, 10/2018, de 14 de fevereiro, 14/2019, de 21 de janeiro, e Lei 76/2017, de 17 de agosto, que estrutura o Sistema de Defesa da Floresta contra Incêndios. Este diploma refere as Comissões Municipais de Defesa da Floresta, coordenadas pelo Presidente da Câmara Municipal, têm como atribuições (n.º 2 do artigo 3.º-B): a) Articular a atuação dos organismos com competências em matéria de defesa da floresta, no âmbito da sua área geográfica; b) Avaliar e emitir parecer sobre o plano municipal de defesa da floresta contra incêndios (PMDFCI); c) Propor projetos de investimento na prevenção e proteção da floresta contra incêndios, de acordo com os planos aplicáveis; d) Apreciar o relatório anual de execução do PMDFCI a apresentar pela Câmara Municipal; e) Acompanhar o desenvolvimento dos programas de controlo de agentes bióticos e promover ações de proteção florestal; f) Acompanhar o desenvolvimento das ações de sensibilização da população, conforme plano nacional de sensibilização elaborado pelo ICNF, I.P.; g) Promover ao nível das unidades locais de proteção civil, a criação de equipas de voluntários de apoio à defesa contra incêndios em aglomerados rurais e apoiar na identificação e formação do pessoal afeto a esta missão, para que possa atuar em condições de segurança; h) Proceder à identificação e aconselhar a sinalização das infraestruturas florestais de prevenção e proteção da floresta contra incêndios, para uma utilização mais rápida e eficaz por parte dos meios de combate; i) Identificar e propor as áreas florestais a sujeitar a informação especial, com vista ao condicionamento do acesso, circulação e permanência; j) Colaborar na divulgação de avisos às populações; l) Avaliar os planos de fogo controlado que lhe forem apresentados pelas entidades proponentes, no âmbito do previsto no Regulamento do Fogo Controlado; m) Emitir, quando solicitado, parecer sobre os programas nacionais de defesa da floresta; n) Aprovar a delimitação das áreas identificadas em sede do planeamento municipal com potencial para a prática de fogo de gestão de combustível. 3. O PMDFCI, elaborado pela Câmara Municipal, e aprovado pela Comissão Municipal de Defesa da Floresta (CMDF), estabelece a estratégia municipal de defesa da floresta contra incêndios (DFCI), através da definição de medidas adequadas para o efeito e do planeamento integrado das intervenções das diferentes entidades, definindo a responsabilidade sobre a execução das redes de defesa da floresta contra incêndios (RDFCI) das entidades e dos particulares, de acordo com os objetivos estratégicos decorrentes do Plano Nacional de Defesa da Floresta contra Incêndios (PNDFCI), em consonância com o respetivo Plano Regional de Ordenamento Florestal (PROF) e com o Plano Distrital de Defesa da Floresta contra Incêndios (PDDFCI). 4. O Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de junho, na sua atual, redação, atribui aos Municípios competências no âmbito da gestão de combustível; 5. Que, nos termos do estabelecido no Decreto-Lei n.º 8/2017, de 9 de janeiro, republicado pelo Decreto-Lei n.º 44/2020, de 22 de julho, o Sapador Florestal é um trabalhador especializado com perfil e formação específica*

*adequados ao exercício de atividades de silvicultura e defesa da floresta e as entidades que podem ser titulares de equipas de Sapadores Florestais são: a) Entidades gestoras de zonas de intervenção florestal; b) Associações e cooperativas reconhecidas como organizações de produtores florestais registadas no ICNF, I.P.; c) Órgãos de gestão dos baldios e suas associações; d) Cooperativas de interesse público; e) Autarquias locais e entidades intermunicipais; f) Órgãos e serviços da administração direta e indireta do Estado. 6. Que, no ano de 2007 o Município de Oliveira de Azeméis (MOA) apresentou uma candidatura à constituição de uma Equipa de Sapadores Florestais (GTF 221/07, de 31 de julho), nunca tendo sido efetivamente aprovada, transitando sucessivamente para épocas seguintes de seleção; 7. Que o MOA solicitou, junto da Direção-Geral dos Recursos Florestais, informações relativas à possibilidade de colaboradores receberem formação de forma a atribuir título de Sapadores Florestais de acordo com a legislação vigente, tendo-se revelado infrutífera a tentativa; 8. Que, a 05.04.2017, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 08/2017, de 9 de janeiro, dos diplomas de Defesa da Floresta contra Incêndios, e no âmbito das competências atribuídas aos Municípios, foi apresentada uma candidatura para a constituição de uma equipa de Sapadores Florestais, a qual veio a ser indeferida pelo Instituto de Conservação da Natureza e das Florestais; 9. A extensa área florestal e agrícola do Concelho de Oliveira de Azeméis, superior 70% da área do Município; 10. Todos os esforços desenvolvidos no sentido de criar equipas que desempenhem a sua atividade no espaço rural, e de encontrar uma solução com recurso aos colaboradores do Município (mediante a formação de colaboradores junto de entidades acreditadas), sem qualquer resultado; 11. No âmbito das funções transferidas para os Municípios pela Lei n.º 20/2009, de 12 de maio, e atendendo ainda à inexistência de Recursos Humanos disponíveis no Município, que possibilitem o devido apoio na obtenção aconselhamento e assessoria técnica relativa ao setor agrícola e florestal no âmbito das ações de silvicultura, apoio à decisão (em teatro de operações e em sede de planeamento), apoio técnico e operacional relativos a agentes bióticos e abióticos, ordenamento cinegético e avaliação do estado fitossanitário e estrutural de espécies arbóreas isoladas ou em povoamentos. Torna-se assim necessário dar início ao procedimento de contratação para Prestação de serviços de: - Gestão Florestal - intervenção em espaços municipais rurais; - Aconselhamento e assessoria técnica relativa ao setor agrícola e florestal, cuja necessidade se encontra manifestada na RQI n.º 515 (I/8215/2021), pelo período de 36 (trinta e seis) meses. 12. Que o valor estimado (preço base apresentado pela unidade orgânica requisitante) para a celebração do referido contrato é de 308.412,00€ (trezentos e oito mil, quatrocentos e doze euros), a que correspondem a 284.652,00€ (duzentos e oitenta e quatro mil, seiscentos e cinquenta e dois euros) para o Lote 1 (serviços de intervenção em espaços municipais florestais) e a 23.760,00 € (vinte e três mil, setecentos e sessenta euros) para o Lote 2 (serviços de aconselhamento e assessoria técnica relativa ao setor agrícola e florestal), fixado com base em consulta preliminar. Aos valores mencionados acresce o IVA à taxa legal em vigor; 13. Que se prevê que a verba seja distribuída do seguinte modo:*

Serviços	Ano				Valor global (S/IVA)
	2021	2022	2023	2024	
<i>Intervenção em espaços municipais rurais</i>	47 442,00 €	94 884,00 €	94 884,00 €	47 442,00 €	284 652,00 €
<i>Assessoria técnica relativa ao setor agrícola e florestal</i>	3 960,00 €	7 920,00 €	7 920,00 €	3 960,00 €	23 760,00 €
<i>Valores globais (S/IVA)</i>	51 402,00 €	102 804,00 €	102 804,00 €	51 402,00 €	308 412,00 €

14. Que, para efeitos de cumprimento do disposto no n.º 1 do artigo 73º da Lei n.º 75-B/2020, de 31 de dezembro (LOE 2021), os serviços a prestar mostram-se equivalentes em termos de objeto de contrato vigente em 2020, sendo ultrapassados os valores unitários então praticados, uma vez que, conforme consta na resposta à consulta preliminar (anexo ao I/8215/2021), os valores vigentes resultam de procedimento de 2018, tendo ocorrido até ao presente aumentos salariais bem como aumentos dos combustíveis e materiais de desgaste rápido. 15. Que, pelos motivos supra expostos, e ao abrigo do previsto no n.º 4 do artigo 73º da LOE 2021, aprovo a dispensa do disposto no n.º 1, da LOE 2021. 16. Os valores encontram-se previstos na rubrica 020220, pela Proposta de Cabimento n.º 378, e Registo de Enquadramento Financeiro n.º 1046. 17. Que a autorização prévia para este compromisso plurianual encontra-se assegurada e conferida em Assembleia Municipal de 27 de novembro de 2020, nos termos e para os efeitos estatuídos no artigo 12º, do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho e posteriores alterações, aquando da aprovação dos Documentos Previsionais - Orçamento e Grandes Opções do Plano (GOP) para 2021, encontrando-se previsto no Plano de Atividades mais Relevantes 2021, na rubrica 020220 - Outros trabalhos especializados cujo valor máximo para 2022 é de 1 326 950,00€, para 2023 é de 1 340 250,00€, para 2024 é de 1 353 650,00€ e para 2025 é de 1 367 200,00€. 18. Que se trata de um encargo orçamental em mais de um ano económico, que não resulta, nos termos da alínea a), do n.º 1, do artigo 22.º, do Decreto-Lei n.º 197/99, de 08 de junho, de planos ou programas plurianuais aprovados, que não ultrapassa o prazo de execução de três anos, mas cujo valor excede o limite previsto na alínea b), do n.º 1, do artigo 22.º, do referido diploma legal, de 99.759,58€ (noventa e nove mil, setecentos e cinquenta e nove euros e cinquenta e oito cêntimos), no ano seguinte ao da sua contratação; 19. Que nos termos da regra geral de escolha do procedimento (prevista no artigo 18.º do C.C.P.) e do valor máximo do benefício económico que pode ser obtido pelo adjudicatário com a execução do contrato a celebrar, de acordo com os limites ao valor do contrato constantes na alínea b), do número 1, do artigo 20.º do C.C.P., propõe-se a adoção de um concurso público com publicidade internacional. Propõe-se que o Órgão Executivo submeta à autorização do Órgão Deliberativo a repartição de encargos orçamentais em mais do que um ano económico, de acordo com os valores estimados

referenciados, nos termos do previsto no n.º 1, conjugado com o seu n.º 6, do artigo 22º, do Decreto-Lei n.º 197/99, de 08 de junho.” =====

===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para prestar esclarecimentos. =====

===== É a aquisição de serviços, precisamente para estas tarefas de limpeza de silvados. Estamos a falar de serviços para os anos de 2021 a 2024. E estamos a falar de um contrato de aquisição de serviços no valor de 308.412,00€. =====

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====

===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal colocou o ponto número vinte e dois à votação tendo sido **deliberado por unanimidade autorizar a repartição de encargos em mais do que um ano económico para a aquisição de serviços de limpeza de silvado em espaços rurais e municipais e assessoria técnica na área florestal.** =====

===== Pela Senhora Presidente da Assembleia Municipal foi apresentada a proposta para que se efetuasse a análise e discussão em conjunto dos pontos vinte e três e vinte e quatro, a qual foi aprovado por unanimidade. =====

===== **Ponto vinte e três: - Proposta de Sinalização para a Rua Da Igreja (Travanca) e para a Rua da Lavoura (Pinheiro da Bemposta) - União de Freguesias do Pinheiro da Bemposta, Palmaz e Travanca (I/121275/2020) - Aprovação;** =====

===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - Que, nos termos da Lei 75/2013, de 12 de Setembro, compete à Câmara Municipal, no âmbito do planeamento e desenvolvimento, “criar, construir e gerir (...) equipamentos, serviços, redes de circulação (...)” (art. 33.º, n.º 1, alínea ee); - Que, bem assim, também lhe compete “Administrar o domínio público municipal”, (art. 33.º, n.º 1, alínea qq); - Evitar acidentes com a colocação de sinalização que se encontra em falta em algumas ruas; - Os pedidos registados no E/53326/2020 da União de Freguesias do Pinheiro da Bemposta, Travanca e Palmaz para a colocação de sinalização vertical aprovada em Assembleia de Freguesia. Propõe-se: 1. Que sejam aprovados os seguintes sinais de trânsito para as freguesias de Pinheiro da Bemposta e Travanca: Sinal de Cedência de Passagem (B1): 1. Na Rua da Lavoura do lado direito do entroncamento com a rua do Matoso - P. Bemposta; 2. na Rua da Igreja no cruzamento com a Rua da Cal e a Av. Monsenhor Albino - Travanca; Via pública sem saída (H4): 1. na Rua da Lavoura do lado direito do entroncamento com a rua do Matoso - P. Bemposta. Na implementação da sinalização deve ser respeitado o Decreto Regulamentar n.º 22-A/98 de 1 de Outubro, com as alterações introduzidas

pelos Decretos Regulamentares n.º 41/2002 de 20 de Agosto e pelo Decreto Regulamentar n.º 2/2011 de 3 de Março. Submeta-se à Assembleia Municipal para os devidos efeitos.” =====

===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para prestar esclarecimentos. =====

===== Ponto vinte e três: É um pedido da União de Freguesias Pinheiro da Bemposta, Palmaz e Travanca, para a colocação de sinalização na Rua da Igreja em Travanca e Rua da Lavoura no Pinheiro da Bemposta. Que os nossos serviços validaram. Acharam que faria todo o sentido esta sugestão da União de Freguesias. E, portanto, estamos aqui a submeter à vossa consideração esta sinalização. Ponto vinte e quatro: Tem a ver com um pedido de alteração de uma postura de trânsito na Rua Padre Manuel Gomes de Resende, em Nogueira do Cravo, e a aprovação de sinais para a Rua Regedor, Rua de Camões, Largo da Feira dos 27 e Rua Marquês de Marialva. Isto, basicamente, tem a ver com uma postura de trânsito que foi decidida. Depois houve alguma contestação a essa postura de trânsito, que se traduziu num abaixo-assinado com algumas dezenas de assinaturas. A Junta de Freguesia e a Assembleia de Freguesia analisaram em conjunto e decidiram uma solução que vos estamos aqui a apresentar e que parece que é uma solução que será mais do agrado da população do que a solução inicial. E portanto, submetem à vossa consideração esta nova postura de trânsito. =====

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====

===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal colocou o ponto número vinte e três à votação tendo sido **deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada**. =====

===== Ponto vinte e quatro: - **Proposta de alteração da postura de trânsito na Rua Padre Manuel Gomes de Resende, aprovação de sinalização para a Rua do Regedor, Rua Luís de Camões, Largo da Feira dos 27 e Rua Marquês de Marialva, na Freguesia de Nogueira do Cravo/ Pindelo (I/8753/2021) - Aprovação;** =====

===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - Que, nos termos da Lei 75/2013, de 12 de Setembro, compete à Câmara Municipal, no âmbito do planeamento e desenvolvimento, “criar, construir e gerir (...) equipamentos, serviços, redes de circulação (...)” (art. 33.º, n.º 1, alínea ee); - Que, bem assim, também lhe compete “Administrar o domínio público municipal”, (art. 33.º, n.º 1, alínea qq); - Melhorar a circulação de viaturas e peões em algumas ruas na Freguesia de Nogueira do Cravo, dado o perfil exíguo que apresentam para a quantidade e qualidade de tráfego; - O pedido registado no E/60392/2020; e os e-mails da União de Freguesias de Nogueira de Cravo e Pindelo de 02/12/2020 e de 24/01/2021, da União de Freguesias de Nogueira do Cravo e Pindelo para a colocação da sinalização vertical

necessária às alterações de postura propostas. Propõe-se: 1. Que seja aprovada a colocação dos seguintes sinais de trânsito para a freguesia de Nogueira do Cravo: a. Colocação do sinal Sentido Proibido (C1), na Rua Padre Manuel Gomes de Resende, no entroncamento com a Avenida dos Descobrimentos; b. Colocação do sinal Trânsito de Sentido Único (H3), na Rua Padre Manuel Gomes de Resende, no cruzamento com o Largo da Feira dos 27; c. Colocação do sinal Sentido Obrigatório D1e, na Calçada dos Bocos junto ao entroncamento com a Rua Padre Manuel Gomes de Resende; d. Colocação do sinal Sentido Obrigatório D1d, na saída do Bairro Carvalho da Pedra, junto ao entroncamento com a Rua Padre Manuel Gomes de Resende; e. Colocação do sinal Sentido Proibido (C1), na Rua do Serro, no entroncamento com o Largo da Feira dos 27; f. Colocação do sinal Trânsito de Sentido Único (H3), na Rua do Serro, no cruzamento com o Largo do Serro; g. Colocação do sinal Estacionamento Proibido (C15), na Rua Luís de Camões, no entroncamento com o Largo do Serro e no entroncamento com a Rua Marquês de Marialva; 2. Que sejam retirados os seguintes sinais de trânsito na freguesia de Nogueira do Cravo: 1. Que seja retirado o sinal Sentido Proibido (C1), na Rua Padre Manuel Gomes de Resende, no entroncamento com o Largo da Feira dos 27; 2. Que seja retirado o sinal Sentido Único (H3), na Rua Padre Manuel Gomes de Resende, no cruzamento com a Avenida dos Descobrimentos; 3. Que seja retirado o sinal Sentido Proibido (C1) com placa adicional Mod. 1 - com o texto a 70 m, no Largo da Feira dos 27 antes do entroncamento com a Rua do Serro; 4. Que seja retirado o sinal Sentido Obrigatório D1d, na Calçada dos Bocos junto ao entroncamento com a Rua Padre Manuel Gomes de Resende. 5. Que seja retirado o sinal Aproximação de rotunda (B7), na Rua do Serro, que existentes do entroncamento com o Largo do Serro; 6. Que sejam retirados os sinais Trânsito Proibido a Automóveis pesados (C3b), existentes em: Rua do Regedor, no entroncamento com a Via do Nordeste e na Rua Marquês de Marialva, a seguir ao entroncamento com a Rua Dom Gaspar de Castro e Lemos, - entrada na Freguesia. Na implementação da sinalização deve ser respeitado o Decreto Regulamentar n.º 22-A/98 de 1 de Outubro, com as alterações introduzidas pelo Decreto Regulamentar n.º 41/2002 de 20 de Agosto e pelo Decreto Regulamentar n.º 2/2011 de 3 de Março. Submeta-se à Assembleia Municipal para os devidos efeitos.”

=====  
 ===== Aberto o período de inscrições, registou-se o pedido de inscrição de Anabela Sousa.

=====  
 ===== A Senhora Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra à Senhora **Anabela Sousa** - Tesoureira da União de Freguesias de Nogueira do Cravo e Pindelo. =====

=====  
 ===== Boa noite. Senhor Presidente da Câmara Municipal, Eng.º Joaquim Jorge, Senhora Presidente da Assembleia Municipal, doutora Helena Santos, na sua pessoa sintam-se todos cumprimentados. Alteração da postura sinalética na rua Padre Manuel Gomes de Resende em Nogueira do Cravo, como sabem esta postura vem novamente a esta assembleia para que definitivamente possamos por fim à polémica existente há mais de sete meses, em que propusemos

*que esta rua tivesse condições dignas para os automobilistas assim como dar comodidade, criando um passeio para ser acessível a quem circula, peões, cadeiras de rodas e outros. Senhor Presidente sempre estivemos conscientes desta alteração, muitas reclamações nos chegaram, muitas críticas, mesmo até um abaixo-assinado de dezenas de pessoas, sendo que agora a alteração da postura, contempla o sentido único da Feira dos 27 para a rotunda dos Descobrimentos e para salvaguardar o trânsito na Rua do Serro por ser estreita, será sentido único do Largo do Serro até à Feira dos 27. Sabemos da controversa provocada, mas entendemos que estamos a dar mais qualidade de vida, a razão na qual desde a primeira hora achamos sempre dar o melhor para esta União de Freguesias. Muito obrigado. =====*

*===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para dar resposta à intervenção anterior. =====*

*===== Não tenho nada a acrescentar. Tivemos muita dificuldade em ouvir a intervenção da senhora deputada. Mas, julgo que não colocou nenhuma questão e, portanto, não tenho nada a acrescentar. =====*

*===== A Senhora Presidente da Assembleia Municipal colocou o ponto número vinte e quatro à votação tendo sido **deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada**. =====*

*== **2º PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO (ARTIGO 21º DO REGIMENTO)** ==*

*===== Sem intervenções. =====*

*===== A Senhora Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Deputado **Bruno Aragão**, do PS, para fazer uma interpelação à Mesa. =====*

*===== Muito obrigado, Senhora Presidente. Eu agradeço. Faço uma interpelação à Mesa, por não haver outra figura regimental para o fazer. Só para agradecer, de facto, o esforço que todos fizemos, sobretudo a Presidência da Assembleia e a Mesa e também os funcionários que estiveram a acompanhar-nos até esta hora. Foi um enorme esforço para todos nós, independentemente do que cada um depois mais acaloradamente defende. Mas foi um trabalho conjunto nesta última semana de todos os Grupos Municipais, que prepararam esta assembleia, que se reuniram para fazer um conjunto de testes sempre com o apoio também dos funcionários da Câmara Municipal. Foi um esforço tentar que isto funcionasse neste modelo. Acho que correu muito bem. Estamos todos de parabéns. Certamente, na próxima correrá ainda melhor, se tiver que ser neste formato. E também, como é vontade de todos os grupos, o nosso esforço será também para que o público possa participar por esta via, assim nós tenhamos essas condições. Mas não podia deixar de fazer este agradecimento. Obrigado. =====*

===== Antes de terminar, a Senhora **Presidente da Assembleia Municipal**, propôs a aprovação por minuta da ata relativa à presente Sessão, sendo a mesma aprovada por unanimidade. =====

===== Para terminar a Sessão a Senhora **Presidente da Assembleia Municipal** disse: =====

===== Era mesmo desta forma que eu ia finalizar esta sessão, era precisamente para agradecer a todos a colaboração. E julgo que a Sessão tendo sido num formato novo, ao qual não estamos habituados, considero que até correu muitíssimo bem. Desejo a todos a continuação de uma boa noite. E saúde para todos e que tudo corra bem. =====

===== E não havendo outros assuntos a tratar, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal, declarou encerrada a Sessão, eram 23 horas e 45 minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente ata, que depois de lida e aprovada vai ser assinada pelos elementos da Mesa. =====